

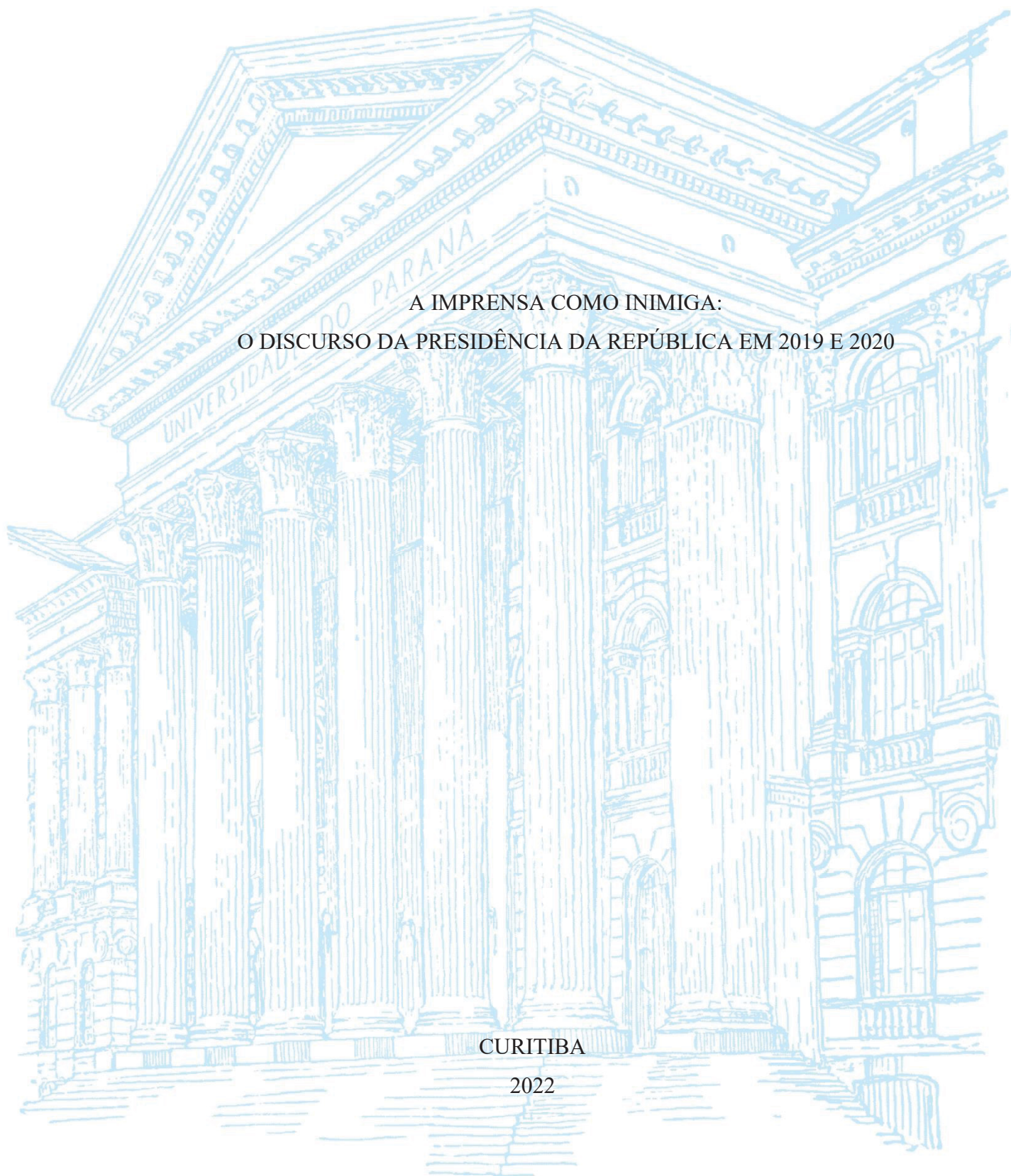
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ELLEN TABORDA RIBAS

A IMPRENSA COMO INIMIGA:
O DISCURSO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA EM 2019 E 2020

CURITIBA

2022



ELLEN TABORDA RIBAS

A IMPRENSA COMO INIMIGA:
O DISCURSO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA EM 2019 E 2020

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Letras, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Cleci Venturini

CURITIBA

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA

Ribas, Ellen Taborda

A imprensa como inimiga : o discurso da Presidência da República em 2019 e 2020. / Ellen Taborda Ribas. – Curitiba, 2022.

1 recurso on-line : PDF.

Mestrado (Dissertação em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Letras.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Cleci Venturini

1. Brasil. Presidente (2019- : Bolsonaro) - Discursos. 2. Imprensa. 3. Redes sociais on-line. 4. Memória. I. Venturini, Maria Cleci. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LETRAS -
40001016016P7

ATA Nº1136

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE Mestrado PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRA EM LETRAS

No dia dezessete de agosto de dois mil e vinte e dois às 14:00 horas, na sala sala 1013, D. Pedro I Reitoria, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de dissertação da mestranda **ELLEN TABORDA RIBAS**, intitulada: **A IMPRENSA COMO INIMIGA: O DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA EM 2019 E 2020**, sob orientação da Profa. Dra. MARIA CLECI VENTURINI. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação LETRAS da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: MARIA CLECI VENTURINI (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE), GIOVANNA GERTRUDES BENEDETTO FLORES (41008014), GESUALDA DE LOURDES DOS SANTOS RASIA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), HERTEZ WENDEL DE CAMARGO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - DECOM). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela aprovação. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de mestra está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, MARIA CLECI VENTURINI, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

CURITIBA, 17 de Agosto de 2022.

MARIA CLECI VENTURINI
Presidente da Banca Examinadora

GIOVANNA GERTRUDES BENEDETTO FLORES
Avaliador Externo (41008014)

GESUALDA DE LOURDES DOS SANTOS RASIA
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

HERTEZ WENDEL DE CAMARGO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - DECOM)

Observação -
A banca avaliadora sugere
que o título final seja "A imprensa
como inimiga: o discurso da presiden-
cia da república em 2019 e 2020".



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LETRAS -
40001016016P7

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação LETRAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **ELLEN TABORDA RIBAS** intitulada: **A IMPRENSA COMO INIMIGA: O DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA EM 2019 E 2020**, sob orientação da Profa. Dra. MARIA CLECI VENTURINI, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 17 de Agosto de 2022.

MARIA CLECI VENTURINI
Presidente da Banca Examinadora

GIOVANNA GERTRUDES BENEDETTO FLORES
Avaliador Externo (41008014)

GESUALDA DE LOURDES DOS SANTOS RASIA
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

HERTEZ WENDEL DE CAMARGO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - DECOM)

Observação -
A banca avaliadora sugere
que o título final seja: "A imprensa
como inimiga: o discurso da presiden-
cia em 2019 e 2020".

AGRADECIMENTOS

Como é possível descrever em palavras tantos sentimentos que afloram ao tentar dar um efeito de conclusão a esta etapa de minha formação acadêmica? Finalizar o Mestrado tem um gosto de vitória e de saudosismo. É sempre difícil ter que encerrar uma pesquisa na qual trabalhamos por mais de dois anos e que ainda nos suscita tantas ideias e tantos questionamentos. O momento chegou. Fazendo um balanço de tudo o que ocorreu nesse período, acredito ter conseguido contribuir, de alguma maneira, no debate sobre esses tempos tumultuados e sombrios pelos quais passa a democracia brasileira nos últimos anos. E devo esse gosto de vitória a muitas pessoas especiais que fizeram parte desse processo. Por isso, registro aqui os meus agradecimentos.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a. Maria Cleci Venturini, que acreditou no meu trabalho e me guiou nesse primeiro contato com a Análise de Discurso. Obrigada pela oportunidade, pela disponibilidade e por todo o conhecimento generosamente compartilhado.

Aos professores da banca, Prof.^{ts}. Dr.^a. Gesualda de Lourdes dos Santos Rasia, Prof.^{ts}. Dr.^a. Giovanna G. Benedetto Flores e Prof. Dr. Hertz Wendell de Camargo, pelas valiosas contribuições à pesquisa.

À Prof.^a Dr.^a. Verli Petri, pelos questionamentos e pelas colocações que me ajudaram a dar início à pesquisa e pelos ensinamentos repassados em disciplina cursada na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

À Prof.^a Dr.^a. Anna Zandwais, com quem cursei disciplina na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e que contribuiu com seus conhecimentos no desenvolvimento da pesquisa.

À Prof.^a Dr.^a. Freda Indursky, cujos textos me ajudaram a iniciar na Análise de Discurso, e que me apresentou à noção de lugar discursivo em palestra proferida em disciplina cursada na UFRGS, com a Prof.^a Dr.^a. Dóris Fiss.

Aos colegas do Grupo de Estudos LABELL, pela troca de experiências e de conhecimentos.

Aos funcionários do PPGL da UFPR, pela presteza no atendimento a demandas e pela atenção dispensada.

À amiga Juliana Rodrigues Pereira, que me incentivou a retomar a vida acadêmica depois de 22 anos de conclusão da graduação. Seu apoio foi fundamental em muitos aspectos e

em várias etapas desse processo, desde a elaboração do projeto de pesquisa até a finalização deste trabalho.

À minha família, pelo carinho e pelo apoio. Ao meu pai, Sebastião, e à minha mãe, Frida (em memória), que sempre me incentivaram e me mostraram a importância do estudo.

Aos meus amigos, pelo incentivo e pela compreensão pelas várias vezes em que deixei de encontrá-los para me dedicar a este trabalho.

A Sandra Goreti Moraes, minha terapeuta, que me ajudou no processo de acreditar na minha capacidade e na superação dos obstáculos que apareceram no caminho deste trabalho de pesquisa.

[...] se a imprensa tiver de se tornar algum dia realmente o “quarto poder”, ela precisará ser protegida do poder governamental e da pressão social com zelo ainda maior que o poder judiciário, pois a importantíssima função política de fornecer informações é exercida, em termos estritos, exteriormente ao domínio político; não envolve, ou não deveria envolver, nenhuma ação ou decisão (ARENDDT, 2016, p. 322, grifo da autora).

RESUMO

Eleito em um regime democrático, por eleições diretas, o 38º presidente da República trouxe para o discurso do Poder Executivo memórias da ditadura militar (1964-85), acompanhadas de ataques sistemáticos e diretos a jornalistas e veículos de comunicação, com comentários de desmoralização do trabalho da imprensa, ameaças e linguagem vulgar. Esta dissertação tem como objetivo compreender o funcionamento do discurso do presidente da República sobre a imprensa nos anos 2019 e 2020, no Brasil. A questão de pesquisa é: como se materializa o imaginário da imprensa como inimiga no discurso do governo Bolsonaro? Para responder a essa questão, são mobilizados os dispositivos teórico-metodológicos da Análise de Discurso, fundada por Michel Pêcheux, na França, relida e transformada por Eni Orlandi, no Brasil. A rede conceitual estrutura-se por conceitos como formação imaginária, ideologia, sujeito, lugar discursivo, pré-construído, memória discursiva, entre outros. O arquivo constituiu-se de materialidades discursivas que possibilitaram o recorte de um *corpus*, que sinaliza para uma construção imaginária maniqueísta, que concebe o mundo de maneira dual, no embate do bem contra o mal. Esse funcionamento discursivo silencia os efeitos de sentidos possíveis entre esses dois extremos. No conjunto de projeções, tem-se, de um lado, o presidente vítima, salvador do povo, portador da verdade, messias, corajoso; de outro, a imprensa: inimiga, conspiratória, mentirosa, covarde. Como a contradição é constitutiva do discurso, o jogo das formações imaginárias apresenta opostos conflitantes: o presidente como autoritário, em discursos pelos quais ressoam, pela memória discursiva, os crimes cometidos pela ditadura militar (1964-1985), e também como democrata, vítima de uma imprensa projetada pela divisão entre o mal e o bem. No discurso em análise, a imprensa e as mídias sociais são tratadas como sinonímicas, apagando-se as diferenças entre esses meios, que têm práticas e funcionamentos distintos. Ao utilizar-se dessa estratégia discursiva, o chefe do Executivo, ao mesmo tempo em que deslegitima o jornalismo, produz efeito de sentido de confiabilidade às redes sociais que divulgam *fake news* a favor do governo.

Palavras-chave: discurso; imprensa; redes sociais; história; memória.

ABSTRACT

Elected in a democratic regime, through direct elections, the 38th president of the Republic brought to the Executive Power's discourse memories of the military dictatorship (1964-85), accompanied by systematic and direct attacks on journalists and communication vehicles, with comments demoralizing the press work, threats and vulgar language. This dissertation aims to understand the functioning of the President of the Republic's discourse about the press in the years 2019 and 2020, in Brazil. The research question is: how does the imaginary of the press as an enemy materialize in the Bolsonaro government's speech? To answer this question, the theoretical-methodological devices of Discourse Analysis, founded by Michel Pêcheux, in France, reread and transformed by Eni Orlandi, in Brazil, are mobilized. The conceptual network is structured by concepts such as imaginary formation, ideology, subject, discursive place, pre-constructed, discursive memory, among others. The archive has been constituted of discursive materialities that made it possible to cut a *corpus*, signaling a Manichean imaginary construction, which conceives the world in a dual way, in the confrontation of good against evil. This discursive functioning silences the possible meaning's effects between these two extremes. In the set of projections, there is, on the one hand, the president as victim, savior of the people, truth bearer, messiah, courageous; on the other, the press: enemy, conspirator, liar, coward. As the contradiction is constitutive of the discourse, the game of imaginary formations presents conflicting opposites: the president as authoritarian, in discourses through which the crimes committed by the military dictatorship (1964-1985) resonate through discursive memory, also as a democrat, victim of a press which is projected by the division between evil and good. In the discourse under analysis, the press and social media are treated as synonyms, erasing the differences between these media, which have different practices and functionings. By using this discursive strategy, the Chief Executive, while delegitimizing journalism, produces a meaning effect of reliability on social media that disseminate fake news in favor of the government.

Keywords: discourse; press; social media; history; memory.

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ABERT	- Associação de Emissoras de Rádio e Televisão
ABI	- Associação Brasileira de Imprensa
ABRAJI	- Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo
AD	- Análise de Discurso
AGU	- Advocacia Geral da União
AI-5	- Ato Institucional n. 5
ANJ	- Associação Nacional de Jornais
CFJ	- Conselho Federal de Jornalismo
CPMF	- Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPMI	- Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
FD	- formação discursiva
FENAJ	- Federação Nacional de Jornalistas
FHC	- Fernando Henrique Cardoso
GSI	- Gabinete de Segurança Institucional
ICMS	- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IVC	- Instituto Verificador de Comunicação
LD	- lugar discursivo
MP	- medida provisória
OAB	- Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	- organização não governamental
ONU	- Organização das Nações Unidas
PDT	- Partido Democrático Trabalhista
PF	- Polícia Federal
PSDB	- Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	- Partido Social Liberal
PT	- Partido dos Trabalhadores
PTB	- Partido Trabalhista Brasileiro
SD	- sequência discursiva
STF	- Supremo Tribunal Federal
TCU	- Tribunal de Contas da União
TSE	- Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	O PERCURSO DA DISSERTAÇÃO	18
1.2	UMA PAUSA NA PRIMEIRA PESSOA DO PLURAL: A POSIÇÃO-SUJEITO JORNALISTA.....	20
2	O DISCURSO DO PODER E DA IMPRENSA: PERCURSO SÓCIO- HISTÓRICO.....	22
2.1	DAS FOLHAS MANUSCRITAS AOS GRANDES CONGLOMERADOS DE COMUNICAÇÃO.....	27
2.2	A IMPRENSA E O PODER NO MUNDO.....	31
2.3	A IMPRENSA E O PODER NO BRASIL.....	34
3	NOVAS TECNOLOGIAS: ENTRE AS <i>FAKE NEWS</i> E A CRISE DE CREDIBILIDADE	53
3.1	DUPLA CRISE: O ESGOTAMENTO FINANCEIRO E A FALTA DE CONFIANÇA	55
3.2	PÓS-VERDADE E <i>FAKE NEWS</i> : UMA HISTÓRIA ANTIGA	60
3.3	AS MÍDIAS SOCIAIS E A CONEXÃO DIRETA COM O PÚBLICO.....	63
3.4	O “CERCADINHO”	72
4	O BEM CONTRA O MAL: O MANIQUEÍSMO PRESENTE NAS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS.....	78
4.1	A VÍTIMA E A INIMIGA	81
4.2	O MESSIAS E A MENTIROSA.....	93
4.3	O “IMBROCHÁVEL” E A COVARDE.....	100
4.4	O AUTORITÁRIO E O DEMOCRATA	109
4.5	A IMPRENSA AMIGA E A IMPRENSA INIMIGA.....	118
5	PARA EFEITO DE CONCLUSÃO	125
5.1	PARA EFEITO DE CONTINUIDADE	131
	REFERÊNCIAS	133

1 INTRODUÇÃO

As relações entre imprensa e poder político no Brasil sempre apresentaram momentos de tensão e de conflito, principalmente, quando há divulgação de notícias consideradas desfavoráveis ao governo. Isso ocorre desde o surgimento da imprensa periódica no País, em 1808. Mas essa relação ganha outros contornos com a posse do 38º presidente brasileiro, o capitão reformado do Exército, Jair Messias Bolsonaro, em 1º de janeiro de 2019.

Eleito em um regime democrático, por eleições diretas, o mandatário trouxe para o fio do discurso da Presidência da República memórias da ditadura militar (1964-85), acompanhadas de ataques sistemáticos e diretos a jornalistas, veículos e meios de comunicação, com comentários de desmoralização do trabalho da imprensa, ameaças e linguagem chula. Belicosidade que não se repete com relação às mídias alinhadas ao governo.

Os ataques não ficam restritos às falas, somando-se às práticas. Desde 2019, foram editadas medidas provisórias com objetivo de desobrigar a publicação de balanços de empresas de capital aberto e de editais em jornais. Verbas de publicidade foram transferidas dos veículos críticos ao governo para os que divulgam notícias favoráveis.

Jornalistas também têm sido difamados nas redes sociais, com o uso de sistemas automatizados (os *bots*) e de pessoas contratadas (*trolls*). As mensagens, que incluem ameaças de morte e expõem dados pessoais, são multiplicadas por seguidores do presidente, que se sentem respaldados pelo discurso beligerante de seu “mito”. Em 2021, a Associação de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) detectou 1,46 milhão de postagens em redes sociais com ataques à imprensa e aos jornalistas – 4 mil por dia, com palavras de baixo calão, expressões depreciativas e pejorativas.

Já na cerimônia de posse do novo presidente, uma amostra do tratamento que seria reservado à imprensa durante o novo governo. Pela primeira vez desde a redemocratização, os jornalistas não tiveram trânsito liberado pela Esplanada dos Ministérios, ficaram horas confinados em uma sala no Palácio do Planalto, sem ter onde se sentar e apenas com água para beber.

No “cercadinho”, espaço gradeado ao ar livre em frente ao Palácio da Alvorada, residência oficial da Presidência da República, o chefe do Executivo fala com seus seguidores e é questionado pelos repórteres, que são desrespeitados e ameaçados. Nesse local, os jornalistas não têm conforto algum, estão sujeitos às intempéries, sem acesso a banheiro ou água.

A violência nas falas e nas práticas do mandatário, que trata a imprensa como inimiga, é refletida em atos de seus seguidores. Em coberturas jornalísticas, os profissionais têm sido vítimas de agressões verbais e até físicas.

Nesta pesquisa, temos como objetivo principal compreender o funcionamento do discurso do presidente da República sobre a imprensa nos anos 2019 e 2020. A questão a ser respondida é: como se materializa o imaginário da imprensa como inimiga no governo Bolsonaro no período de 2019 e 2020?

Para responder à questão de pesquisa desta dissertação e atingir nosso objetivo principal, elencamos os objetivos específicos, quais sejam:

- a) trazer a historicidade da relação entre imprensa e poder no Brasil e no mundo, para traçar as condições de produção no sentido amplo, abrangendo os aspectos sócio-históricos e ideológicos que constituem esse processo discursivo, destacando como são mobilizados pela memória discursiva e como eles funcionam nas práticas sociais;
- b) abordar as condições de produção no sentido estrito, as circunstâncias da enunciação, a conjuntura em que essa discursividade é formulada e circula, com as novas tecnologias, como as redes sociais, e as crises financeira e de credibilidade pelas quais passa a imprensa;
- c) construir arquivo com declarações do presidente sobre a imprensa nos anos de 2019 e 2020, para, pela mobilização da noção de formação imaginária (PÊCHEUX, 2019), destacar os processos discursivos que articulam a língua na história, recuperando memórias que ressoam como pré-construídos, definindo assim o *corpus* da pesquisa;
- d) com o *corpus* definido, recortar as sequências discursivas (SDs)¹, agrupando-as de acordo com as formações imaginárias mobilizadas, e proceder às análises com vistas a responder à questão de pesquisa.

Nesta dissertação, mobilizamos os dispositivos teórico-metodológicos da Análise de Discurso (doravante AD), fundada por Michel Pêcheux, na França, relida e transformada por Eni Orlandi, no Brasil, juntamente com pesquisadores que vão constantemente retomando a teoria, considerando, conforme Indursky (2008), que a AD questiona e redireciona

¹ Sequências discursivas conforme definidas por COURTINE, J. J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EduFSCar, 2009, como “sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase” (p. 55).

constantemente seus pressupostos. Construimos a rede conceitual com as noções demandadas pela questão de pesquisa, respeitando a AD como disciplina de entremeio, que nos auxilia na compreensão do funcionamento dessa discursividade. Trabalhamos com conceitos como formação imaginária, ideologia, sujeito, lugar discursivo, pré-construído, memória discursiva, entre outros, que serão definidos no decorrer desta escrita.

Tomamos como base para formar nosso arquivo os levantamentos da Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ) com declarações do presidente sobre a imprensa. Dos 636 ataques registrados nos anos de 2019 e 2020 contra veículos e jornalistas, 319 foram desferidos pelo chefe do Executivo (FENAJ, 2020, 2021). Os relatórios trazem falas veiculadas em redes sociais, entrevistas, pronunciamentos e aparições públicas. Partindo desses documentos compilados pela FENAJ, localizamos na internet as postagens originais que trazem essas declarações.

A partir do arquivo, identificamos os processos discursivos mobilizados e, com isso, definimos o nosso *corpus*. Recortamos 26 SDS, de 3 pronunciamentos em solenidades oficiais, 5 *posts* no *Twitter*, 3 *lives* no *YouTube* e no *Facebook* e 13 entrevistas.

A noção de formação imaginária, cunhada por Pêcheux (2019), é produtiva para esta análise, por designar o lugar que os interlocutores do discurso “se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (Ibidem, p. 39). Assim, recortamos o *corpus* com as imagens de projeção e autoprojeção do presidente da República e de projeção dos interlocutores, a imprensa, para esse sujeito. Esse conjunto de projeções dá visibilidade ao processo discursivo que ocorre por meio de uma construção imaginária maniqueísta, ao conceber o mundo de maneira dual, no embate do bem contra o mal, silenciando os efeitos de sentidos possíveis entre esses dois extremos.

Enfatizamos que não nos interessa o indivíduo empírico que está no lugar social da Presidência da República nos anos 2019 e 2020. Não se trata de Jair Messias Bolsonaro, mas do sujeito em práticas, que fala com palavras já-ditas, repetindo o mesmo e, contraditoriamente, instaurando o diferente, tendo em vista que, na AD, o sujeito ocupa uma posição dentro de um processo discursivo. Ele não é um, não é centrado, é heterogêneo. O sujeito discursivo se constitui pelo esquecimento de que é interpelado pela ideologia e pela ilusão de que é dono do seu dizer. Ele ocupa posições-sujeito que variam conforme sua inscrição em formações discursivas.

Recortamos ainda, nas SDs, falas que retomam dizeres anteriores e sinalizam para a repetibilidade de discursos que circularam em outras condições sócio-históricas e ideológicas, tendo em vista que os processos discursivos não têm um início e se conjugam no já-dito que é

apropriado pelo sujeito pela memória discursiva. Enunciados como “imprensa inimiga do povo” e “imprensa mentirosa” e, também, remissões ao período da ditadura militar (1964 a 1985) ressoam no eixo da formulação, significando como o retorno de memórias e discursos que já circularam em outras conjunturas sócio-históricas, sendo atualizados na discursividade ora em análise, produzindo novos efeitos de sentido. Colocamos em suspenso o modo como por memórias discursivas retornam pré-construídos, anteriores e exteriores ao dito, e verificamos como eles são mobilizados e ressignificados.

A discursividade analisada neste trabalho ocorre em um momento em que as mídias sociais são convocadas no debate político em todo o mundo. Os perfis de políticos em diversas plataformas *on-line* – como *Twitter*, *Facebook* e *YouTube* – comunicam-se diretamente com eleitores e seguidores. Líderes no poder fazem cada vez mais uso desses perfis inclusive para comunicados oficiais, dispensando a mediação da imprensa. No cenário dessa política, as mídias sociais constituem efeitos de que há conexão direta com os seguidores, com mensagens que podem ser espalhadas de modo pessoal e automático exatamente como desejadas pelos atores políticos, sem a edição e o enquadramento dados pela grande imprensa (os meios tradicionais de comunicação)². Além do mais, essas mídias oferecem conexão mais próxima com os sujeitos, buscando individualizá-los³, e possibilitam atingir grupos específicos (ERNST et al., 2017).

Essa comunicação direta constitui-se pelas redes sociais, que têm sido usadas pelos políticos para controlar o debate público, aproveitando-se das crises de credibilidade e financeira pelas quais as mídias tradicionais vêm passando nos últimos anos.

Críticas à imprensa têm sido cada vez mais frequentes em todo o mundo e, no Brasil, passaram a ser praticadas mais fortemente desde as manifestações de rua que tiveram início em junho de 2013 e mobilizaram milhares de pessoas.

² Tomamos como definição de grande imprensa a formulada por LUCA, T. R. de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, A.; LUCA, T. R. de (org.). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008. *Ebook Kindle*: “de forma genérica designa o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro” (Ibidem, posição 2662). A autora ressalta, no entanto, que é uma expressão imprecisa, que adquire “significados peculiares em função do momento histórico em que é empregada” (Ibidem, posição 2661).

³ Orlandi (2017c, p. 228) trabalha com a noção de individuação do sujeito pelo Estado como uma posição-sujeito na sociedade. Segundo a autora, o sujeito individuado “deriva de seus modos de individuação pelo Estado (ou pela falha do Estado), pela articulação simbólico-política através das instituições e discursos, daí resultando sua inscrição em uma formação discursiva e sua posição sujeito que se inscreve então na formação social com os sentidos que o identificam em sua posição sujeito na sociedade”.

Agressões contra jornalistas têm aumentado desde então. Somente em 2020, a Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ) contabilizou 428 casos de ataque contra profissionais e veículos de imprensa em todo o Brasil, mais do que o dobro do registrado no ano anterior, que foi de 208 (FENAJ, 2021). Esses episódios acabam por minar a liberdade de imprensa. No *ranking* da ONG Repórteres Sem Fronteiras (RSF), o Brasil ocupava, em 2021, a 111ª colocação nesse quesito entre as 180 nações avaliadas⁴.

Assim, sublinhamos a importância de investigar o funcionamento do discurso do presidente da República sobre a imprensa, considerando as contradições que se constituem no eixo da formulação, tendo em vista as condições de produção de 2019 e 2020.

O Brasil vive um período democrático, o que demandaria que a imprensa pudesse atuar com liberdade de expressão e sendo o elo de ligação entre os cidadãos e o poder público. Além de informar, a imprensa tem a responsabilidade de fiscalizar o governo, em um sistema de pesos e contrapesos entre os poderes, segundo Traquina (2005, p. 23), “tal como a democracia sem uma imprensa livre é impensável, o jornalismo sem liberdade ou é farsa ou é tragédia”. Sem esquecer que a mídia é ainda, segundo Orlandi (2007b, p. 16), “o lugar de interpretação e [...] funciona pelo ‘ibope’, que se rege pelo predomínio da audiência”. E que “todo discurso jornalístico, por se tratar de uma interpretação possível sobre determinado fato, não está livre de determinações culturais, políticas e econômicas” (CAZARIN; MENEZES, 2015, p. 112).

Em um Estado Democrático de Direito, o que se espera de um chefe do Executivo é transparência e defesa de uma imprensa livre. No entanto, o mandatário tem, sistematicamente, atacado de forma explícita os veículos de comunicação, proferindo palavras de baixo calão e de ameaça aos jornalistas.

No decorrer de sua história, a imprensa já desempenhou importante papel investigativo, trazendo à tona escândalos que envolveram o poder político em todo o mundo. Um caso emblemático de denúncia ficou conhecido pelo nome de *Watergate*, nos Estados Unidos, entre 1972 e 1974. O escândalo, revelado por dois jornalistas do *The Washington Post*, Carl Bernstein e Bob Woodward, levou à renúncia do presidente Richard Nixon. Por meio de um informante do FBI (*Federal Bureau of Investigation*), apelidado de Garganta Profunda, o jornal revelou que Nixon teve conhecimento de um caso de tentativa de espionagem contra o

⁴ RANKING Mundial da Liberdade de Imprensa 2021: vacina contra a desinformação, o jornalismo segue cerceado em mais de 130 países. **RSF**, Paris. Disponível em: <<https://rsf.org/pt-br/ranking-mundial-da-liberdade-de-imprensa-2021-vacina-contradesinformacao-o-jornalismo-segue>>. Acesso em: 19 maio 2021.

Partido Democrata, ocorrida meses antes da reeleição do presidente republicano norte-americano, e também agiu para obstruir a Justiça nas investigações sobre o assunto.

A imprensa não é isenta de parcialidade e comete erros, como mostramos no primeiro capítulo desta dissertação, no qual trazemos um pouco da história do jornalismo, que se constitui, ainda, como a instituição com o poder de revelar desmandos e crimes que, muitas vezes, nem chegariam a ser investigados. Atacar a credibilidade da imprensa é a tática que muitos políticos, no Brasil e no mundo, têm adotado contra seus críticos para fazer valer seus “próprios fatos”.

O que de fato Bolsonaro busca interditar é a fiscalização do governo. A estratégia já foi usada antes por estados totalitários, em diferentes países do mundo. A diferença neste começo de século é o papel que a internet pode desempenhar quando instrumentalizada a serviço do autoritarismo e da destruição dos fatos. A imprensa só faz sentido se fiscalizar o governo, qualquer governo (BRUM, 2019, p. 228).

Novas tecnologias de comunicação têm sido usadas, no decorrer da história, por diversos regimes de governo, democráticos e autoritários, para propagar suas ideias e, muitas vezes, para minar a credibilidade da imprensa. Foi assim no nazismo e no fascismo, com o rádio e o cinema, no século passado, e tem sido assim na atualidade com a internet e as redes sociais. Como mostramos no segundo capítulo desta dissertação, regimes tanto de direita quanto de esquerda têm instrumentalizado e censurado essas mídias. Com a crise de credibilidade da imprensa, as redes sociais têm sido usadas cada vez mais como fonte de informação.

Na próxima seção, apresentamos a maneira como estruturamos esta dissertação.

1.1 O PERCURSO DA DISSERTAÇÃO

Acabamos de discorrer sobre os objetivos desta pesquisa, trazendo brevemente as condições de produção da discursividade que será analisada na dissertação em tela. Para alcançar os objetivos propostos, dividimos nossa escrita em três capítulos.

No primeiro, trazemos o percurso histórico dos discursos do governo e da imprensa, mostrando os momentos de tensão, de confronto e também de aliança que marcaram essa relação em diferentes conjunturas sócio-históricas no Brasil e no mundo. O objetivo desse capítulo é buscar as condições de produção no sentido amplo, destacando a repetibilidade, os dizeres anteriores que se fazem presentes e são ressignificados no eixo da formulação do discurso do presidente sobre a imprensa. Esses acontecimentos nos permitem compreender o funcionamento da memória na constituição de redes de sentidos a partir de discursos que

retornam desde o interdiscurso. É no encontro da história com a língua que o percurso dos sentidos se constrói, na sua historicidade.

No segundo capítulo, abordamos a conjuntura em que o discurso do chefe do Executivo sobre a imprensa é formulado e circula, as condições de produção tomadas em sentido estrito, nas circunstâncias da enunciação. Para isso, trazemos as mídias sociais, nas quais circula o discurso analisado. Pela constituição de efeitos de sentidos de uma ligação direta com seus públicos propiciada por esse meio, os sujeitos-políticos dispensam a mediação da imprensa, fazendo valer seus “próprios fatos”. A exemplo do que ocorreu com o rádio e o cinema, no século XX, as novas tecnologias da internet têm sido utilizadas na propagação da pós-verdade e na divulgação de *fake news*. Discorremos sobre essas duas expressões, com base em Zoppi-Fontana (2021), que as diferencia de acordo com a função-autor. A emergência da circulação desses dizeres ocorre em um momento em que a imprensa tradicional, assim como outras instituições, passa por crise de credibilidade.

Trazemos as condições de produção dessa crise, que se soma, no caso da imprensa, à financeira, agravada pelas novas tecnologias e pelas maneiras como estas afetam a relação entre o leitor e o veículo de comunicação. Ancoramo-nos em Dias (2016, 2018), para tratar das especificidades do discurso digital. Ainda como parte das circunstâncias da enunciação, analisamos nesse capítulo as implicações discursivas da designação – de acordo com a definição de Guimarães (2017) – de “cercadinho”, nome dado ao espaço no qual os jornalistas são recebidos pelo presidente em frente ao Palácio da Alvorada, em Brasília.

Com o detalhamento das condições de produção amplas e estritas nesses primeiros capítulos, chega o momento de proceder às análises. No último capítulo desta dissertação, nos servimos da noção de formação imaginária, de Pêcheux (2019), para mobilizar as imagens de projeção e autoprojeção do chefe do Executivo e de projeção do seu interlocutor, a imprensa. Organizamos as SDs em grupos para mostrar o antagonismo entre a formação discursiva em que se inscreve o presidente e a da imprensa nas construções imaginárias presentes no discurso do chefe do Executivo: vítima X inimiga, messias X mentirosa, “imbrochável” X covarde. Apresentamos, ainda, a contradição entre a projeção do mandatário como autoritário, trazendo a ditadura militar para o fio do discurso, e a sua autoprojeção como democrata. Por último, mostramos mais dois opostos presentes no processo discursivo do presidente, as duas projeções de imagem de imprensa: a “má”, que trabalha contra o governo, e a “boa”, que publica notícias favoráveis.

Mas, antes de percorrermos esses capítulos, precisamos fazer uma pausa para apresentar as inquietações que trouxeram à tona o objeto desta pesquisa.

1.2 UMA PAUSA NA PRIMEIRA PESSOA DO PLURAL: A POSIÇÃO-SUJEITO JORNALISTA

“Muito melhor um bom político do que 10 mil jornalistas.” A frase acusatória, ouvida, entre outras ainda menos amistosas, no início de 2019, de um amigo italiano, admirador do ex-vice-primeiro-ministro da Itália Matteo Salvini e do ex-presidente norte-americano Donald Trump, e fã do então recém-empossado chefe do Executivo brasileiro, teve um papel importante na escolha do objeto desta pesquisa de Mestrado. Por isso, faço uma pausa na escrita na primeira pessoa do plural, para dar meu testemunho a partir da posição-sujeito jornalista, profissão na qual sou graduada e que exerço desde a formatura, na Universidade Federal do Paraná, em 1996.

Como seria possível um discurso arregimentar tamanha intolerância contra o jornalismo? Como um único político poderia ter suas palavras aceitas incondicionalmente e sem questionamentos? Como todos os jornalistas do mundo poderiam ser colocados no mesmo balaio e condenados sem direito a defesa como mentirosos e inimigos?

A fala desse amigo italiano era apenas uma das milhares de vozes amplificadas em comentários nas redes sociais. Dizeres de pessoas comuns, que encontramos na rua, no trabalho, na padaria, no prédio onde moramos, nas nossas famílias. Pessoas que repetem o que esses governantes falam, sentindo-se protegidas pelo fato de ter uma tela entre elas e os seus alvos. Dizeres que não contestam os fatos abordados nas reportagens, mas atacam pessoalmente e ameaçam os jornalistas que as produziram.

Esta pesquisa nasceu dessa inquietação. Como poderia uma profissão da qual sempre tive tanto orgulho ser assim desmerecida, vilipendiada, atacada? Junto a professores e artistas, os jornalistas viraram a “Geni”⁵ do novo governo, alvos das “pedras” atiradas pelo presidente e por seus seguidores.

Entre na faculdade de Jornalismo, na Universidade Federal do Paraná, acreditando que poderia mudar o mundo: “doce” ilusão de quem, ainda bem jovem, saiu às ruas de Curitiba de cara pintada, gritando palavras de ordem a favor do *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Mello, em 1992. Já formada, trabalhando em redações de jornais, percebi que não

⁵ Refiro-me à personagem da música “Geni e o Zepelim”, do cantor e compositor Chico Buarque, composta em 1978. Geni é uma travesti que goza de sua liberdade sexual e é atacada física e psicologicamente pelos moradores da sua cidade.

seria possível realizar o sonho de caloura. Mas, mesmo assim, tenho orgulho de ter feito parte de coberturas jornalísticas que, de alguma forma, ajudaram a denunciar desmandos e crimes e a dar projeção a demandas de comunidades carentes. Como trarei mais adiante, a imprensa não é isenta, pois está atrelada a forças políticas e econômicas, e seu discurso é um gesto de interpretação entre outros possíveis. A consciência disso já tinha sido despertada durante a vivência de 13 anos em redações de jornal, rádio e tevê, mas foi aguçada na pós-graduação.

No Mestrado, tive um encontro com a AD, essa disciplina de entremeio, conforme a define Orlandi (2016, p. 9-10): “nem psicanálise, nem linguística, nem história, tampouco a soma delas. A análise de discurso coloca-se assim questões que se fazem na relação de entremeio entre elas, questões que não se colocam e não buscam responder”. E, assim, filiei-me a essa disciplina, na busca da compreensão do funcionamento desse processo discursivo. A AD passou a fazer parte tanto deste percurso de pesquisa, quanto de minha vida pessoal e profissional, aguçando o olhar para desconfiar dos efeitos de evidência e de transparência presentes nas enunciações discursivas do dia a dia. Processo também de reconhecimento do assujeitamento à ideologia e do atravessamento do inconsciente na minha posição-sujeito de jornalista.

Pela mediação teórica da AD, tomo meu lugar como analista, deslocando-me da posição de leitor, colocando em suspenso a interpretação, como ensina Orlandi (2005). Não se espera do analista uma posição neutra:

[...] mas que seja relativizada em face da interpretação: é preciso que ele atravesse o efeito da transparência da linguagem, da literalidade do sentido e da onipotência do sujeito. Esse dispositivo vai assim investir na opacidade da linguagem, no descentramento do sujeito e no efeito metafórico, isto é, no equívoco, na falha e na materialidade. No trabalho da ideologia (Ibidem, p. 61).

É a teoria que vai mediar o trabalho do analista no movimento entre descrição e interpretação. Como cada análise é única, a construção de um dispositivo teórico-analítico deve levar em consideração as especificidades do objeto simbólico em estudo e elencar as noções teóricas que serão mobilizadas.

Fechados os parênteses da escrita na primeira pessoa do singular, passamos ao primeiro capítulo desta dissertação. Nela, trazemos o percurso discursivo da imprensa e do poder no Brasil e no mundo.

2 O DISCURSO DO PODER E DA IMPRENSA: PERCURSO SÓCIO-HISTÓRICO

Neste capítulo, procuramos dar visibilidade ao discurso que emana de dois lugares e a partir de duas formações discursivas: a que representa o governo/poder e tem como locutor o presidente da República e a da imprensa, representada, nesta dissertação, pelos jornalistas.

De acordo com Pêcheux (2014, p. 147), formação discursiva (FD) é “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina ‘o que pode e deve ser dito’” (grifo do autor). O indivíduo é interpelado em sujeito do seu discurso por meio da sua inscrição em FDs, que são a materialização das formações ideológicas, que, por sua vez, representam a materialidade concreta da instância ideológica. As FDs, segundo Orlandi (2005, p. 43-44), são regionalizações do interdiscurso, tendo em conta que este “disponibiliza dizeres, determinando, pelo já-dito, aquilo que constitui uma formação discursiva em relação a outra”. De acordo com a sua interpelação ideológica, o sujeito toma uma ou mais posições dentro de uma FD. Orlandi (Ibidem) também pontua que o sujeito não tem acesso ao modo como ocupa essas posições.

Assim, ao assumir diferentes posições dentro de uma FD, instaura-se a contradição, constitutiva dos processos discursivos, com a entrada de saberes de outras FDs, perturbando e desestabilizando os sentidos. De acordo com Pêcheux (1990, não paginado), “uma ideologia é não-idêntica a si mesma, ela não existe a não ser sob a modalidade da divisão, ela não se realiza senão dentro da contradição que organiza nela a unidade e a luta dos contrários”. Diferentemente da contradição, que ocorre quando o sujeito assume variadas posições dentro de uma FD, as relações de antagonismo se dão entre FDs distintas, que se opõem (ZANDWAIS, 2009). Nesta pesquisa, trabalhamos o antagonismo entre as FDs do governo e da imprensa e a contradição entre as diversas posições-sujeito assumidas pelo chefe do Executivo, que enuncia do lugar discursivo (LD) da Presidência da República nos anos de 2019 e 2020.

Como ressaltamos, anteriormente, a discursividade não é resultado da vontade individual de um sujeito empírico, ela reflete as condições de produção que a sustentam. E a analisada, nesta pesquisa, proferida do LD da Presidência da República, está ancorada em formações ideológicas que a suportam. Tomamos a definição de lugar discursivo (LD)⁶ conforme Daltoé (2011, p. 73), como “um espaço ‘sempre-já-lá’, atravessado por discursos dispersos”. Ao ocupar um lugar social, o sujeito enunciador já é identificado por uma FD,

⁶ A noção de lugar discursivo foi também trabalhada, anteriormente, por Grigoletto (2005) e Dornelles (2005).

assumindo uma ou mais posições-sujeito. O LD é um espaço ainda não afetado por uma FD específica, mas atravessado por vários discursos, vindos de posições-sujeito diversas de FDs diferentes. O LD da Presidência da República é então afetado pelos discursos de todos os presidentes do Brasil, assujeitados por diferentes FDs, assumindo variadas posições-sujeito.

Segundo Orlandi (2007a), o espaço possível de singularidade do sujeito está entre os limites contraditórios de FDs diferentes:

Aí trabalham processos de identificação do sujeito que não estão fechados na sua “inscrição em uma formação discursiva determinada”, mas justamente nos deslocamentos possíveis - trabalhados no e pelo silêncio - na relação conjuntural das formações (Ibidem, p. 90, grifo da autora).

Indursky (2020) divide os adeptos ao chefe do Executivo que ocupou o Palácio do Planalto em 2019 e 2020 entre apoiadores e seguidores. Os primeiros foram os que tornaram possível a ascensão do capitão reformado ao poder, por meio do poder econômico. Eles não aparecem publicamente. Subjetivados a uma FD de direita, na posição-sujeito neoliberal, apoiaram a eleição de quem fizesse o “trabalho de desconstrução do Brasil, [...] facultando-lhes, desse modo, apropriar-se de bens patrimoniais que pertencem a todos, assegurados pela Constituição” (Ibidem, p. 368). Eles servem-se do governo para aumentar seus lucros, reduzindo direitos trabalhistas, acabando com as políticas de preservação do meio ambiente, e sucateando a educação e a saúde públicas. Já os seguidores são bem visíveis, saem às ruas de verde e amarelo, bradando palavras de ordem, dedicando “apoio e amor incondicionais ao seu ídolo. Atendem a suas convocações, espelham-se em sua práxis violenta, seja na mobilização da língua fascista como no tom de voz e atitudes, comportando-se a sua imagem e semelhança” (Ibidem, loc. cit.).

Tendo em conta a memória e os discursos que retornam, construímos o texto deste capítulo a partir das FDs do governo e da imprensa em diferentes condições sócio-históricas no Brasil e no mundo. Buscamos, com isso, destacar a repetibilidade, a qual, de acordo com Indursky (2011, p. 70), “permite observar que os saberes preexistem ao discurso do sujeito”.

O discurso, objeto da AD, define-se como “‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B” (PÊCHEUX, 2019, p. 39, grifo do autor). O autor salienta não se tratar de “transmissão de informação” entre A e B, que também não representam indivíduos empíricos e sim “lugares determinados na estrutura de uma formação social” (Ibidem, loc. cit.). Esses efeitos de sentidos dependem do lugar a partir do qual se posicionam esses interlocutores. Eles não são transparentes e são determinados de acordo com as posições-sujeito e as filiações ideológicas

que atuam em dada conjuntura sócio-histórica. De tal forma que “as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (PÊCHEUX, 2014, p. 146-147). E o sujeito do discurso “diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele” (ORLANDI, 2005, p. 32).

Destacamos o percurso histórico das relações entre as FDs do governo e da imprensa, tendo em vista que a tanto a aliança quanto a tensão entre esses dois lugares de fala são tão antigas quanto a própria prática do jornalismo. Do discurso de confronto do poder sobre a imprensa fazem parte desde falas críticas, passando por processos e ameaças, chegando até mesmo a censuras, prisões e assassinatos.

Recortamos esses acontecimentos para compreender o funcionamento da memória na constituição de redes de sentidos a partir de discursos que retornam desde o eixo da constituição (o interdiscurso), sustentando a possibilidade da interpretação, tendo em conta, como nos ensina Orlandi (2007a, p. 18, grifo da autora), que ela “é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é ‘materializada’ pela história. Esta, finalmente, é uma característica importante da interpretação. Ela sempre se dá de algum lugar da história e da sociedade e tem uma direção, que é [...] política”.

A história, na AD, funciona pela historicidade, conforme Orlandi (Ibidem, p. 55), como constitutiva, pela qual a temporalidade é interna e se dá “numa relação com a exterioridade tal como ela se inscreve no próprio texto e não como algo lá fora, refletido nele.” Flores (2021, p. 63) assume a historicidade como “relação língua e história”. Com base em Nunes (2007, p. 373), não entendemos a história “como um pano de fundo, um exterior independente, mas como constitutiva da produção de sentidos. Trabalhar a historicidade implica observar os processos de constituição dos sentidos e com isso desconstruir as ilusões de clareza e de certeza”. Ainda de acordo com Orlandi (1990, p. 35), não é da história cronológica que tratamos, mas a que se refere a práticas: “ela se organiza tendo como parâmetro as relações de poder e de sentidos”.

Não trabalhamos com a historiografia, que apresenta dados cronologicamente, deixando de lado a interpretação, na relação com a linguagem e o sujeito. Recortamos da história da imprensa fatos e práticas que se inscreveram na memória discursiva e que, de alguma forma, ressoam na fala do atual presidente.

A memória discursiva não é a cognitiva, individual, da ordem do psicológico, mas a memória social, inscrita em práticas discursivas reguladas pelos aparelhos ideológicos do

Estado⁷, é “a memória mítica e a construída pelos historiadores” (PÊCHEUX, 1999, p. 50). Ela estrutura a materialidade discursiva complexa e a organiza, estabelecendo o “que nos lembramos e como nos lembramos, na luta ideológica, do que convém dizer e não dizer, a partir de uma determinada posição em uma conjuntura dada” (COURTINE, 2009, p. 106). Por isso ela é lacunar, esburacada, diferentemente do interdiscurso, que é saturado, no qual estão todos os sentidos produzidos por vozes anônimas.

O que vem da história retorna como memória e significa, na perspectiva discursiva, como historicidade. Para Venturini (2021, p. 162), não se utiliza a história a partir de uma “dependência positiva”, mas admite-se que essa disciplina “instaura marcas de acontecimentos, de evidências e faz parte da formação social”.

A historicidade faz parte das condições de produção em que o discurso em torno da imprensa é formulado e circula. Com base em Pêcheux e Fuchs (1997, p. 182), tomamos a noção de condições de produção tanto como “as determinações que caracterizam um processo discursivo”, quanto como “as características múltiplas de uma ‘situação concreta’ que conduz à ‘produção’ [...] da superfície linguística de um discurso empírico concreto” (grifos dos autores). Tem-se em Orlandi (2006a, p. 15) que as condições de produção incluem os sujeitos e a situação, podendo ser consideradas em sentido estrito (circunstâncias da enunciação) e amplo (conjuntura sócio-histórica e ideológica). As duas modalidades, porém, não podem ser dissociadas, tendo em vista que “em toda situação de linguagem esses conceitos funcionam conjuntamente” (Ibidem, loc. cit.).

Iniciamos este capítulo trazendo um pouco da história da imprensa mundial, destacando como ela surgiu e se desenvolveu, apontando para o que sempre foi uma relação muito próxima com o poder político e econômico. As características da imprensa mudaram no decorrer dos anos, passando de pequenas folhas panfletárias a grandes conglomerados empresariais que têm a notícia como produto.

Na segunda parte, apresentamos os principais momentos de tensão da imprensa com o poder no mundo com vistas a destacar a repetibilidade – a memória – funcionando, conforme Pêcheux (2014, p. 149), como interdiscurso, o “‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-

⁷ Aparelho ideológico de Estado como proposto por Althusser (1999, p. 104): “um sistema de instituições, organizações e práticas correspondentes, definidas. Nas instituições, organizações e práticas desse sistema é realizada toda a Ideologia de Estado ou uma parte dessa ideologia”. Esses aparelhos diferem-se dos aparelhos de Estado que funcionam pela repressão tanto física quanto administrativa. A imprensa é um exemplo de aparelho ideológico de Estado, assim como a escola, a igreja e a família, entre outros. Já o governo é um aparelho repressivo de Estado.

subordinação que [...] caracteriza o complexo das formações ideológicas” (grifos do autor). O interdiscurso compreende todos os sentidos e os não sentidos, que só passam a significar quando são convocados por uma FD (VENTURINI, 2009). Ele fornece os elementos discursivos ao sujeito enunciativo, que deles se apropria sem ter consciência de que não é a origem do seu dizer. A FD dissimula, “na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso” (PÊCHEUX, 2014, p. 149).

Os elementos do interdiscurso, produzidos em outro lugar, exteriormente, anteriormente e independentemente, são os chamados pré-construídos, o “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade” (Ibidem, p. 149, 151, grifo do autor), o que “todos sabem”. O pré-construído inscreve-se no fio do discurso, o intradiscurso, por meio de dois funcionamentos: a operação de encaixe sintático e a linearização do discurso transversal.

No primeiro, o pré-construído é encaixado no discurso do sujeito por meio de “explicativas, incisivas e outros processos sintáticos” (VENTURINI, 2009, p. 113). No discurso transversal, ocorre a “textualização do discurso sem que haja referência explícita” (Ibidem, loc. cit.). O pré-construído ressoa no intradiscurso, por meio de metonímias, que remetem a saberes de outras FDs. “O discurso-outro entra de viés no discurso do sujeito, tangenciando-o e nele fazendo eco de algo que foi dito em outro lugar” (INDURSKY, 2011, p. 70).

Tendo em vista esses funcionamentos da memória, trazemos acontecimentos de litígio⁸, tanto em regimes democráticos quanto autoritários, de espectros de esquerda e de direita.

Finalizando este capítulo, exploramos com mais detalhes a história da relação poder e imprensa no Brasil, percorrendo desde os primórdios dessa atividade no País, que surgiu tardiamente com relação a outros países, com a vinda da corte portuguesa, em 1808, passando pelos períodos ditatoriais, até chegar aos presidentes que ocuparam o Palácio do Planalto desde a redemocratização. A retomada da história desse relacionamento dá conta das condições de produção em sentido amplo que ancoram as análises.

⁸ Conforme Rancière (1996, p. 40), o litígio marca a contradição “entre dois mundos alojados num só”.

2.1 DAS FOLHAS MANUSCRITAS AOS GRANDES CONGLOMERADOS DE COMUNICAÇÃO

A evolução da imprensa como veículo de circulação pública e periódica no mundo está intimamente ligada ao surgimento e ao fortalecimento da burguesia. O advento do estado burguês implica a divisão da formação social em classes sociais, instituindo o litígio, segundo Rancière (1996, p. 39), como “o lugar onde se trava o conflito” e isso significa instaurar e fazer funcionar privilégios.

De acordo com Orlandi (1987, p. 206), a rigidez do feudalismo, com a clara separação da ordem dominante, deu lugar, com o advento da burguesia, à interpenetração das classes, em um “terreno de confronto de diferenças [...] A característica das revoluções burguesas é, pois, absorver as diferenças para universalizar as relações jurídicas, no momento em que se universalizam a circulação do dinheiro, das mercadorias e dos trabalhadores ‘livres’” (grifo da autora).

Os primeiros jornais com circulação pública e periódica surgiram em Veneza, no século XVI, e foram chamados de *gazzette*, nome da moeda com a qual eles podiam ser adquiridos. Essas folhas, que eram manuscritas, atendiam aos interesses de mercadores e de banqueiros ao informar sobre os acontecimentos comerciais e econômicos e sobre as guerras em curso. Assim, segundo Lage (2001, p. 12), foi quebrado o monopólio sobre os meios de comunicação, exercido pelo Estado e pela Igreja.

A burguesia utilizou os periódicos para criticar a aristocracia e propagar “ideais de livre comércio e de livre produção que lhe convinham” (Ibidem, p. 13). O poder político autocrático logo passou a editar decretos de censura e a rodar seus próprios jornais oficiais. “A liberdade de expressão do pensamento somou-se, na luta contra a censura, às outras liberdades pretendidas no ideário burguês, e o jornal tornou-se instrumento de luta ideológica, como jamais deixaria de ser” (Ibidem, loc. cit.). Orlandi (1987, p. 206) ressalta o jogo de palavras com relação aos conceitos de “liberdade” e “igualdade”: “a burguesia sempre proclama o ideal da igualdade ao mesmo tempo em que organiza uma desigualdade real”. A luta pela liberdade de expressão logo sofreu alterações quando a burguesia assumiu o poder de Estado, passando a adotar a censura, tão criticada anteriormente, como forma de controlar opiniões contrárias.

De acordo com Pêcheux (2014, p. 130), a ideologia é feita de práticas e não de ideias deslocadas dessas práticas. E é nos aparelhos ideológicos de Estado que a ideologia dominante tem “seu lugar e meio de realização” (Ibidem, p. 131). Ainda conforme o autor, é no interior desses aparelhos que ocorre a luta de classes, e, portanto, estes não são “puros instrumentos da

classe dominante, máquinas ideológicas que reproduzem pura e simplesmente as relações de produção existentes” (Ibidem, loc. cit.). Para Orlandi (2007b, p. 31), a ideologia “é interpretação de sentido em certa direção, direção determinada pela relação da linguagem com a história em seus mecanismos imaginários”. Ela faz com que, ao interpretar, o sujeito tenha como “evidência” um determinado sentido, que a ele parece transparente e o único possível.

A imprensa, desde o seu surgimento e atuando como aparelho ideológico de Estado, tem colaborado tanto para a reprodução quanto para a transformação das relações de produção, de acordo com as condições sócio-históricas dadas. Mariani (1996, p. 76) trata a imprensa como instituição, não no conceito sociológico, mas como processo que apaga o assujeitamento à ideologia: “o que chamamos de instituição, [...], é fruto de longos processos históricos durante os quais ocorre a sedimentação de determinados sentidos concomitantemente à legitimação de práticas ou condutas sociais”. A autora defende que a instituição jornalística passou por um processo histórico de assujeitamento e que funciona regida por relações sociais jurídico-ideológicas, “no intuito de preservar o *status quo* de uma elite dominante” (Ibidem, p. 83). A instituição imprensa surgiu tendo a Igreja como instância de vigilância e punição. Mais tarde, o Estado também passou a desempenhar essa regulação. Essas relações são apagadas no discurso jornalístico: “os rituais jornalísticos, designados como devem ser, de acordo com a Lei, acabam sendo representados sob a evidência de que são unicamente e sempre assim” (Ibidem, p. 84).

No final do século XVIII, os jornais deixaram de ser artesanais para se profissionalizar, mas ainda eram economicamente deficitários. Segundo Marcondes Filho (2000, p. 48), redigidos por políticos, escritores, críticos e cientistas, os periódicos apresentavam como seus valores dominantes “razão (verdade, transparência); questionamento da autoridade; [...] confiança no progresso” e eram utilizados como arma na luta política.

Por causa da ligação dos jornais com a propaganda política, foi cunhado o termo “Quarto Poder”. Em 1828, um deputado do parlamento britânico, Thomas Macaulay, afirmou que a galeria em que os repórteres se sentavam havia se tornado um quarto estado do reino⁹. “No novo enquadramento da democracia, com o princípio de ‘poder controla poder’ [...], a imprensa [...] seria o ‘quarto’ poder em relação aos outros três: o poder executivo, o legislativo e o judicial” (TRAQUINA, 2005, p. 46, grifos do autor). O termo utilizado pelo deputado

⁹ THOMAS Babington Macaulay. **Oxford Reference**, Oxford. Disponível em: <<https://www.oxfordreference.com/view/10.1093/acref/9780191826719.001.0001/q-oro-ed4-00006891>>. Acesso em: 30 ago. 2021.

britânico ganhou ainda mais notoriedade ao virar título de um livro do jornalista inglês F. Knighth Hunt¹⁰, e acabou sendo utilizado tanto para defender a imprensa no seu papel fiscalizador quanto para criticá-la com relação ao seu poder no jogo político.

Nos Estados Unidos e na Europa, por volta de 1830, teve início a chamada imprensa de massa, com a *penny press*, que ganhou esse nome por conta da redução do preço de venda para um centavo por exemplar. O objetivo era expandir o público leitor, com o aumento exponente nas tiragens, o que só foi possível com o desenvolvimento de maquinário mais moderno na impressão. O alto custo de investimento nas novas tecnologias fez surgir o jornal empresa, que potencializava a venda de espaços para publicidade nas suas páginas. Como ressalta Lage:

Estabeleceu-se relação triangular em que o produtor de informação busca atrair o interesse de um público, que retribui consumindo produtos (industriais, de serviços ou ideológicos) do sistema econômico-ideológico. Este gratifica o produtor de informação com verbas publicitárias, financiamentos e apoio social (LAGE, 2001, p. 17).

A crescente dependência do poder econômico e a busca do lucro trouxe implicações ao modo de se fazer jornalismo. Emergiu nessa época um novo paradigma, que passou a fazer parte do imaginário da imprensa, que era o de “fornecer informação e não propaganda”, assim “os jornais oferecem um novo produto – as notícias, baseadas nos ‘fatos’ e não nas ‘opiniões’” (TRAQUINA, 2005, p. 34 grifos do autor). Do discurso dos jornais, a partir de então funcionando como empresas, passou a fazer parte o argumento de que o relato de “fatos” garantiria a isenção da notícia. O que não se diz é que quando a notícia vira produto, o seu objetivo principal passa a ser o de se vender. A submissão dos jornais ao poder econômico tem reflexos nas suas linhas editoriais, que interferem na escolha dos “fatos” a relatar, na maneira como estes são abordados, nas fontes que são ouvidas e nos assuntos que não chegam a ser divulgados. Percebe-se, assim, o que Orlandi (2007a, p. 73) chamou de política do silêncio, como o “fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” e que “produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz”.

A política do silêncio funciona no discurso jornalístico omitindo as suas condições de produção, segundo Flores (2017). A autora ressalta que, ao recortar a notícia, a grande imprensa

¹⁰ CADENA, N. V. O pai do "Quarto Poder". **Portal Imprensa**, São Paulo, 2 fev. 2009. Disponível em: <<https://portalimprensa.com.br/noticias/opiniaio/358/o+pai+do+quarto+poder>>. Acesso em: 14 abr. 2022.

desconsidera “a historicidade do acontecimento e ao silenciar outros possíveis sentidos produz esse efeito de neutralidade, como se tudo que interessa saber está ali reportado e, ao mesmo tempo, produz o efeito de verdade nesse discurso, que nada mais é que uma direção de sentidos” (Ibidem, p. 127).

O século XX trouxe o advento dos grandes conglomerados da indústria da imprensa, que só foram ameaçados “pelas guerras e pelos governos totalitários do período” (MARCONDES FILHO, 2000, p. 14). Os jornais e as revistas passaram a sofrer forte influência da indústria publicitária e das relações públicas que, segundo o autor, iriam descaracterizar o jornalismo, enfraquecendo-o e substituindo-o por processos “que já não buscam ‘a verdade’, que já não questionam a política ou os políticos, que já não apostam numa evolução para uma sociedade mais humana” (Ibidem, p. 15, grifo do autor).

Para Orlandi (2007b, p. 16), ao mesmo tempo em que a mídia produz a diversificação dos seus meios, torna seus efeitos de sentido homogêneos, o que ela chama de “deslimitada produção (a enorme variação) do ‘mesmo’” (grifo da autora). Esse lugar de interpretação é regido “pelo predomínio da audiência” (Ibidem, loc. cit.).

Desde meados do século XX, o jornalismo começou a ser impactado em todo o mundo por mudanças tecnológicas, primeiro com o rádio e a TV e depois com a internet. Surgido no início do século XX, o rádio foi primeiro utilizado para fins militares. Nos anos 1920, depois do fim da Primeira Guerra Mundial, começou a fazer parte do dia a dia das pessoas, nos Estados Unidos e na Europa. No Brasil, o rádio não demorou a chegar, com a primeira transmissão em 1923, como vemos na última seção deste capítulo.

A televisão iniciou suas transmissões na década de 1930, no Reino Unido, atingindo, a princípio, poucas pessoas, por conta do alto custo dos equipamentos, comparado ao dos aparelhos de rádio. Já em 1936, a BBC atingiu a audiência de 50 mil telespectadores ao transmitir a cerimônia de coroação do Rei George VI. Nos Estados Unidos, a inauguração da TV deu-se com a transmissão de um discurso do presidente Franklin Roosevelt, em 1939¹¹. Segundo Marcondes Filho (2000, p. 35-36), a concorrência com esse novo meio de comunicação fez com que os jornais impressos passassem a trabalhar matérias mais interpretativas e opinativas, “deixando a abordagem puramente informativa a cargo do jornalismo de televisão”. O autor argumenta que a tática funcionou por um período, mas que a têve passou a ditar os assuntos que os jornais trabalhariam no dia seguinte.

¹¹ PERUCH, T. História da televisão. **Espaço do Conhecimento**, UFMG, Belo Horizonte, 18 jan. 2022. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/espacoconhecimento/historia-da-televisao/>>. Acesso em: 30 set. 2022.

Na última seção deste capítulo, reservada às condições de produção da imprensa e do poder no Brasil, apresentamos em mais detalhes a implantação do rádio e da televisão no País. As redes sociais são debatidas no segundo capítulo desta dissertação. Essas novas tecnologias passaram a receber recursos que antes eram destinados aos impressos (Ibidem). A crise financeira que as empresas jornalísticas passaram a enfrentar, principalmente com o advento da internet, é tratada no próximo capítulo.

Na próxima seção, trazemos os principais conflitos entre a imprensa e o poder no mundo.

2.2 A IMPRENSA E O PODER NO MUNDO

Para mostrar que o confronto entre o poder e a imprensa é recorrente, trazemos alguns dos principais casos de embate na história mundial. A memória desses conflitos é constitutiva do discurso do poder sobre a imprensa, retornando do interdiscurso como pré-construído, produzindo novos efeitos de sentido ao inscrever-se no eixo da formulação, nas condições sócio-históricas atuais. A tensão sempre foi maior em regimes autoritários, mas ocorre também em democracias estabelecidas.

Os regimes de exceção, tanto de esquerda quanto de direita, adotaram medidas extremas para controlar a imprensa. Quando Adolf Hitler assumiu o poder na Alemanha, em 1933, havia mais de 4,7 mil jornais no país – 3% deles pertenciam ao Partido Nazista¹². O regime confiscou periódicos e gráficas de partidos de oposição, como o Comunista e o Social-Democrata, e forçou a transferência de títulos de proprietários judeus. O Ministério da Propaganda, chefiado pelo ex-jornalista Joseph Goebbels, assumiu o controle da associação de imprensa alemã e determinou uma série de regras sobre o que podia ou não ser divulgado. Jornalistas que não cumprissem as exigências poderiam ser executados ou enviados para campos de concentração, o que provocou a fuga de muitos profissionais para outros países¹³.

O regime contou com o apoio de partidários do nazismo para rodar publicações que divulgavam notícias falsas, como o *Der Stürmer*. Por mais de 20 anos (1923-45), o seu dono, o ex-professor antissemita Julius Streicher, publicava histórias de rituais de assassinatos, crimes

¹² UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. Writing the news. **Holocaust Encyclopedia**, Washington. Disponível em: <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/writing-the-news?series=1>>. Acesso em: 30 ago. 2021.

¹³ UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. The press in the Third Reich. **Holocaust Encyclopedia**, Washington. Disponível em: <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/the-press-in-the-third-reich>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

sexuais e delitos financeiros atribuídos aos judeus. Com a chegada dos nazistas ao poder, a sua fortuna cresceu junto com a circulação do seu jornal. Apesar dos inúmeros processos judiciais contra o periódico e da expulsão de Streicher do Partido Nazista por corrupção, Hitler se negou a fechar o jornal.

O uso das novas tecnologias, como o rádio e o cinema, foi crucial para a propaganda do regime nazista. Os discursos de Hitler eram transmitidos tanto em alto-falantes instalados nas ruas e nas fábricas quanto em aparelhos de rádio de custo reduzido subsidiados pelo Ministério da Propaganda. Durante a Segunda Guerra Mundial, os alemães foram proibidos de ler e ouvir a imprensa estrangeira.

A Itália de Benito Mussolini também utilizou a propaganda e as novas ferramentas de comunicação para propagar o regime fascista. Segundo Bertonha (2008, p. 150), já em 1926, uma série de medidas foi adotada para garantir a adesão da sociedade italiana, como a proibição dos periódicos contrários ao regime, a criação de jornais alinhados e a adoção de leis de censura à imprensa. Só nos anos de 1937-38, foram impostas 4 mil ordens de censura e 400 sanções por violação. Como conta Veneroso:

Cada publicação era controlada, apreendendo-se todos os documentos considerados perigosos ou contrários ao regime, disseminando-se as famosas “ordens de imprensa” [...] com as quais eram dadas instruções quanto ao conteúdo dos artigos, como definir os títulos e sobretudo o seu tamanho: tudo estudado e direcionado para prender os leitores (VENEROSO, 2015, p. 117-118, tradução nossa, grifo do autor).

Antes mesmo de Mussolini assumir o poder em 1922, a liberdade de expressão foi combatida com violência pelas milícias armadas alinhadas ao líder fascista. Os jovens chamados de “camisas negras”, por causa da vestimenta utilizada, formavam uma espécie de exército particular do *Duce* (alcunha pela qual ficou conhecido Mussolini e que significa líder, em italiano) e tinham como missão “defender as sedes fascistas, recrutar novos membros e atacar jornais, cooperativas e membros do movimento socialista” (CARON, 2015, p. 14).

Somente o *Avanti!*, periódico socialista de Milão, foi atacado quatro vezes, entre 1919 e 1922. Mussolini, que foi jornalista, chegou a atuar como redator-chefe do jornal, de 1912 até 1914, ano em que rompeu com o socialismo e abraçou o fascismo. Nos ataques aos prédios onde funcionavam a redação e a gráfica, as rotativas e os linotipos eram quebrados e os edifícios incendiados. Os episódios de violência contavam com “tiroteios, facadas, espancamentos, confrontos entre editores e fascistas, entre soldados e pelotões, tiros de metralhadora, mortos e

feridos”¹⁴. A cada ataque, a redação era transferida a um novo local e reconstruída, até o fechamento do jornal, em 1926, em decorrência das leis que aumentaram o controle da imprensa na Itália.

Na União Soviética, um decreto para censurar a imprensa foi editado três dias após a Revolução Bolchevique, em 1917. Com o advento da guerra civil, em 1918, a censura recrudescceu, cobrindo não apenas a mídia impressa, mas também a telefonia e o telégrafo (MARKWICK, 2013, p. 373). Mesmo ao fim do conflito armado, em 1921, as medidas restritivas continuaram.

Em 1922, foi implantado o *Glavlit*, que era a sigla em russo para Direção-Geral de Assuntos Literários e Editoriais. O órgão era responsável pela censura na União Soviética, não apenas da imprensa, mas de todo tipo de publicação, inclusive literária e acadêmica. A prática da censura era considerada uma “necessidade para proteger uma vulnerável e incipiente revolução que estava ameaçada material e ideologicamente” (Ibidem, loc. cit., tradução nossa). O órgão atuava de duas maneiras: multando, processando e fechando jornais e editoras considerados hostis e também influenciando os editores, indicando e removendo pessoas consideradas “inadequadas”.

Antes da proclamação da República Popular da China, em 1949, a imprensa gozava de um certo grau de liberdade. Isso mudou com a ascensão de Mao Tsé-Tung e do Partido Comunista. A mídia passou ao controle estatal, com o fim da propriedade privada da imprensa, e a liberdade de expressão foi suprimida. Segundo Tsé-Tung, “o papel e o poder dos jornais consistem na sua capacidade de apresentar às massas, da maneira mais rápida e abrangente, o programa do Partido, a sua linha, as suas políticas gerais e específicas, as suas tarefas e os seus métodos de trabalho”¹⁵.

De acordo com a ONG Repórteres Sem Fronteiras, “intelectuais, incluindo jornalistas, viviam permanentemente com medo da repressão arbitrária orquestrada pelo regime até a morte de Mao, em 1976”¹⁶. Ainda segundo a ONG, “a loucura totalitária levou jornalistas a praticar um culto à personalidade de Mao, enquanto os que eram suspeitos de nostalgia pela ‘Velha China’ eram perseguidos, humilhados, presos ou assassinados” (tradução nossa, grifo do autor).

¹⁴ L’ASSALTO fascista alla sede dell’Avanti! cento anni dopo. **Avanti!**, Roma, 16 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.avantionline.it/15-aprile-lassalto-fascista-alla-sede-dellavanti-cento-anni-dopo/>>. Acesso em: 31 ago. 2021. Tradução nossa.

¹⁵ SELECTED Works of Mao Tse-tung: a talk to the editorial staff of the Shansi-Suiyuan Daily. **Marxists.org**, [S.l.], 2014. Disponível em: <https://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-4/mswv4_36.htm>. Acesso em: 27 ago. 2021. Tradução nossa.

¹⁶ SIXTY years of news media and censorship. **RSF**, Paris, 1 out. 2009. Disponível em: <<https://rsf.org/en/reports/sixty-years-news-media-and-censorship>>. Acesso em: 31 ago. 2021. Tradução nossa.

Não é apenas em regimes de exceção que ocorrem embates entre o poder e a imprensa. Foi uma denúncia publicada no jornal norte-americano *The Washington Post* que derrubou o então presidente Richard Nixon, em 1974, no escândalo que ficou conhecido como *Watergate*¹⁷.

Dois repórteres do periódico, Carl Bernstein e Bob Woodward, desconfiaram de um caso de invasão ao comitê do Partido Democrata, em 1972. Os jornalistas descobriram, com a ajuda de um informante do FBI (*Federal Bureau of Investigation*), apelidado de Garganta Profunda, a ligação dos invasores, que tentavam instalar escuta telefônica no local, com o Partido Republicano, de Nixon – candidato à reeleição. Durante a investigação ficou ainda comprovado que o presidente tentou obstruir as investigações sobre o caso. Mesmo com as denúncias, Nixon foi reeleito, mas obrigado a renunciar, em 1974, após a abertura de um processo de *impeachment*.

Como conta Bernstein¹⁸, ao invés de responder aos questionamentos das denúncias levantadas por ele e seu parceiro da investigação jornalística, os assessores da Casa Branca criticaram a conduta da imprensa: “nos acusavam de abastecedores do diz-que-diz, de assassinar reputações, e faziam insinuações sem nunca tocar no que nossas matérias diziam”.

Os embates mais recentes entre o poder e a imprensa no mundo, com o uso das redes sociais, são abordados no próximo capítulo. A seguir, trazemos um pouco da história da imprensa no Brasil e os casos de confronto e de aliança com o poder.

2.3 A IMPRENSA E O PODER NO BRASIL

Nesta seção, abordamos o histórico das relações entre a imprensa e o poder no Brasil, ressaltando que elas apresentaram recorrentemente momentos de tensão e de conflito, principalmente quando há divulgação de notícias consideradas desfavoráveis ao governo. Isso ocorre desde o surgimento da imprensa periódica no Brasil, em 1808. Mas a tensão sempre aumentou em períodos ditatoriais, como já ocorreu durante o Estado Novo (1937-45) e a ditadura militar (1964-85).

Conforme já afirmamos anteriormente, essa relação não é somente de atrito, pois a imprensa serve recorrentemente aos objetivos do poder político e econômico tanto no Brasil,

¹⁷ FISHER, M. Watergate: The long shadow of a scandal. **The Washington Post**, Washington, 14 jun. 2012. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/lifestyle/style/as-years-go-by-watergate-drifts-toward-myth/2014/06/14/cff4080c-aa8a-11e1-b15f-a61faf9b4d76_story.html>. Acesso em: 19 out. 2021.

¹⁸ BERNSTEIN, C. A mídia e o triunfo da cultura idiota. **Observatório da imprensa**, São Paulo, 12 mar. 2003. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/a-mdia-e-o-triunfo-da-cultura-idiota/>>. Acesso em: 14 set. 2021.

quanto no mundo. Como veremos nesta seção, a formação discursiva da imprensa brasileira não é homogênea. Os vários veículos de comunicação dividem-se em posições-sujeito diferentes, da imprensa alternativa aos grandes conglomerados. Alianças e confrontos intercalam-se de acordo com as condições sócio-históricas dadas, estabelecendo novas relações de força.

A historicidade dos embates travados e das alianças firmadas entre imprensa e poder nos interessa, pois os fatos e os eventos históricos reclamam sentidos e assim são inscritos na história a partir da língua, significando discursivamente e retornando na materialidade analisada nesta pesquisa.

Na primeira seção deste capítulo, trouxemos um pouco da história do surgimento da imprensa no mundo, destacando que a brasileira tem características próprias, começando pelo seu surgimento tardio. A circulação de jornais e livros estrangeiros e a instalação de gráficas eram proibidas no Brasil até a chegada da Corte portuguesa, em 1808. Foi apenas naquele ano que a imprensa periódica passou a atuar de maneira sistemática na colônia, após a instalação da tipografia da Imprensa Régia (MOREL, 2008, posição¹⁹ 345). Os primeiros jornais que circularam no Brasil em 1808 foram o *Correio Braziliense* e a *Gazeta do Rio de Janeiro*. O primeiro, de propriedade privada, era impresso em Londres. O segundo, jornal oficial, era rodado na Imprensa Régia no Brasil.

A censura prévia, exercida pelo governo e pela igreja, fez parte da rotina dos periódicos até o decreto que a aboliu, assinado por D. João VI em 1821, antes de voltar a Portugal, instituindo assim a primeira lei de imprensa brasileira. Segundo Flores (2014), o documento marcou um acontecimento discursivo, que mudou o jornalismo brasileiro. O decreto permitiu que se pudesse falar, embora tenha estabelecido a possibilidade de punição posterior: “[...] a censura continuava, mas deixava de ser prévia e passava a ser aplicada não somente aos autores dos textos, mas também aos responsáveis pelas tipografias, quando os escritos não tinham autoria” (Ibidem, p. 60). Com o fim da censura prévia, o número de jornais em circulação aumentou, embora muitos deles tenham durado poucas edições.

Cohen (2008, posição 1781) evidencia as raízes políticas da atividade jornalística no Brasil, desde as primeiras publicações: os veículos “[...] constituíram-se sempre a partir de grupos de interesse que viam na imprensa um meio de propagação de suas ideias e aspirações”. A primeira fase da imprensa brasileira foi marcada pelo estilo panfletário e opinativo.

¹⁹ Utilizamos o termo “posição” em caso de *Ebook* que não contenha numeração de página.

Desde esse início tardio, em relação ao Velho Mundo, a imprensa desempenhou papel importante, influenciando em acontecimentos que mudaram a história do Brasil. O primeiro grande exemplo foi a Independência, declarada em 1822. Nem todos os periódicos tomaram partido do movimento de ruptura com Portugal. A princípio, tanto o *Correio Braziliense*, crítico ao governo, quanto a *Gazeta do Rio de Janeiro*, publicação oficial, “defendiam idêntica forma de governo (monárquica), a mesma dinastia (Bragança), apoiavam o projeto de união luso-brasileira e comungavam o repúdio às ideias de revolução e ruptura” (MOREL, 2008, posição 478). Foi somente a partir de meados de 1821 que os dois jornais tomaram partido a favor da independência. Com a proliferação de novos títulos, outros veículos passaram a estampar nas suas páginas a defesa da ruptura com Portugal, como *O Reverbero Constitucional Fluminense*, *A Malagueta* e *Correio do Rio de Janeiro*. É deste último periódico o primeiro jornalista processado a partir da Lei de Imprensa no Brasil, o português João Soares Lisboa, levado a júri e absolvido em 1822 (FLORES, 2014, p. 52).

A imprensa teve ainda papel importante nos movimentos que levaram à Abolição da Escravatura, em 1888, e à Proclamação da República, em 1889. No mesmo ano da criação do Partido Republicano, em 1870, surgiu o jornal *A República*. Inúmeras pequenas folhas dedicadas a defender o fim da monarquia circularam. Junto à causa republicana, nascia a abolicionista, que recebeu grande adesão da imprensa, com nomes que se destacaram, como os jornalistas e donos de periódicos José do Patrocínio e Joaquim Nabuco (MARTINS, 2008).

A relativa liberdade de imprensa experimentada durante o Império foi reduzida logo após a Proclamação da República. Já em 1899, o governo provisório publicou decreto que previa julgamento militar a quem promovesse “revolta civil ou indisciplina militar”, tanto por atos, como por palavras (ELEUTÉRIO, 2008, posição 1392). “A repressão das primeiras horas investiu contra formadores de opinião e órgãos da imprensa, com rebatimento na prisão de jornalistas, supressão de jornais e destruição de tipografias” (Ibidem, posição 1404).

Como vimos, no início deste capítulo, a imprensa europeia deixou de ser artesanal para se profissionalizar no final do século XVIII. No Brasil, esse processo ocorreu apenas cem anos depois. Do final do século XIX até o início do XX, muitos jornais brasileiros começaram a se transformar em empresas, com a venda de exemplares e anúncios. Segundo Luca (2008, posição 2668), os proprietários começaram a adotar inovações para “aumentar a tiragem e o número de páginas, baratear o preço dos exemplares e oferecer uma mercadoria atraente, [...] capaz de atender ao crescente mercado potencial de leitores, [...] cada vez mais exigentes”.

Na esteira dessa profissionalização, surgiu a carreira de repórter, com os pioneiros Euclides da Cunha, que relatou a Guerra de Canudos (1893-97), e João do Rio, cronista que retratou as transformações da capital carioca, na virada do século XIX para o XX.

Como ocorreu na imprensa europeia, no Brasil, com o jornal empresa, passou-se a contrapor a “informação” à “opinião”, adotando-se o discurso jornalístico de isenção de pré-julgamento. De acordo com Mariani (2001), esse discurso foi sendo construído ao longo da história da imprensa no Brasil e se consolidou no século XIX, fruto de um duplo controle: o externo, vindo do Estado, pelas leis, e o interno, pela autocensura.

Os mecanismos de controle da Igreja e do Estado forçam o apagamento do sujeito que está narrando, relatando, escrevendo a notícia. Noticiar só pode ser informar de modo neutro com a utilização de uma “linguagem-invólucro”, cujo conteúdo são os fatos. Não é permitido opinar nem interpretar. [...] podemos ver que aquela autocensura proclamada em “voz alta” funciona muito mais como uma espécie de “cortina de fumaça” ou simulacro, um meio usado pelo autor para resistir à censura. Sob a alegação de estar informando, o jornal permanece opinativo e interpretativo, constituindo sentidos, produzindo história (Ibidem, p. 35, grifos da autora).

Além dos jornais como modelo de negócio, surgiu, também, no início do século XX, como foco de resistência, a imprensa operária, “com as primeiras propostas socialistas atingindo as camadas de trabalhadores” (LAGE, 2001, p. 24). Inúmeros impressos foram publicados por e para operários. “Cada liga, cada união, cada sindicato tinha sua própria folha, que veiculava os comunicados e as atividades das diversas entidades, além de artigos em que se discutia a questão mais ampla da representação dos interesses da classe operária” (COHEN, 2008, posição 2081).

A Lei de Imprensa promulgada em 1923, quando o Brasil se encontrava em estado de sítio, responsabilizava criminalmente desde o autor de um artigo até os jornaleiros em casos enquadrados como abuso: “publicação de segredos de Estado; ofensas ao presidente da República, chefes de Estado e nações estrangeiras; além de vedar o anonimato de artigos; garantir o direito de resposta e disciplinar a matrícula de jornais e tipografias em cartório” (LUCA, 2008, posição 2930).

Naquele mesmo ano, começava um empreendimento que, mais tarde, passaria a competir com os jornais e as revistas na divulgação de notícias. A primeira estação de rádio foi instalada no Brasil com uso de um transmissor emprestado pelo governo aos donos da emissora, a *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro* (JAMBEIRO, 2001, p. 44-45). O novo meio de comunicação, que dependia de concessão pelo governo federal, só se popularizou a partir da década seguinte.

Com o aumento no número de ouvintes, as verbas publicitárias que antes eram destinadas exclusivamente aos impressos passaram também para as emissoras de rádio. Assim, muitos donos de jornais e revistas começaram a disputar as novas concessões e a comprar as existentes dos pequenos proprietários. “Morrem então os rádio-clubes, que são substituídos por empresas, muitas delas de propriedade dos mesmos grupos econômicos e políticos que controlavam os meios impressos” (JAMBEIRO, 2001, p. 47).

Durante todo o período em que esteve no poder, entre os anos de 1930 e 1945 e de 1951 e 1954, Getúlio Vargas protagonizou muitos episódios de embate com a imprensa. Além dos expedientes já utilizados anteriormente de suborno de jornais e jornalistas, prisão e fechamento de veículos, o novo governo criou órgãos para controle da informação. Segundo Luca (2008, posição 3027), o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), instituído em 1937, logo após o golpe do Estado Novo, começou a ser desenhado ainda em 1931, sob vários nomes. O órgão, responsável por promover a imagem positiva do governo, referendou a censura na Era Vargas. Os jornais passaram a ser obrigados a se registrar no DIP e, com isso, muitos deixaram de circular, principalmente os menores, como os da imprensa operária.

Como conta Luca (Ibidem, posição 3057):

Em nome de garantir a paz, a ordem e a segurança pública, justificava-se a censura prévia a imprensa, teatro, cinema e radiodifusão, além de se facultar às autoridades competência para proibir a circulação, a difusão ou a representação do que quer que fosse considerado impróprio.

A relação entre Vargas e Assis Chateaubriand – dono de um dos maiores conglomerados de comunicação que o Brasil já teve, os *Diários Associados* – foi repleta de reviravoltas. O jornalista e advogado fundou a revista *O Cruzeiro*, em 1927, com a ajuda de Vargas, que era então ministro da Fazenda. O semanário foi um dos maiores sucessos editoriais no Brasil e alavancou a conquista da cadeia de imprensa de Chateaubriand que, no seu auge, contava com 90 empresas, entre as quais 9 emissoras de TV e 28 de rádio (LAURENZA, 2008, posição 3179).

Com o uso de seus jornais, Chateaubriand apoiou a candidatura de Vargas nas eleições presidenciais de 1930 e, com a derrota deste para Júlio Prestes, tomou partido do golpe, em outubro do mesmo ano. Com Vargas no poder, o empresário da comunicação conseguiu vultosos empréstimos para seu conglomerado. Em 1932, após divergências com o governo, tomou partido da Revolução Constitucionalista de São Paulo. Voltou a apoiar Vargas após o

golpe que instaurou o Estado Novo, em 1937. Em 1945, com a crise do regime, passou a defender o retorno à democracia (CPDOC - FGV, s.d.).

Em 18 de setembro de 1950, Chateaubriand colocou no ar a primeira estação de televisão da América Latina, a *TV Tupi*, em São Paulo, ampliando ainda mais seu império midiático e seu poder econômico e político. A primeira transmissão foi vista em apenas 200 aparelhos de tevê, importados de contrabando a mando de Chateaubriand para que chegassem a tempo da estreia, segundo Moraes (1996, p. 500).

Nas eleições de 1950, o empresário usou seus jornais para promover o retorno de Vargas ao poder. Como recompensa, o presidente eleito o ajudou a conquistar uma vaga no Senado Federal, manobra que envolveu a renúncia de um senador e de seu suplente (LAURENZA, 2008, posição 3279).

Por divergências com relação à exploração de petróleo, Chateaubriand rompeu mais uma vez com Vargas e engajou-se na campanha de denúncias que culminou no suicídio do mandatário, em 1954. A morte de Vargas é o desfecho de uma briga de imprensa que envolveu dois jornalistas e seus diários: Samuel Wainer (dono do *Última Hora*, governista) e Carlos Lacerda (proprietário da *Tribuna da Imprensa*, oposicionista).

Lacerda passou a denunciar o financiamento do jornal *Última Hora* com verbas públicas, o que provocou a abertura, pela Câmara dos Deputados, de duas comissões parlamentares de inquérito, em 1953. O receio de que os empréstimos feitos também a Assis Chateaubriand e a Roberto Marinho se tornassem públicos fez com que os grupos *Diários Associados* e *O Globo* se aliassem a Lacerda (Ibidem, posição 3493). As ligações entre Wainer e Vargas viraram alvo de ataques na *TV Tupi*, na revista *O Cruzeiro* e na *Rádio Globo*. A tensão aumentou, em 1954, com o atentado a tiros que feriu Lacerda e matou seu guarda pessoal, na Rua Tonelero, em Copacabana (RJ). As investigações apontaram como autor o chefe da guarda pessoal do presidente. A *Tribuna da Imprensa*, de Lacerda, passou a pedir a renúncia de Vargas, que se suicidou no Palácio do Catete.

Com o advento do rádio e da televisão, os jornais impressos deixaram de ser a única fonte de informação. Em um país de dimensões continentais e com altas taxas de analfabetismo, as novas tecnologias ofereceram uma alternativa de divulgação de conteúdo jornalístico. Segundo Marcondes Filho (2000), essas tecnologias influenciaram mudanças também nos jornais impressos:

A precedência da imagem sobre o texto muda a importância da matéria escrita e a submete a leis mais impressionistas e aleatórias [...]. Dentro dessa mesma nova orientação do jornalismo, assuntos associados ao curioso, ao insólito, ao imagetivamente impressionante ganham mais espaço no noticiário, que deixa de ser “informar-se sobre o mundo” para ser “surpreender-se com pessoas e coisas” (Ibidem, p. 31, grifos do autor).

Apesar de ter sido inaugurada em 1950, a televisão passou a ganhar mais audiência nos anos 1960, com a fabricação nacional de aparelhos. Essa indústria teve papel importante para o regime militar, que assumiu o poder após o golpe de 1964. Os militares utilizaram a televisão para divulgar suas ideias de segurança nacional e fazer propaganda do regime. Assim, ofereceram subsídios diretos, como “congelamento das taxas dos serviços de telecomunicações, isenção das taxas de importação para compra de equipamento, e a construção de uma estrutura nacional de telecomunicações, através da qual a indústria televisiva pôde desenvolver-se em redes nacionais” (JAMBEIRO, 2001, p. 73).

Foi durante o regime militar (1964-85) que a *TV Globo* emergiu como rede nacional e conquistou a liderança em audiência. O grupo *Globo*, de propriedade do empresário de comunicação Roberto Marinho, que já possuía jornais e rádios, inaugurou as transmissões de TV em 1965. Como conta Jambeiro:

A TV Globo obteve permissão para expandir sua rede, conseguindo outras concessões do governo e também mais afiliadas entre as emissoras existentes, tipicamente de acordo com a política econômica do governo, que favorecia a concentração de capital e corporações. Esta é uma das razões, afirmam muitos autores, de não haver dúvida de que uma profunda relação de apoio mútuo tenha sido estabelecida entre o projeto militar e a TV Globo, que tornou-se, em certo sentido, o braço simbólico do governo militar (Ibidem, 97).

A emissora carioca cresceu com vantagem sobre seus concorrentes graças ao aporte financeiro milionário recebido do grupo norte-americano *Time-Life*. O acordo, celebrado em 1962, feria a Constituição de 1946, que proibia grupos estrangeiros de participar e interferir na orientação de empresas de comunicação no Brasil. O advogado que assessorou a *Globo* na elaboração dos contratos com a *Time-Life*, Luiz Gonzaga do Nascimento Silva, tinha ligações com o governo militar desde a gestão Castelo Branco (1964-67), e chegou a chefiar o Ministério da Previdência quando Geisel (1975-79) ocupava a presidência (HERZ, 1991, p. 106). O vínculo dos grupos de comunicação foi denunciado em 1965 e uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi instalada na Câmara dos Deputados para investigar o acordo. Mesmo com a conclusão da CPI de que o contrato era inconstitucional, a *Globo* não sofreu consequências

legais, pois, em 1967, o governo militar arquivou o inquérito, declarando as acusações infundadas. O contrato acabou por ser rescindido em 1969.

Foi ainda no período da ditadura militar que surgiram a *Rede Manchete*, do *Grupo Bloch*, editora de várias revistas semanais de notícias, e o *Sistema Brasileiro de Televisão (SBT)*. A *Rede Bandeirantes* foi fortalecida também ao herdar as estações da *Rede Tupi*, que entrou em falência no início dos anos 1980.

A ditadura militar foi um período de grande tensão nas relações entre Poder Executivo e imprensa. No início, a chamada grande imprensa apoiou o golpe, com exceção do *Última Hora*. De acordo com Dantas (2014, p. 67), muitos jornais tradicionais participaram ativamente para derrubar o governo, alinhados a “setores do empresariado, assustados com a possível implantação das reformas de base anunciadas com alarde pelo governo de João Goulart, inclusive em comícios em praça pública”.

O barão da comunicação, Assis Chateaubriand, organizou, junto com o governador de São Paulo, Ademar de Barros, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que antecedeu o golpe militar. Ele também criou uma campanha para arrecadar ouro e dinheiro para apoiar os militares, intitulada “Legionários da Democracia” (LAURENZA, 2008, posição 3206). As marchas foram noticiadas em “tom de campanha” pela grande mídia, engajando a classe média. Após o golpe, passaram a ser chamadas pelos jornais de “Marchas da Vitória”:

A vitória seria efusivamente festejada por toda a mídia. O título do editorial de *O Globo* de 2 abril sintetiza a euforia: “Ressurge a democracia!”. O texto começava dizendo que a nação “vive dias gloriosos” graças à intervenção dos militares. As duas principais revistas semanais, *O Cruzeiro* e *Manchete*, lançam edições extras, com textos grandiloquentes que exaltavam a vitória do movimento já então chamado de “revolução” (DANTAS, 2014, p. 68).

Apesar desse apoio inicial, a relação entre o governo militar e a imprensa foi conturbada durante a ditadura, com restrição à liberdade de informação e violência. A censura teve características distintas ao longo do regime. Em um primeiro momento, os próprios veículos de comunicação se autocensuravam, “procurando construir versões das informações favoráveis ao regime autoritário, seguidamente apontado como ‘salvador da democracia’ contra o perigo comunista” (AGUIAR, 2008, posição 4319, grifo do autor).

Com o Ato Institucional n. 5 (AI-5), decretado em 1968, a repressão recrudesciu ainda mais e foi instituída a censura prévia, que funcionava de maneiras distintas. Em alguns jornais, o governo designava censores que atuavam dentro das redações. Editores também recebiam bilhetes e telegramas com orientações sobre os assuntos que poderiam ou não ser publicados.

Muitos periódicos começaram a “se opor a essa censura que lhes era, para dizer o mínimo, incômoda” (Ibidem, posição 4225). Como forma de protesto, *O Estado de São Paulo* e o *Jornal da Tarde* (que pertenciam ao mesmo grupo de comunicação) passaram a publicar versos do poeta português Luís de Camões e receitas culinárias no espaço que tinha sido reservado às notícias censuradas. A revista *Veja* optou por deixar os espaços em branco ou preenchê-los com figuras de diabinhos²⁰. A publicação do AI-5 foi noticiada no *Jornal do Brasil* disfarçada de previsão meteorológica: “tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máx.: 38°, em Brasília. Mín.: 5°, nas Laranjeiras”²¹.

Os veículos alternativos²², que tomavam posição contra o regime militar, tiveram tratamento ainda mais duro. As matérias tinham que ser encaminhadas à Divisão de Censura do Departamento de Polícia Federal, em Brasília, que as analisava e devolvia com cortes e vetos.

Além da censura, o regime utilizava-se de pressão econômica, com a retirada da publicidade oficial dos veículos que o desagradavam (COELHO; ROTTA, 2012, p. 31). A violência manifestou-se tanto por atentados contra veículos de comunicação, quanto por prisões, torturas e assassinatos de jornalistas.

Pequenos periódicos e alguns representantes da grande imprensa, como o *Última Hora* e o *Correio da Manhã*, tiveram suas redações invadidas e depredadas. Também foram registrados atentados a bomba. Em 1976, o 7º andar da sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, foi alvo de ação arquitetada “por grupos armados clandestinos pertencentes às forças de repressão da ditadura” (Ibidem, p. 30). Em duas ocasiões (1968 e 1983), bombas atingiram a sede do jornal *O Estado de São Paulo*²³. No início dos anos 1980, explosivos também foram detonados nos jornais *Em Tempo* (Belo Horizonte), *Hora do Povo*, *Tribuna da Imprensa* e *Tribuna da Luta Operária* (Rio de Janeiro) e ainda na sede do

²⁰ AZEVEDO, R. VEJA 7 - Nos tempos da censura. *Veja*, São Paulo, 6 dez. 2008. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/veja-7-8211-nos-tempos-da-censura/>>. Acesso em: 23 abr. 2022.

²¹ YAHYA, H. AI-5 completa 50 anos à véspera de outro presidente militar tomar posse. *Poder 360*, Brasília, 13 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/brasil/ai-5-completa-50-anos-a-vespera-de-outro-presidente-militar-tomar-posse/>>. Acesso em: 23 abr. 2022.

²² Veículos alternativos entendidos como jornais e revistas de pequeno porte, criados por jornalistas, intelectuais e políticos da oposição como contraponto à grande imprensa. Aproximadamente 160 periódicos foram criados durante a ditadura: “satíricos políticos, feministas, ecológicos e culturais [...]”; a grande maioria deles não conseguia passar de duas ou três edições, [...] pela asfixia econômica da censura” (COELHO; ROTTA, 2012, p. 32).

²³ JORNAL O Estado de S. Paulo. **Memorial da Resistência de São Paulo**, São Paulo. Disponível em: <<http://memorialdaresistencia.org.br/lugares/jornal-o-estado-de-sao-paulo>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

Sindicato dos Jornalistas em Belo Horizonte²⁴. Nem bancas de jornal foram poupadas. Com medo, jornalheiros passaram a afixar cartazes informando que não vendiam mais determinados títulos críticos ao governo militar.

Jornalistas e outros profissionais buscaram o exílio para fugir do regime. Estima-se que entre 5 e 10 mil pessoas foram forçadas a deixar o País no período da ditadura militar, por perseguição política. Na primeira leva, exilaram-se políticos, como o presidente deposto João Goulart e seus aliados. Na segunda, após o AI-5, foram estudantes, sindicalistas, artistas, intelectuais, jornalistas, cientistas e militantes de organizações de oposição²⁵.

Jornalistas foram presos e torturados. Levantamento da Comissão Nacional da Verdade dos Jornalistas Brasileiros²⁶ identificou ao menos 27 profissionais mortos e desaparecidos entre 1964 e 1985 (FENAJ, 2015). O caso mais emblemático e de maior repercussão foi o de Vladimir Herzog, torturado e assassinado nas dependências do DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações) do 2º Exército, em São Paulo, em 25 de outubro de 1975. A cena da morte foi montada de modo a sugerir suicídio por enforcamento. O assassinato do jornalista, que à época trabalhava na *TV Cultura*, provocou manifestação com a participação de milhares de pessoas, em frente à Catedral da Sé, em São Paulo (BRASIL, 2014, p. 1975), engrossando a pressão popular para o fim da ditadura militar.

Negociada entre governo e legisladores, a Lei de Anistia, de 1979, beneficiou presos políticos e exilados, entre eles jornalistas, mas, ao mesmo tempo, perdoou os agentes do Estado que cometeram crimes como tortura e assassinato. Indursky (2013, p. 340) conta como a lei “passou a ser vista como algo imutável, não sujeito à revisão”, com a negativa da Advocacia Geral da União (AGU) e do Supremo Tribunal Federal (STF) em atender a pleito da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de que tortura é crime contra a humanidade e, portanto, não prescreve. “A perpetuação desse pacto funciona como uma mordaza que impede de cobrar justiça”, completa a autora (Ibidem, loc. cit.). E, acrescentamos, possibilita o reaparecimento

²⁴ DIREITA explosiva faz ataques em série. **Memorial da Democracia**, [S.l.], 2015-2017. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/direita-explosiva-faz-ataques-em-serie>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

²⁵ EXÍLIO é a saída para milhares de brasileiros. **Memorial da Democracia**, [S.l.], 2015-2017. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/exilio-e-a-saida-para-milhares-de-brasileiros>>. Acesso em: 3 jun. 2021.

²⁶ A Comissão Nacional da Verdade dos Jornalistas Brasileiros foi instalada pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), em 2013, a partir da criação da Comissão Nacional da Verdade, pelo governo federal. O objetivo foi levantar “casos de violações dos direitos humanos cometidos contra jornalistas brasileiros no período de 1964 a 1985 por meio da coleta de documentos, depoimentos e entrevistas”, e também “casos de jornais, revistas e outros veículos de comunicação fechados na ditadura militar” (FENAJ, 2015, p. 9).

dos saberes discursivos da ditadura militar em discursos que circulam no seio de um Estado Democrático de Direito.

A imprensa teve papel importante no processo de redemocratização. Um exemplo é a cobertura das Diretas Já, mobilização por eleições diretas para presidente, que movimentou as ruas entre 1983 e 1984. A *Folha de S.Paulo*²⁷ saiu na frente, apoiando a campanha, seguida de outros veículos. Na contramão, a *Rede Globo*, maior emissora de tevê do País e, como mostramos anteriormente, beneficiada pelo governo militar, apenas noticiou as manifestações quando o movimento já não podia mais ser ignorado. Por isso, foi alvo de muitas críticas e “ganhou palavra de ordem nos comícios. ‘O povo não é bobo, abaixo a Rede Globo’” (VILLAMÉA, 2008, posição 4527).

Com a redemocratização, em 1985, a liberdade de imprensa passou a ser assegurada legalmente com a promulgação da Constituição de 1988, em especial no artigo 220: “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição” (BRASIL, 1988).

Com o fim da ditadura militar, a relação entre o Poder Executivo e a imprensa ganhou novos contornos e o chamado “Quarto Poder” exerceu papel importante tanto na ascensão quanto na queda de presidentes, que passaram a ser escolhidos por eleição direta a partir de 1989. O primeiro mandatário eleito por voto direto depois da redemocratização é um exemplo disso. Alçado à imagem de “caçador de marajás” pela grande mídia, Fernando Collor de Mello caiu após a divulgação de denúncias de corrupção.

O então governador de Alagoas era pouco conhecido no cenário nacional até ganhar a atenção de veículos da grande imprensa com o discurso de moralização da administração pública. Assim, virou capa da revista *Veja*, em 1988, à frente de quadro que retrata um soldado de espada em punho e com o título “Collor de Mello: o caçador de marajás”, prometendo acabar com os altos vencimentos de servidores públicos²⁸.

A participação da *Rede Globo* na trajetória do governo de Alagoas ao Palácio do Planalto foi motivo de polêmica, principalmente com a exibição no *Jornal Nacional*, às vésperas da eleição, da edição do último debate entre Collor (PRN) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT), candidatos no segundo turno, em 1989. Collor ganhou 1 minuto e 12 segundos a mais que seu adversário no material (de duração total de 5 minutos e 56 segundos) veiculado no telejornal

²⁷ Respeitamos a representação gráfica do nome adotada pelo próprio jornal, que não utiliza espaço entre S. e Paulo.

²⁸ NOVO ator político aparece em cena. **Memorial da Democracia**, [S.l.], 2015-2017. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/novo-ator-politico-aparece-em-cena>>. Acesso em: 18 out. 2021.

de maior audiência da tevê brasileira. “No resumo do *JN*, Collor foi o tempo todo sintético e enfático, enquanto Lula apareceu claudicante, inseguro e trocando palavras”, lembra Conti (1999, p. 269).

A lua de mel entre Collor e os veículos de comunicação durou pouco e, já no primeiro ano de governo, a imprensa começou a publicar matérias com denúncias de corrupção. O tesoureiro da campanha de Collor, Paulo César Farias, passou a ganhar o interesse da mídia. O escândalo que levou ao processo de *impeachment* foi deflagrado a partir de uma entrevista concedida pelo irmão do chefe do Executivo à revista *Veja*²⁹, em 1992, e foi apelidado de *Collorgate*³⁰. Em pronunciamentos em cadeia de rádio e TV, Collor criticou a imprensa e afirmou ser vítima de “furor denunciatório”³¹. O presidente acabou renunciando ao mandato antes do julgamento do *impeachment* no Senado Federal, mas mesmo assim teve os direitos políticos suspensos por oito anos.

Após a queda de Collor e ao fim do governo do seu vice Itamar Franco, as eleições seguintes, realizadas em 1994, levaram ao poder Fernando Henrique Cardoso (PSDB) já no primeiro turno. Lula novamente ficou na segunda colocação. O ex-ministro da Fazenda, criador do Plano Real, contou com o apoio da mídia tanto na campanha quanto no governo. “O programa de liberalização econômica implantado por FHC tinha como carro-chefe as grandes privatizações de empresas públicas – na realidade, um aprofundamento da agenda colocada por Collor – e foi entusiasticamente apoiado pelos grandes veículos da imprensa”, conta Camargo (2008, posição 4791).

De acordo com o autor, entre as poucas vezes em que a mídia apontou denúncias contra o governo destaca-se a de suspeita de corrupção na aprovação da emenda constitucional que permitiu a reeleição para a Presidência da República. Outro caso, já ao final de seu governo, trazia denúncia de chantagem e de socorro ilegal a instituições financeiras pelo Banco Central. Ao defender-se, FHC afirmou: “a leviandade da imprensa e o golpismo sem armas da oposição estão criando um clima de fascismo e terror insuportável”³².

²⁹ AZEVEDO, R. A entrevista que Pedro concedeu à VEJA há 20 anos e que está na raiz do ódio que Fernando Collor tem da revista. **Veja**, São Paulo, 8 maio 2012. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/a-entrevista-que-pedro-concedeu-a-veja-ha-20-anos-e-que-esta-na-raiz-do-odio-que-fernando-collor-tem-da-revista/>>. Acesso em: 19 ago. 2021.

³⁰ Nome foi inspirado no escândalo *Watergate*, que envolveu o presidente norte-americano Richard Nixon, conforme disscorremos anteriormente neste mesmo capítulo.

³¹ SANTOS, M. V. A hora da reportagem. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 5 jul. 1992. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mariovitorsantos/1992/07/1521743-a-hora-da-reportagem.shtml>>. Acesso em: 19 ago. 2021.

³² FHC afirma que clima "fascista" ameaça o país. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 24 maio 2001. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2405200104.htm>>. Acesso em: 19 ago. 2021.

O desgaste no segundo mandato de FHC, com a desvalorização do Real, acabou por fortalecer a candidatura de Lula na campanha de 2002. Os temores do mercado financeiro com a eleição do ex-metalúrgico e ex-sindicalista dessa vez não ganharam o apoio da maior parte da imprensa, “principalmente depois que o candidato esquerdista lançou a ‘Carta aos Brasileiros’, na qual se compromete em manter os fundamentos macroeconômicos estabelecidos pelo governo tucano” (Ibidem, posição 4831).

No governo Lula, os embates com a imprensa começaram no segundo ano de governo, em 2004, quando o presidente cancelou o visto temporário de um correspondente do jornal norte-americano *The New York Times*, que havia escrito um artigo sobre suposto alcoolismo do presidente. A decisão foi revogada após o jornalista se retratar em carta³³.

No mesmo ano, Lula apresentou ao Congresso projeto de criação do Conselho Federal de Jornalismo. Embora apoiada pela Federação Nacional de Jornalistas, a iniciativa foi alvo de críticas da parte dos proprietários dos veículos de comunicação e apontada como tentativa de controlar a imprensa, acabando por ser rejeitada pela Câmara dos Deputados³⁴. A FENAJ denunciou a pressão dos empresários da mídia na derrubada do projeto, como forma de achatá-los salários e facilitar o assujeitamento de profissionais às suas linhas editoriais³⁵.

Em 2005, eclodiu o escândalo do “mensalão”, com a publicação, pela *Folha de S.Paulo*³⁶, de entrevista com o presidente do PTB, Roberto Jefferson, que denunciou a existência de um suposto esquema de pagamentos a congressistas em troca de apoio para aprovação de projetos. A relação entre imprensa e governo, a partir daí, passou a ser de crescente tensão, com vários veículos a publicar novas denúncias.

Em 2010, quando Dilma Rousseff (PT) estava na campanha para a presidência, Lula acusou os veículos de “inventarem coisas o dia todo” e afirmou que iria “derrotar alguns jornais e revistas que se comportam como partidos políticos”³⁷.

Um ano antes, duas decisões do STF haviam repercutido na atividade do jornalismo. Em abril, a Lei de Imprensa, editada em 1967 durante a ditadura militar, foi revogada,

³³ MAIA, C; SANDRINI, J.; MIGNONE, R. Jornalista do "NYT" se retrata, e governo revoga expulsão. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 15 maio 2004. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u60869.shtml>>. Acesso em: 19 ago. 2021.

³⁴ DEPUTADOS rejeitam projeto que criaria CFJ. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 16 dez. 2004. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1612200413.htm>>. Acesso em: 19 ago. 2021.

³⁵ HISTÓRIA do Conselho Federal dos Jornalistas. **FENAJ**. Brasília, 15 dez. 2001. Disponível em: <<https://fenaj.org.br/historia-do-conselho-federal-dos-jornalistas>>. Acesso em: 23 set. 2022.

³⁶ LO PRETE, R. Contei a Lula do "mensalão", diz deputado. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 6 jun. 2005. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u69403.shtml>>. Acesso em: 19 out. 2021.

³⁷ SINGER, S. Vale-tudo: o leitor é quem perde. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 26 set. 2010. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ombudsma/om2609201001.htm>>. Acesso em: 19 ago. 2021.

atendendo a um pedido do Partido Democrático Trabalhista (PDT). A legislação previa penas de prisão específicas para jornalistas³⁸.

Em junho, a Corte derrubou a exigência do diploma universitário para exercício da profissão de jornalista, em ação protocolada pelo Ministério Público Federal e pelo Sindicato das Empresas de Rádio de Televisão do Estado de São Paulo (Abert)³⁹. O documento que comprova a formação superior em Jornalismo foi pré-requisito para trabalhar em empresas de comunicação por 40 anos no Brasil, de 1969 a 2009. A derrubada da exigência do diploma foi criticada pelos representantes dos profissionais, pelo risco de precarização nas relações de trabalho, com redução de salário, e pela ameaça à qualidade do jornalismo brasileiro. Os defensores da ação, entidades patronais como a Abert e a Associação Nacional de Jornais (ANJ), argumentavam que a exigência do diploma feria a “liberdade de expressão”.

A partir de 2015, em seu segundo mandato, pressionada pelo PT, Dilma Rousseff passou a debater a regulação da mídia, pauta histórica do partido, para, segundo o governo, impedir a formação de monopólios ou oligopólios nos meios de comunicação. A medida não avançou e foi muito criticada pela grande imprensa, com o argumento de que poderia haver controle e restrição à liberdade de expressão⁴⁰. De acordo com Venturini (2014, p. 119), a regulação teria sido motivada pelas “frequentes denúncias de corrupção, veiculadas pela ‘grande mídia’, responsável, conforme declarações frequentes do ex-presidente Lula, pelo julgamento político e não jurídico” (grifo da autora).

As duas iniciativas, nos governos petistas de Lula e Dilma, de criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) e de regulação da mídia, sobre as quais discorremos acima, fizeram ressoar, na FD da imprensa, pela memória discursiva, o controle exercido pelo governo nos períodos ditatoriais.

As medidas do CFJ e da regulação receberam críticas da grande mídia e de associações que representam os empresários de comunicação, como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Associação Nacional de Jornais (ANJ), ao passo em que foram apoiadas pela imprensa alternativa, ligada à esquerda, e pela Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ).

³⁸ ABREU, D. Supremo revoga a Lei de Imprensa. **G1**, Rio de Janeiro, 30 abr. 2009. Disponível em: <<https://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1104820-5598,00.html>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

³⁹ ABREU, D. STF derruba exigência de diploma para exercício da profissão de jornalista. **G1**, Rio de Janeiro, 17 jun. 2009. Disponível em: <<https://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1198310-5598,00-STF+DERRUBA+EXIGENCIA+DE+DIPLOMA+PARA+EXERCICIO+DA+PROFISSAO+DE+JORNALIS TA.html>>. Acesso em: 20 abr. 2022

⁴⁰ ANDRADE, H. de. Lula ataca Bolsonaro e diz que fará regulação da imprensa se for eleito. **UOL**, São Paulo, 11 ago. 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/08/11/lula-e-dilma-discursam-na-ufjf.htm>>. Acesso em: 19 ago. 2021.

As críticas traziam para o fio do discurso a memória da repressão à liberdade de imprensa, como mostra a fala do ex-presidente da ANJ Paulo Cabral, sobre o conselho de jornalismo: “o dragão da escuridão permanece vivo, hora aparece aqui e ali. É uma ameaça que não se extingue com meras palavras. [...] O poder público, dependendo da visão de poder e de estado que tenham as autoridades, pode ser, e às vezes tem sido, uma ameaça à liberdade de imprensa”⁴¹.

No caso da regulação da mídia, proposta pelo PT, a memória discursiva da censura exercida pelo governo militar pós-golpe de 1964 é evocada no discurso da grande imprensa. “O Diretório Nacional do PT divulgou uma resolução [...] em que defende um ‘novo marco regulatório das comunicações’, que vem a ser o outro nome do ‘controle da mídia’, mera perífrase para se referir à censura”, escreveu o jornalista Reinaldo Azevedo⁴², na revista *Veja*, em 2013⁴³.

Em sua dissertação de Mestrado, Santos (2016) analisou discursivamente a medida da regulação em publicações feitas pelo jornal *Folha de S.Paulo*. O trabalho mostrou os termos que, ao longo de cinco anos, foram adotados pelo PT para se referir à proposta, provocando deslizamentos de sentido: controle social da mídia, regulação da mídia, democratização da mídia e regulação econômica da mídia. “Trata-se, de fato, de uma espécie de ‘resposta’ ao modo como a grande mídia pôde ler tais propostas, de modo que as constantes mudanças relatadas na FSP [*Folha de S.Paulo*] mostram como a leitura da mídia tradicional teve um importante papel nesta ‘renovação’” (Ibidem, p. 201, grifos do autor).

Os apoiadores da iniciativa argumentavam que ela era uma necessidade democrática de reduzir a concentração da propriedade dos meios de comunicação e os críticos trouxeram para o discurso o cerceamento da imprensa, por meio da censura. Percebe-se em funcionamento a contradição, constitutiva dos processos discursivos, conforme referimos anteriormente, no

⁴¹ EM PAUTA, a liberdade de Imprensa. **Jornal da Globo**, Rio de Janeiro, 14 set. 2004. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornaldaglobo/0,,MUL895480-16021,00-EM+PAUTA+A+LIBERDADE+DE+IMPRESA.html>>. Acesso em: 27 out. 2021.

⁴² Azevedo tem uma trajetória peculiar. Na juventude, nos anos 1970, foi militante socialista. Como jornalista, aderiu ao neoliberalismo, apoiando o PSDB, e foi crítico feroz dos governos do PT – cunhou o neologismo “petralha”, termo que utilizou em título de livro, com coletânea de artigos, em 2008. Saiu da revista *Veja* em 2017, quando começou a tecer críticas à Operação Lava Jato. Em 2019, passou a defender posições progressistas, chegando a entrevistar Lula, dois anos depois. RODRIGUES, J. As metamorfoses de Reinaldo Azevedo. **Revista Fórum**, 4 set. 2022. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/opiniaio/2022/9/4/as-metamorfoses-de-reinaldo-azevedo-por-julian-rodrigues-122712.html>>. Acesso em: 26 set. 2022.

⁴³ AZEVEDO, R. PT defende em resolução censura à imprensa, e Rui Falcão convida jornalistas a apoiar proposta. Exagero? Então leiam! **Veja**, São Paulo, 2 mar. 2013. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/pt-defende-em-resolucao-censura-a-imprensa-e-rui-falcao-convida-jornalistas-a-apoiar-proposta-exagero-entao-leiam/>>. Acesso em: 27 out. 2021.

início deste capítulo. Segundo Courtine (2009, p. 65), há “relação de contradição sobre a individuação de contrários que a contradição ‘faz existir’ no sentido em que ela os une e, ao mesmo tempo, os divide”. No discurso dos apoiadores, o sentido de censura é silenciado em favor da democracia. Enquanto na grande imprensa, o jogo das palavras se dá no sentido inverso, com destaque para a censura, em oposição à liberdade de expressão que deve existir em uma democracia, calando sobre o fato de que os meios de comunicação, no Brasil, concentram-se em grandes conglomerados, nas mãos de poucas empresas. Como mostramos anteriormente, nesta mesma seção, a maior parte das emissoras de rádio e de televisão foram concedidas a grupos que já detinham veículos da mídia impressa, como jornais e revistas.

Funciona nos dois discursos a política do silêncio, conforme Orlandi (2007b, p. 73-74), que apaga “os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma ‘outra’ formação discursiva, uma ‘outra’ região de sentidos” (grifos da autora). Na censura, em sua materialidade discursiva, é possível identificar os modos de funcionamento do silêncio, ainda de acordo com a autora. “A censura não é um fato circunscrito à consciência daquele que fala, mas um fato discursivo que se produz nos limites das diferentes formações discursivas que estão em relação” (Ibidem, p. 76). Para Orlandi, “o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio” (2007a, p. 18). E é assim que se dá o gesto da interpretação.

O desgaste do governo Dilma aumentou com o surgimento das denúncias da Operação Lava-Jato⁴⁴, deflagrada em 2014, e as crescentes manifestações de rua, que ganharam a cobertura exaustiva da imprensa. Equipes de jornalistas de veículos nacionais fizeram plantão diariamente em frente ao prédio da Justiça Federal de Curitiba (PR). Redes de tevê transmitiram ao vivo as manifestações que reuniram multidões nas ruas de todo o Brasil contra o governo.

⁴⁴ A Operação Lava Jato teve como foco a investigação de desvios de recursos da Petrobras com a participação de pessoas ligadas ao PT e a outros partidos, além de empreiteiras. A força-tarefa do Ministério Público Federal no Paraná funcionou de 2014 a 2021, quando foi dissolvida. Em sete anos de operação, foram deflagradas 79 fases, com “1.450 mandados de busca e apreensão, 211 prisões coercitivas, 132 mandados de prisão preventiva e 163 de prisão temporária. 130 denúncias contra 533 acusados foram feitas com provas colhidas durante a operação, gerando 278 condenações de 174 pessoas, em um total de 2.611 anos de pena. [...] A operação vinha em uma escala descendente desde 2019, com a revelação da chamada ‘Vaza Jato’ pelo site *The Intercept Brasil*”. MENDES, G. MPF dissolve força-tarefa da Lava Jato no Paraná. **Congresso em Foco**, Brasília, 3 fev. 2021. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/judiciario/mpf-dissolve-forca-tarefa-lava-jato-parana/>>. Acesso em: 19 out. 2021. As trocas de mensagens apresentadas pelo *site* colocaram em dúvida o método de atuação dos investigadores, que teriam atuado em conjunto com o juiz responsável pelo caso com objetivos políticos. As denúncias da “Vaza Jato” podem ser lidas no *The Intercept Brasil*: <<https://theintercept.com/2020/01/20/linha-do-tempo-vaza-jato/>>, Rio de Janeiro, 20 jan. 2020. Acesso em: 19 out. 2021.

A cobertura da imprensa de todo esse processo, que culminou no golpe⁴⁵ que afastou Dilma, por meio de um processo de *impeachment*, em 2016, e na prisão do ex-presidente Lula, em 2018, foi alvo de críticas e questionamentos. Como observa Brum (2019):

A narrativa construída por uma parte da imprensa brasileira sobre o momento mais complexo da história recente do Brasil, a forma como essa parcela da mídia ocupou seu papel como protagonista do *impeachment*, assim como as consequências dessa atuação, merecem toda atenção (Ibidem, p. 110).

Para a AD, a narrativa é uma “forma discursiva na produção de efeitos de sentidos” (ORLANDI, 2017a, p. 48). Ela é o produto do processo que a autora denomina de narratividade, tomada na sua relação com o interdiscurso, o modo de funcionamento deste no sujeito. De acordo com Orlandi, a narratividade é “a maneira pela qual uma memória se diz em processos identitários, apoiados em modos de individuação do sujeito, afirmando/vinculando seu pertencimento a espaços de interpretação determinados, consoantes a específicas práticas discursivas” (Ibidem, p. 30). O que interessa, para a AD é o processo que constrói a narratividade, na sua relação com o interdiscurso. Ou seja, entra em jogo aí a historicidade, como forma de apreender as maneiras como a história já se inscreveu na língua, tomadas em um gesto de interpretação.

À época do golpe, o *Twitter* já vinha sendo utilizado com mais regularidade pelos líderes políticos. E foi por esse canal que Dilma fez críticas à atuação da imprensa no decorrer do processo de impedimento. Evitando nomear os veículos, a presidente divulgou notas para “repudiar fatos inverídicos” e fez postagens em que acusava: “poderíamos ter sido + contundentes p/ denunciar golpe articulado pela mídia, descontentes q ‘ñ queriam pagar o pato’, oposição e golpistas.”⁴⁶

Como procuramos demonstrar, neste capítulo, desde o seu surgimento, a imprensa sempre manteve um relacionamento muito próximo com o poder, intercalando momentos de aliança e de confronto. Sua atuação desempenhou por vezes papel importante nos rumos dos

⁴⁵ O processo que culminou no afastamento da presidente Dilma Rousseff foi tratado diferentemente de acordo com a posição-sujeito assumida pelos veículos de comunicação, dentro da formação discursiva da imprensa. Em artigo, Costa (2020) analisa o funcionamento da memória discursiva no processo de designação desse processo como *impeachment* (processo legal) e como golpe, utilizando como *corpus* textos publicados nas revistas *Veja* e *Carta Capital* e no jornal *O Globo*. Ancoramo-nos nessa autora ao tomarmos posição, nesta pesquisa, utilizando a designação de golpe, como “um gesto de resistência de classe, e mais, da classe trabalhadora que [...] tem sofrido os efeitos da política neoliberal, [...] a qual tem se sustentado, essencialmente, na lógica perversa da privatização, da precarização dos serviços públicos e do trabalho, e do ataque às políticas públicas e aos direitos trabalhistas e previdenciários” (Ibidem, p. 528).

⁴⁶ ROUSSEFF, D. @dilmabr, 28 jun. 2016. Disponível em: <<https://mobile.twitter.com/dilmabr/status/747760191375048704>>. Acesso em: 19 ago. 2021.

governos, tanto que ganhou a alcunha de “Quarto Poder”. Assim, a tensão faz parte dessa relação, que ganha contornos mais ou menos antagônicos de acordo com o regime de governo. Mas os embates ocorrem tanto em ditaduras quanto em democracias, no Brasil e no mundo.

Mostramos que a imprensa periódica surgiu tardiamente no País, com a vinda da Corte portuguesa, em 1808, enquanto na Europa os primeiros registros desse tipo de publicação datam do século XVI. No final do século XVIII e início do XIX, os jornais europeus deixaram de ser artesanais e passaram a funcionar como empresa, aumentando tiragens, investindo em maquinários e vendendo espaços para anúncios publicitários. Esse movimento ocorreu no Brasil apenas cem anos depois.

Como no Velho Mundo, os jornais brasileiros também sofreram controle e censura por parte da igreja e do Estado. Desde o surgimento, seu papel político era mais marcado, com artigos abertamente identificados com determinadas causas. A exemplo do que ocorreu na Europa, com o advento do jornal empresa no Brasil, a imprensa passou defender a divulgação de notícias, contrapondo “informação” a “opinião”. A atuação política, porém, sempre esteve presente, embora disfarçada pelo discurso de “isenção”.

As condições de produção, no sentido amplo, como acabamos de apresentar, em sua conjuntura sócio-histórica e ideológica, são produtivas para a análise do discurso presidencial sobre a imprensa, que é o objeto desta pesquisa. Nessa discursividade, se fazem presentes imaginários do jornalismo e do poder, constituídos na historicidade, que é o encontro da língua com a história. Imaginário, entendido como historicamente construído e não como oposição ao real, como afirma Orlandi (1994, p. 57): “capaz de determinar transformações nas relações sociais e de constituir práticas”.

Na trajetória da imprensa, a ligação com a burguesia, desde o seu surgimento, faz retornarem memórias e discursos que reforçam os efeitos de sentidos de aliança com o poder econômico, o que remete a questionamentos com relação ao comprometimento da sua linha editorial. Isso é colocado em xeque no discurso analisado nesta pesquisa. Dessa ligação com a burguesia, também ressoam no imaginário da imprensa os sentidos em torno das palavras “liberdade” e “democracia”, que são apropriadas nas falas do presidente, trazendo uma outra rede de memórias, como veremos nas análises feitas no último capítulo desta dissertação.

Mostramos ainda que não é apenas de confronto que se constitui essa relação entre imprensa e governo. Momentos de aliança e embate intercalam-se em várias situações, como ocorreu entre Assis Chateaubriand e Getúlio Vargas e entre os grandes veículos de comunicação e Fernando Collor de Mello. A imprensa apoiou golpes, como o militar de 1964, para depois voltar-se contra expedientes da ditadura, como a censura, colaborando para o fim do regime,

em 1985. A cobertura dos grandes conglomerados de mídia contribuiu para o golpe contra a presidente Dilma Rousseff, em 2016. A atuação da imprensa, com impactos na ascensão e na queda de governantes, ressoa no discurso presidencial atual, que atribui a determinados veículos e jornalistas a alcunha de inimiga, enquanto reserva elogios à mídia aliada.

Ressaltamos que a formação discursiva da imprensa é heterogênea, como o é toda FD. Como destaca Courtine:

Consideramos assim uma FD como uma unidade dividida, uma heterogeneidade em relação a si mesma: o encerramento de uma FD é fundamentalmente instável, ele não consiste em um limite traçado separando de uma vez por todas um interior e um exterior do seu saber, mas se inscreve entre diversas FDs como uma fronteira que se desloca em função das questões da luta ideológica (COURTINE, 2016, p. 19).

Da FD da imprensa fazem parte desde a grande mídia, que concentra a maior parte dos veículos de comunicação, mais alinhada ao poder econômico, mas também os jornais alternativos, que têm sua história na imprensa operária, nos periódicos que combateram a ditadura militar, nas folhas sindicais. Recentemente, as mídias sociais, sobre as quais tratamos no próximo capítulo, têm sido cada vez mais utilizadas como alternativa aos grandes conglomerados de imprensa, trazendo para a FD da imprensa novos dizeres e novas contradições.

Neste capítulo, mostramos, ainda, que a mudança no paradigma do discurso jornalístico, com o advento do jornal empresa, trouxe para a FD da imprensa os pressupostos de isenção, com foco na informação e no relato de fatos. Como ressaltamos anteriormente, ancorando-nos em Flores (2017), esses pressupostos são, na verdade, efeitos de sentido: efeito de neutralidade e efeito de verdade. Pois, como qualquer discurso, o jornalístico é um gesto de interpretação entre outros possíveis. Essa alegada isenção é questionada no discurso do presidente sobre a imprensa.

As falas do capitão reformado trazem para o fio do discurso ameaças que ressoam a violência do poder contra a imprensa registrada pela historiografia nacional e mundial: censura, prisão, tortura, exílio. A remissão a essas práticas, adotadas nos regimes totalitários de direita e de esquerda, como o nazismo e o stalinismo, e também na ditadura militar, no Brasil, como mostramos neste capítulo, produz efeitos de sentidos diferentes quando formulada em uma conjuntura de democracia.

No próximo capítulo, trazemos as condições atuais em que o discurso presidencial sobre a imprensa é formulado e circula, o que nos leva a tratar da crise da credibilidade do jornalismo e do uso das mídias sociais.

3 NOVAS TECNOLOGIAS: ENTRE AS *FAKE NEWS* E A CRISE DE CREDIBILIDADE

Neste capítulo, abordamos a conjuntura em que o discurso do presidente sobre a imprensa é formulado e circula, ou seja, as condições de produção tomadas em sentido estrito, como em Orlandi (2006a, p. 15): as circunstâncias da enunciação. Fazem parte dessas circunstâncias as novas tecnologias que trouxeram mudanças profundas em toda a formação social e grandes impactos para a imprensa: as mídias sociais. Essas redes virtuais, que propiciam efeitos de ligação direta entre agentes políticos e seus públicos, têm sido utilizadas para a divulgação de *fake news*, trazendo cada vez mais a desconfiança nas instituições para o discurso sobre a imprensa.

Iniciamos este capítulo destacando as crises no modelo de negócios da mídia tradicional e na credibilidade que atinge o jornalismo como instituição. Essas crises têm sido agravadas pelas falas de antagonistas contra veículos de comunicação e jornalistas e, também, pelas medidas de pressão econômica contra empresas de comunicação. Casos de ataques contra profissionais da imprensa têm se tornado cada vez mais frequentes.

Em seguida, damos visibilidade ao modo como a pós-verdade e as *fake news* têm contribuído para abalar ainda mais a confiança nas instituições em geral. A divulgação desse tipo de discurso não é fato novo e já esteve presente em outras condições de produção, tanto em democracias, quanto em regimes totalitários de esquerda e de direita.

Esse fenômeno tem se aprofundado com o uso das redes sociais pelos agentes políticos para falar diretamente aos seus públicos, sem a intermediação da imprensa. Por isso, trazemos as especificidades dessas novas mídias, muito utilizadas na discursividade ora analisada. As redes sociais são tratadas, no discurso analisado nesta pesquisa, como sinonímicas de imprensa. Essa falsa equivalência entre meios que têm funcionamentos e regras diferentes interessa ao governo, que, assim, confere credibilidade às mídias sociais que o apoiam, muitas vezes, com divulgação de notícias falsas.

O digital, conforme Dias (2018, p. 29), traz alterações nos modos de constituição, formulação e circulação dos discursos. “É pela circulação [...] que o digital se formula e se constitui”, afirma a autora. Esses três momentos de produção do discurso foram trabalhados por Orlandi (2001). A constituição, segundo a autora, ocorre por meio do interdiscurso, que contempla a conjuntura histórica e ideológica mais ampla. Como um discurso sempre remete a outro, é do interdiscurso que o sujeito se serve para formular, trazendo dele os pré-construídos, embora não tenha consciência desse processo e acredite ser a origem do seu dizer. A formulação

ocorre no intradiscursos, horizontalizando e atualizando o eixo vertical do interdiscursos. É o que se dá a ver, em circunstâncias particulares de enunciação, quando o sujeito se assume como autor. “Formular é dar corpo aos sentidos” e, como ser simbólico, o homem “se inscreve na história para significar” (Ibidem, 9) e assim se constitui em sujeito na/pela linguagem, atravessado pela ideologia e pelo inconsciente. Na circulação, de acordo com a autora, “os dizeres são como se mostram” (Ibidem, p. 11). Ainda de acordo com Orlandi, os meios pelos quais os discursos circulam não são neutros e atuam conjuntamente com a formulação e a constituição na produção dos sentidos.

É do meio digital⁴⁷ que recortamos nosso arquivo e constituímos nosso *corpus* de pesquisa. Tomando como ponto de partida os levantamentos da Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ) (2020, 2021) com declarações do presidente sobre a imprensa, separamos 26 sequências discursivas, de 3 pronunciamentos em solenidades oficiais, 5 *posts* no *Twitter*⁴⁸, 3 *lives* no *YouTube*⁴⁹ e no *Facebook*⁵⁰ e 13 entrevistas. A partir da compilação produzida pela FENAJ, localizamos na internet as postagens originais que trazem essas declarações. Algumas delas chegaram a ser removidas pelo próprio autor ou pela administração das redes sociais até o final da escrita desta dissertação. Também recortamos trechos de pronunciamentos em solenidades oficiais, que são transcritos na página oficial da Presidência da República⁵¹. As

⁴⁷ Ancoramo-nos ainda em Dias (2016) para compreender as implicações do trabalho de leitura de arquivo na internet, não deixando de lado a sua materialidade digital. Segundo a autora, não se deve tomar como evidência do arquivo o resultado de uma busca na rede mundial de computadores, pois ela “não é mais do que dados em relação algorítmica numa memória metálica. É preciso, no entanto, atentar para as correspondências que esses ‘dados’ engendram em nós, o que já se dá a partir de uma filiação à memória histórica, de um trabalho do arquivo” (Ibidem, p. 974, grifo da autora).

⁴⁸ PERGUNTAS frequentes de novos usuários. **TWITTER**. “O *Twitter* é um serviço por meio do qual amigos, familiares e colegas de trabalho podem se comunicar e se manter conectados, trocando mensagens rápidas e frequentes. As pessoas publicam *Tweets*, que podem conter fotos, vídeos, links e texto. Essas mensagens são publicadas em seu perfil e enviadas a seus seguidores, podendo ser encontradas por meio da busca do *Twitter*”. Disponível em: <<https://help.twitter.com/pt/resources/new-user-faq>>. Acesso em: 17 out. 2021.

⁴⁹ “*YouTube* é uma plataforma de compartilhamento de vídeos. O serviço foi criado [...] em fevereiro de 2005. A *Google* comprou o site em novembro de 2006 por US\$ 1,65 bilhão; desde então o *YouTube* funciona como uma das subsidiárias da *Google*. É considerado o segundo maior buscador da internet.” BELING, F. As 10 maiores redes sociais em 2021. **Oficina da Net**, Santa Cruz do Sul, 24 fev. 2016. Disponível em: <<https://www.oficinadanet.com.br/post/16064-quais-sao-as-dez-maiores-redes-sociais>>. Acesso em: 17 out. 2021.

⁵⁰ “O *Facebook* é a rede social mais usada no mundo, contabilizando, segundo pesquisa realizada pela Statista, 2.65 bilhões de usuários ativos por mês — 130 milhões são brasileiros. [...] Os usuários do *Facebook* podem compartilhar publicações no *feed* e se envolver com o conteúdo que outras pessoas compartilham com curtidas e outras reações em formas de *emoji*, que fazem sucesso na rede social. Além das reações, também é possível interagir pelo *chat* com mensagens instantâneas, transmitir vídeos ao vivo e participar de grupos dos mais variados temas.” TUDO sobre *Facebook*: o guia completo da rede social mais popular do mundo! **MLABS**, São José dos Campos, 24 ago. 2021. Disponível em: <<https://www.mlabs.com.br/blog/facebook>>. Acesso em: 17 out. 2021.

⁵¹ ÚLTIMOS discursos. **Presidência da República**, Brasília. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos>>. Acesso em: 26 abr. 2022.

falas foram produzidas em diferentes condições de enunciação: entrevistas, pronunciamentos e aparições públicas. Elas circularam em redes sociais: muitas nos canais do próprio chefe do Executivo e de seus aliados, outras em perfis virtuais de veículos da imprensa.

Como a materialidade do discurso não está limitada nos textos empíricos, ampliamos o nosso arquivo, levando em conta o exterior, que lhe é constitutivo. “Esse discurso-outro, enquanto presença virtual na materialidade descritível da sequência, marca, do interior desta materialidade, a insistência do outro como o próprio princípio do real sócio-histórico” (PÊCHEUX, 2008, p. 55). Assim, pesquisamos falas com relação à imprensa de outros sujeitos que já ocuparam o lugar discursivo da Presidência da República, que foram apresentadas no primeiro capítulo. Ainda, com a apreensão dos pré-construídos presentes nesse processo discursivo, procuramos registros destes em outras condições sócio-históricas.

Ao final deste capítulo, analisamos como funciona discursivamente a designação “cercadinho”, como tem sido chamado o local reservado aos jornalistas em entrevistas concedidas pelo presidente em frente ao Palácio da Alvorada, em Brasília.

3.1 DUPLA CRISE: O ESGOTAMENTO FINANCEIRO E A FALTA DE CONFIANÇA

A imprensa mundial passa por duas crises que atuam conjuntamente: a financeira e a de credibilidade. A financeira está ligada aos desafios impostos pelas mudanças tecnológicas para a manutenção de um modelo de negócios que sempre se baseou em assinantes e anúncios. Segundo Bortolotti (2018, p. 21), para garantir sua sustentabilidade econômica, os jornais têm diminuído o controle sobre o noticiário, “ao tempo em que se envolvem na insana disputa pelos ‘cliques’ da multidão de navegantes da internet” (grifo do autor). O que acaba levando à desconfiança sobre o que é divulgado.

Um dos principais recursos da sustentabilidade econômica das empresas jornalísticas é a publicidade. E a distribuição de verbas publicitárias mudou no decorrer dos anos. No Brasil, de acordo com o levantamento do Conselho Executivo das Normas-Padrão⁵² relativo ao primeiro semestre de 2021, a fatia de investimentos das agências de publicidade na internet quase dobrou em quatro anos: de 14,8% em 2017, para 28,2% em 2021. A TV aberta ainda recebe a maior parte das verbas, mas viu o percentual cair de 58,7% para 52,9%, nesse mesmo período. Os jornais também tiveram redução de 3,3% para 1,9%. Segundo a Associação

⁵² CENP-MEIOS Painéis. CENP, São Paulo. Disponível em: <<https://cenp.com.br/cenp-meio/>>. Acesso em: 13 set. 2021.

Nacional de Jornais (ANJ), *Google*⁵³ e *Facebook* detêm 70% da receita publicitária digital em todo o mundo⁵⁴.

Os jornais ainda têm perdido assinantes, outra fonte importante de recursos. Levantamento do site *Poder 360*, com base em dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC)⁵⁵ analisou dez veículos, que juntos tiveram redução de vendas das edições em papel em 57% entre os anos de 2016 e 2021. Nenhum deles teve tiragem média diária paga acima de 80 mil cópias. Como comparação, em 1994, a *Folha de S.Paulo*, um dos jornais incluídos na análise, comemorava recorde de 1,1 milhão de exemplares⁵⁶. Em 2021, os dez periódicos analisados pelo *Poder 360* tiveram aumento no número de assinantes de suas versões digitais, mas não o suficiente para compensar a perda dos que pagavam pelo impresso.

Nesse cenário, muitos jornais abandonaram o papel e passaram para a plataforma digital. Outros veículos, tanto impressos, como jornais e revistas, quanto rádios e tevês, encerraram suas atividades ou enxugaram seus quadros, achatando salários e demitindo jornalistas, que migraram para assessorias de imprensa ou para a informalidade. Segundo Christofolletti (2019, p. 31, 39), um dos reflexos da crise é a concentração de propriedade, com a aquisição de veículos por grupos maiores, contribuindo para a padronização das práticas e das pautas jornalísticas, reduzindo a qualidade dos serviços e dos produtos ofertados, com consequente corrosão da credibilidade.

A crise no modelo de negócios é agravada diante da pressão econômica exercida pelo atual governo. Ainda no primeiro ano de gestão, em 2019, duas medidas provisórias (MPs) decretaram o fim da obrigatoriedade de publicar balanços de empresas de capital aberto e editais de concursos, licitações e pregões públicos em jornais de grande circulação. Como as MPs têm efeito de lei e passam a valer imediatamente após a edição, a primeira só foi derrubada ao não

⁵³ “O *Google* é uma empresa multinacional de serviços online e software dos Estados Unidos. Principal subsidiária da Alphabet, ela hospeda e desenvolve uma série de serviços e produtos baseados na internet e gera lucro, principalmente, por meio da publicidade pelo *AdWords*. A empresa foi fundada por Larry Page e Sergey Brin em 4 de setembro de 1998 e sua oferta pública inicial foi realizada em 19 de agosto de 2004. A missão declarada da empresa desde o início foi ‘organizar a informação mundial e torná-la universalmente acessível e útil’. O rápido crescimento do *Google* desde sua incorporação culminou em uma cadeia de outros produtos, aquisições e parcerias que vão além do núcleo inicial como motor de buscas.” GOOGLE. **Canaltech**. Disponível em: <<https://canaltech.com.br/empresa/google/>>. Acesso em: 13 jun. 2022.

⁵⁴ A ENCruzilhada do jornalismo. **Portal Press**, Porto Alegre. Disponível em: <<http://revistapress.com.br/revista-press/a-encruzilhada-do-jornalismo/>>. Acesso em: 26 abr. 2022.

⁵⁵ YAHYA, H. Jornais em 2021: impresso cai 13%; digital sobe 6%. **Poder 360**, Brasília, 1 fev. 2022. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/midia/jornais-em-2021-impresso-cai-13-digital-sobe-6/>>. Acesso em: 26 abr. 2022.

⁵⁶ FOLHA bate recorde histórico com 1,1 milhão de jornais. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 14 ago. 1994. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/8/14/brasil/7.html>>. Acesso em: 27 abr. 2022.

ter sido aprovada pelo Congresso Nacional no prazo máximo de 120 dias⁵⁷. A segunda caiu após liminar concedida pelo STF⁵⁸.

O presidente também ameaçou não renovar a concessão da *TV Globo*, prevista para ocorrer em 2022, após a exibição de reportagem no *Jornal Nacional* que o havia citado em uma investigação sob sigilo⁵⁹. A *Folha de S.Paulo* foi excluída de licitação para a aquisição de assinaturas digitais para o governo federal, processo que acabou sendo revogado posteriormente⁶⁰. O mesmo jornal ainda foi alvo de ataques do chefe do Executivo, que incentivou o boicote a produtos de anunciantes do veículo⁶¹.

A distribuição de verbas publicitárias do governo federal a tevês abertas chegou a ser questionada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Em 2019, a *Rede Globo*⁶², que é a emissora líder de audiência, teve redução de 39% para 16% nessas verbas, enquanto *Record* e *SBT*, que divulgam notícias favoráveis ao governo, ampliaram suas fatias de 31% para 43% e de 30% para 41%, respectivamente⁶³. Apresentadores de TV simpáticos ao presidente também foram beneficiados com verbas oficiais para fazer campanha de divulgação, em seus programas, da reforma da Previdência e do chamado “tratamento precoce” contra a Covid-19, entre outros

⁵⁷ MP sobre publicação de balanços em jornais perde validade sem ser votada. **Poder 360**, Brasília, 4 dez. 2019. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/congresso/mp-sobre-publicacao-de-balancos-em-jornais-perde-validade-sem-ser-votada/>>. Acesso em: 15 set. 2021.

⁵⁸ OLIVEIRA, M. Ministro Gilmar Mendes suspende MP que desobriga órgão público de publicar editais em jornais. **G1**, Rio de Janeiro, 18 out. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/10/18/gilmar-mendes-suspende-mp-que-desobriga-orgao-publico-de-publicar-editais-em-jornais.ghtml>>. Acesso em: 15 set. 2021.

⁵⁹ URIBE, G. Bolsonaro ataca Globo e Witzel e nega envolvimento no caso Marielle. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 29 out. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/bolsonaro-ataca-globo-e-witzel-e-nega-envolvimento-no-caso-marielle.shtml>>. Acesso em: 15 set. 2021.

⁶⁰ BOLSONARO recua em licitação de jornais que excluiu Folha de S.Paulo. **Correio Braziliense**, Brasília, 6 dez. 2019. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/12/06/interna_politica,812048/bolsonaro-recua-em-licitacao-de-jornais-que-excluiu-folha-de-s-paulo.shtml>. Acesso em: 15 set. 2021.

⁶¹ URIBE, G. Bolsonaro amplia ameaça à Folha e diz que boicota produtos de anunciantes do jornal. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 29 nov. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/bolsonaro-amplia-ameaca-a-folha-e-diz-que-boicota-produtos-de-anunciantes-do-jornal.shtml>>. Acesso em: 15 set. 2021.

⁶² Em 2022, ano de eleição, a Rede Globo voltou a receber mais recursos do governo federal. Segundo levantamento do portal UOL, o aumento no gasto com publicidade na emissora aumentou em 75% entre janeiro e junho deste ano, quando comparado ao mesmo período de 2021. ANDRADE, H. Pela reeleição, Planalto eleva gasto em publicidade na Globo em 75% em 2022. **UOL**, São Paulo, 4 jul. 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/07/04/por-reeleicao-planalto-volta-a-globo-e-dobra-gasto-com-publicidade-na-tv.htm>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

⁶³ FABRINI, F.; WIZIACK, J. TCU vê falta de critério do governo Bolsonaro no rateio de verbas para TVs. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 11 ago. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/08/tcu-ve-falta-de-criterio-do-governo-bolsonaro-no-rateio-de-verbas-para-tvs.shtml>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

temas⁶⁴. O governo ainda destinou receita publicitária a *sites de fake news* e canais do *YouTube* que promovem o presidente, como o *Terça Livre*, do blogueiro Allan dos Santos, e o *Bolsonaro TV*, por meio do *GoogleAdsense*. Essa ferramenta permite que agências de publicidade comprem espaços em *sites*, canais do *YouTube* e aplicativos de celular, de acordo com o tipo de público que se quer atingir⁶⁵.

Em meio aos problemas financeiros, o setor tem enfrentado questionamentos sobre a confiabilidade do que divulga. Críticas à imprensa, assim como às instituições de uma maneira geral, são cada vez mais frequentes em todo o mundo.

D’Ancona (2018, p. 42) credita o atual colapso da confiança nas instituições a “uma série implacável de perturbações” que teria tido início com a crise financeira mundial de 2008. Utilizando o argumento de evitar quebraadeira na economia mundial, países adotaram medidas severas que atingiram direitos e serviços públicos, o que teria trazido para o centro das discussões políticas a hostilidade à economia globalizada.

Questionamentos a instituições de várias esferas, como políticas, científicas, religiosas e midiáticas, têm sido recorrentes, já que a relação da sociedade com elas deixou de ser de uma “quase cega fé” em “fontes das quais brotariam a certeza dos fatos e os devidos caminhos a seguir” para ser suplantada “por suspeitas e por ceticismos, por postura crítica e por emancipações” (CURCINO; SARGENTINI; PIOVEZANI, 2021, p. 11).

Essa desconfiança crescente nas fontes tradicionais de autoridade e de informação tem sido utilizada politicamente. De acordo com Stanley (2020, p. 78), minar instituições é uma das táticas da política fascista: “a disseminação da suspeita geral e da dúvida enfraquece os laços de respeito mútuo entre os concidadãos, deixando-os com profundas fontes de desconfiança, não apenas em relação às instituições, mas também em relação uns aos outros”. A partir daí, a fé é centralizada na figura de um líder, que é considerado o único em quem se pode confiar.

A crise de confiança na imprensa tradicional tem aumentado desde o início do século XXI. Entre os casos que provocaram ainda mais suspeitas por parte do público, pode-se citar o

⁶⁴ REZENDE, C.; LOPES, R. Governo Bolsonaro pagou R\$ 268 mil a apresentadores bolsonaristas e de TV aliada. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 29 jun. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/06/governo-bolsonaro-pagou-r-268-mil-a-apresentadores-bolsonaristas-e-de-tv-aliada.shtml>>. Acesso em: 15 set. 2021.

⁶⁵ MELLO, P. C. Verba publicitária de Bolsonaro irrigou sites de jogos de azar e de fake news na reforma da Previdência. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 9 maio 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/verba-publicitaria-de-bolsonaro-irrigou-sites-de-jogos-de-azar-e-de-fake-news-na-reforma-da-previdencia.shtml?origin=folha>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

do jornal *The New York Times*, que, em 2003, revelou que um de seus jornalistas, Jayson Blair, havia plagiado e inventado informações em mais de 600 artigos durante quatro anos⁶⁶.

No Brasil, críticas à imprensa passaram a ser mais frequentes desde as manifestações de rua que tiveram início em junho de 2013, quando o Movimento Passe Livre mobilizou a população para protestar contra o reajuste da tarifa de ônibus em São Paulo (SP). Os protestos foram ganhando novas e difusas reivindicações e levaram milhões de pessoas às ruas em todo o País. As manifestações foram reprimidas com violência pela Polícia Militar e retratadas, a princípio, com críticas pelos principais veículos de comunicação. A revolta contra a cobertura da imprensa resultou em agressões verbais e físicas a jornalistas, levando a *Rede Globo* a esconder a logomarca da emissora nos microfones para proteger os seus profissionais. Um veículo da *TV Record* foi incendiado por manifestantes⁶⁷. Jornalistas que cobriam as manifestações também foram ameaçados, agredidos – inclusive atingidos por balas de borracha – e presos por policiais (FENAJ, 2014).

Com a facilidade de acesso a veículos alternativos, principalmente pela internet, o lugar de “formador de opinião” da imprensa tradicional vem se reduzindo no Brasil, segundo Camargo (2008, posição 4928), “o descompasso entre as preferências políticas da mídia impressa e a percepção da maioria da sociedade vem se aprofundando a cada novo embate entre governo e as oposições”.

Esse descompasso é acentuado de acordo com os interesses políticos e econômicos em jogo em uma conjuntura dada, conforme destaca Abramo:

A grande imprensa, como já está definida pelo nome, é ligada aos interesses daquela classe que pode manter a grande imprensa. Na medida em que essa classe está em contradição com a conjuntura nacional, os jornais podem exercer um papel de esclarecimento. Ela tem interesses peculiares, pertence a pessoas cujos interesses estão ligados a um complexo econômico, político e institucional (ABRAMO, 1988, p. 116).

Desde as manifestações de 2013, o número de casos de ataques contra jornalistas tem aumentado no Brasil. São ameaças e intimidações, agressões verbais e físicas, impedimentos ao exercício profissional e cerceamento por meio de ações judiciais. Relatório da Federação

⁶⁶ BARRY, D. et. al. Correcting the record; Times reporter who resigned leaves long trail of deception. **The New York Times**, New York, 11 maio 2003. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2003/05/11/us/correcting-the-record-times-reporter-who-resigned-leaves-long-trail-of-deception.html>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

⁶⁷ A IMPRENSA, outro alvo dos manifestantes no Brasil. **G1**, Rio de Janeiro, 20 jun. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/06/a-imprensa-outro-alvo-dos-manifestantes-no-brasil.html>>. Acesso em: 19 maio 2021.

Nacional de Jornalistas (FENAJ) apontou que, somente em 2020, foram contabilizados 428 casos de ataques contra profissionais e veículos de imprensa em todo o Brasil, mais do que o dobro do registrado no ano anterior – 208 (FENAJ, 2021, p. 4). No *ranking* da ONG Repórteres Sem Fronteiras (RSF), o Brasil ocupava, em 2021, a 111ª colocação no quesito de liberdade de imprensa entre as 180 nações avaliadas⁶⁸. Com isso, o País entrou pela primeira vez na zona vermelha do levantamento, que considera que a situação da imprensa é difícil. A entidade classifica a situação de cada país em cinco cores relativas ao nível de liberdade de imprensa: branca (muito boa), amarela (boa), laranja (problemática), vermelha (difícil) e preta (muito grave). Somente o atual presidente foi o responsável por 319 ataques a veículos de comunicação nos anos de 2019 (Idem, 2020, p. 4) e 2020 (Idem, 2021, p. 4).

3.2 PÓS-VERDADE E *FAKE NEWS*: UMA HISTÓRIA ANTIGA

A crescente crise de credibilidade das instituições está ligada à emergência da pós-verdade e ao aumento da circulação de *fake news*. O “colapso da confiança é a base social da era da pós-verdade”, afirma D’Ancona (2018, p. 42).

Tomamos as diferenças apontadas por Zoppi-Fontana (2021, p. 97) entre pós-verdade e *fake news*. “Trata-se de duas formas distintas da enunciação política, que se distinguem em relação ao modo como um nome próprio e uma função-autor são mobilizados na formulação”.

De acordo com a autora, a pós-verdade é atribuída a um locutor definido, identificado pelo nome próprio e pelo lugar social que ocupa. Por conta da enunciação feita a partir de um locutor de destaque no campo político, sua fala circula amplamente tanto na imprensa quanto nas redes sociais. Ao ecoar esses enunciados, seus sentidos são naturalizados.

Já as *fake news* não apresentam um locutor definido e circulam na forma de boatos, produzindo, assim, o que a autora define como um efeito de rumor, “pelo qual um fato histórico ocorrido se esfacela no acontecimento discursivo em uma pluralidade de versões anônimas, plausíveis (pela sua ancoragem na memória), embora dificilmente verificáveis no espaço da experiência e do conhecimento individual do cotidiano” (Ibidem, p. 97).

Indursky (2020) ressalta que o discurso das *fake news* joga com a opacidade da linguagem, revestindo-se dela na sua materialização para produzir um efeito de verdade. A

⁶⁸ RANKING Mundial da Liberdade de Imprensa 2021: vacina contra a desinformação, o jornalismo segue cerceado em mais de 130 países. RSF, Paris. Disponível em: <<https://rsf.org/pt-br/ranking-mundial-da-liberdade-de-imprensa-2021-vacina-contradesinformacao-o-jornalismo-segue>>. Acesso em: 19 maio 2021.

autora traz a especificidade de produção dessas falsificações, que são frequentemente formuladas em formato de matéria jornalística. “As *fake news*, sob o efeito da ideologia, ao mesmo tempo em que produzem uma falsificação, projetam sobre ela um imaginário efeito de verossimilhança” (Ibidem, p. 22). Esse efeito traz consequências para as condições de produção da leitura desse discurso. Por não desconfiar de um discurso que se traveste de jornalístico, o leitor acaba por compartilhar notícias falsas, tanto por desconhecimento quanto por concordar ou discordar delas.

As *fake news*, defende Indursky (Ibidem, p. 24), são construídas pelo viés de torção discursiva, que “consiste em projetar um efeito de verdade sobre o que, de fato, é uma falsificação de um ocorrido, de um fato, de uma declaração”. A falsificação traz, pelo discurso transversal, os vestígios da notícia distorcida, que funcionam como uma “presença-ausente”.

A produção das *fake news* nas redes sociais, segundo Gallo, Silveira e Pequeno (2021), está ancorada em dois processos. O primeiro são as normatizações técnicas, como limites de caracteres, algoritmos que determinam as relações entre perfis, regras de comentários e de compartilhamento, que possibilitam formular um dizer anônimo. O segundo processo é a mediatização, que torna possível a notoriedade pela repetição desses dizeres já em circulação, da ordem do “todo mundo tá dizendo”. De acordo com os autores, esses processos diferem da produção do discurso jornalístico, que “é, ao contrário, autoral e atravessado pela chancela institucional” (Ibidem, p. 259).

Essa prática de aliar a desconfiança à divulgação de mentiras não é nova. Ao analisar os regimes totalitários da Alemanha nazista e da Rússia stalinista, Arendt (1989, p. 432) já afirmava que “num mundo incompreensível e em perpétua mudança, as massas haviam chegado a um ponto em que, ao mesmo tempo, acreditavam em tudo e em nada, julgavam que tudo era possível e que nada era verdadeiro”. Assim, a propaganda desses regimes explorou a disposição das pessoas em acreditar no pior, por mais fantasioso que fosse. “Se recebessem no dia seguinte a prova irrefutável da sua inverdade, apelariam para o cinismo; em lugar de abandonarem os líderes que lhes haviam mentido, diriam que sempre souberam que a afirmação era falsa, e admirariam os líderes pela grande esperteza tática” (Ibidem, loc. cit.).

As teorias da conspiração servem para difamar e desacreditar seus alvos, de acordo com Stanley (2020, p. 67): “são um mecanismo fundamental utilizado para deslegitimar a grande mídia, que os políticos fascistas acusam de parcialidade por não cobrir falsas conspirações”.

Uma das teorias da conspiração mais conhecidas está em *Os protocolos dos sábios de Sião*, texto que circula desde o início do século XX e que atribui aos judeus um complô para

dominar o mundo. Os protocolos foram publicados pela primeira vez, de forma seriada, como se fossem atas de reuniões de líderes judeus, em um jornal russo, em 1903. Depois disso, foram levados a vários outros países ocidentais, chegando a ser impressos pelo magnata norte-americano da indústria automobilística Henry Ford. A publicação serviu ao nazismo como ferramenta de propaganda antisemita. Apontado como uma fraude por vários estudiosos, o documento ainda hoje é utilizado por grupos neonazistas em todo o mundo⁶⁹.

No regime stalinista, a história foi reescrita e líderes que fizeram parte da revolução comunista e passaram a ser considerados inimigos foram apagados dos livros e das fotografias. De acordo com Markwick (2013), Joseph Stalin eliminou os nomes dos bolcheviques opositoristas de documentos. A história foi reescrita para que o ditador soviético fosse retratado como uma espécie de divindade da revolução. Os historiadores deveriam ser imbuídos do espírito do partido (*partiinost*) e os que se opuseram foram executados. Em 1938, foi publicado o livro *História do Partido Comunista de Toda a União (Bolcheviques): Breve Curso*, uma espécie de bíblia do regime stalinista. A obra “estabeleceu seu monopólio sobre a historiografia. Isso acorrentou o pensamento histórico e paralisou a profissão de historiador nos cinquenta anos seguintes; poucos historiadores, se é que algum, ousaram desafiar o seu mandato” (Ibidem, p. 377, tradução nossa).

No Brasil, uma das armas utilizadas por Getúlio Vargas para o golpe de Estado de 1937 foi o chamado Plano Cohen, um documento que revelava um suposto plano comunista para tomar o poder. Com isso, de acordo com Firmo (2018, p. 50), o Congresso foi fechado. “Na derrocada do regime, o responsável por divulgar o Plano Cohen, general Góes Monteiro, admitiu o que se desconfiava havia muito: tudo havia sido uma farsa urdida pelos integralistas, que apoiavam Getúlio, até serem perseguidos e praticamente extintos.”

Em 2003, notícias fraudulentas foram utilizadas pelo governo norte-americano de George W. Bush para invadir o Iraque. A acusação do Pentágono de que o governante iraquiano Saddam Hussein fabricava armas químicas de destruição em massa foi destaque dos grandes jornais dos Estados Unidos e do mundo. O país contou com o apoio do ex-primeiro-ministro

⁶⁹ UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. Protocols of the Elders of Zion. **Holocaust Encyclopedia**, Washington. Disponível em: <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/protocols-of-the-elders-of-zion>>. Acesso em: 18 set. 2021.

britânico, Tony Blair. Tanto Blair quanto Bush admitiram mais tarde que não havia programa de armas químicas⁷⁰.

Como vimos, a prática da pós-verdade e das *fake news* é antiga, mas o aparecimento das redes sociais fez com que ela se difundisse exponencialmente. É do que tratamos a seguir.

3.3 AS MÍDIAS SOCIAIS E A CONEXÃO DIRETA COM O PÚBLICO

Novas tecnologias de comunicação impulsionam a proliferação de notícias falsas. Foi por meio do rádio e do cinema que os regimes nazista e fascista difundiram suas ideias no século XX, como vimos no capítulo anterior. E é pelas mídias sociais que a pós-verdade e as *fake news* ganham cada vez mais espaço no debate público neste século.

De acordo com Dias (2018, p. 29), a constituição e a formulação do discurso digital se dão por meio da sua circulação, compreendida como “compartilhamento, viralização, comentários, postagens, hashtags, memes, links”. Nesse tipo de discurso, a formulação é sustentada pela própria circulação, que faz parte da conjuntura de sua enunciação. Orlandi (2001, p. 11-12) sustenta que “os ‘meios’ não são nunca neutros. Ou seja, os sentidos são como se constituem, como se formulam e como circulam” (grifo da autora).

O digital muda a relação com a memória, passando de institucional para corporativa, ligada às grandes empresas de tecnologia, como *Google*, *Microsoft*⁷¹ e *Facebook*. E isso tem implicações na constituição dos sujeitos e dos sentidos, afirma Dias (2018). Surge o que a autora cunhou de sujeito de dados, um deslocamento do sujeito de direito, “submisso não ao Estado, mas à tecnologia” (Ibidem, p. 115). Tomando como base a afirmação da autora de que o sujeito de dados “faz ‘falhar’ a ideologia jurídica” (Ibidem, p. 114, grifo da autora), entendemos que há consequência com relação à submissão aos deveres impostos ao sujeito de direito. Ao formular seu discurso, que circula nas redes sociais, o sujeito estabelece uma nova relação com

⁷⁰ GEORGE W Bush had 'sickening feeling' over WMD lack. **BBC News**, London, 31 nov. 2010. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-11680239>>. Acesso em: 19 set. 2021. MASON, R., ASTHANA, A., STEWART, H. Tony Blair: 'I express more sorrow, regret and apology than you can ever believe'. **The Guardian**, London, 6 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/uk-news/2016/jul/06/tony-blair-deliberately-exaggerated-threat-from-iraq-chilcot-report-war-inquiry>>. Acesso em: 19 set. 2021.

⁷¹ MICROSOFT. **Mundo Educação**. “A *Microsoft* [...] é atualmente a maior e mais conhecida empresa desenvolvedora de softwares e recursos tecnológicos do mundo. Criada em 1975 por Bill Gates e Paul Allen [...]. O desenvolvimento da *Microsoft* se deu de forma polêmica para muitas pessoas. Embora tenha desenvolvido projetos e sistemas operacionais extremamente eficientes e inovadores, a empresa foi por muitas vezes acusada de realizar práticas ilegais com o objetivo de criar e manter um monopólio no ramo dos *softwares*, utilizando assim de práticas anticompetitivas para alcançar o sucesso.” Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/informatica/microsoft.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2022.

seus direitos e seus deveres perante a Lei. Assim, a tecnologia, com suas características próprias de circulação, vista não como suporte para um discurso, mas como parte constitutiva dos sujeitos e dos sentidos, afeta a formulação dos dizeres. O sujeito de dados tem a ilusão de que nas redes sociais escapa ao controle do jurídico, nelas podendo se expressar sem as amarras impostas ao sujeito de direito.

Por meio dos dados que fornece voluntariamente às plataformas tecnológicas, o sujeito passa a conviver nas redes sociais com conteúdo personalizado, sob a ilusão de ter a seu alcance todas as informações disponíveis. “A cada clique um desejo capturado pelo algoritmo, que retornará em breve e incessantemente, silenciando outros sentidos possíveis, asfixiando o sujeito em si mesmo” (Ibidem, p. 192-193).

É pelas plataformas digitais, como *Facebook* e *Google*, que cada vez mais pessoas têm contato com as notícias, em vez de acessá-las nos próprios *sites* dos veículos informativos. De acordo com Christofolletti (2019, p. 42), “o jornalismo ficou nas mãos das gigantes de tecnologia”. O autor argumenta que as regras para a distribuição desse conteúdo jornalístico não são claras, nem mesmo para os veículos que o produzem. “Se o modelo de negócios das plataformas se rege pela intensa exposição dos conteúdos, pela circulação e recirculação deles, pouco importará se tais informações são verdadeiras ou não, responsabilmente balizadas em apuração ou não. Vai importar se viralizar” (Ibidem, loc. cit.).

Nessa conjuntura, cresce a utilização de perfis em redes sociais por políticos no mundo todo. Essas mídias permitem que a comunicação com seus eleitores e seguidores seja feita de maneira direta, sem a mediação da imprensa. “Diferentemente da mídia legal, as mídias sociais são construídas sobre a lógica da viralização, o que faz com que os atores políticos divulguem principalmente mensagens que os usuários curtam, comentem, promovam e compartilhem em suas redes” (ERNST et al., 2017, p. 1349, tradução nossa).

Ao dispensar a mediação da imprensa, o agente político pode, de acordo com Brum:

[...] dizer apenas o que quer, sem correr o risco de ser contestado com fatos, provas e contradições. Perfeito para governantes que não querem prestar contas ao público, mas que precisam simular uma relação direta, valorizando o “sem intermediários”. São justamente os “intermediários”, no caso a imprensa, que podem contestá-los (BRUM, 2019, p. 228).

Com exceção dos períodos de regimes autoritários, a imprensa sempre atuou como intermediária entre as informações que o poder público quer divulgar e os cidadãos. Esse poder mediador foi objeto de estudos de diversas teorias sobre o jornalismo.

Uma delas é a teoria do *gatekeeper* (porteiro, em inglês). De acordo com Traquina (2005), nos anos 1950, o trabalho de um jornalista de meia idade de um veículo de tamanho médio norte-americano foi acompanhado durante uma semana, para descobrir os motivos que o levavam a rejeitar as notícias que não utilizou na publicação. Esse profissional foi chamado de Mr. Gates, em referência ao controle para escolher o que passa pelo portão (*gate*) e pode ser publicado. O autor avalia que a teoria do *gatekeeper* privilegia uma abordagem individual, desconsiderando outros fatores, como a organização jornalística.

Esse aspecto é trabalhado na teoria organizacional, que estuda o controle social das empresas de comunicação sobre a rotina de trabalho do jornalista. Segundo essa teoria, os colegas e os chefes exercem mais influência sobre o profissional do que o público. “Ele se conforma com as normas editoriais, que passam a ser mais importantes do que as crenças individuais” (PENA, 2020, p. 136).

Ao usar as redes sociais para driblar os *gatekeepers* e as linhas editoriais dos veículos tradicionais de comunicação, os políticos falam diretamente aos seus públicos. Tática que, como trouxemos no primeiro capítulo, já foi utilizada em regimes totalitários, como o fascismo, o nazismo, o stalinismo e o maoísmo. Nesses regimes, as novas tecnologias, como rádio e cinema, foram usadas para comunicar sem o filtro da imprensa, que também sofreu com a censura e a desapropriação e o fechamento de jornais de oposição.

Entre os políticos que têm feito uso das redes sociais e utilizado de pressão política e econômica contra a imprensa com o fim de falar a seus seguidores sem mediação estão governantes como Jair Bolsonaro (Brasil), Donald Trump (Estados Unidos), Recep Erdogan (Turquia), Viktor Orbán (Hungria), Narendra Modi (Índia), Rodrigo Duterte (Filipinas), Daniel Ortega (Nicarágua), Vladimir Putin (Rússia) e Nicolás Maduro (Venezuela).

O ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump interagia com o público por meio de vídeos divulgados nas redes sociais bem como de entrevistas com jornalistas apoiadores. De acordo com Mello (2020), desde a eleição de 2016, ele mudava o foco de assuntos negativos com um post no *Twitter*: “em geral, em caixa-alta e depreciando alguém. Assim, a campanha conseguia passar sua mensagem sem se submeter ao escrutínio dos jornalistas, sem citar fontes, sem ter que explicar eventuais contradições” (Ibidem, p. 184). Já na Casa Branca, Trump

chegou a suspender a credencial de um jornalista da rede de tevê *CNN*, com quem havia discutido⁷².

O presidente indiano, Narendra Modi, e o filipino, Rodrigo Duterte, também se comunicam por meio do *Twitter*, contratando pessoas para compartilhar conteúdos falsos e simular engajamento, os chamados *trolls*. Jornalistas, especialmente mulheres, sofrem campanhas de linchamento virtual (Ibidem, p. 221).

Nas redes sociais utilizadas por esses políticos, é possível, mediante pagamento, propagar mensagens de maneira a atingir um grande número de pessoas ou alcançar públicos específicos. Mas são os compartilhamentos “artificiais” que garantem a visibilidade. Ainda de acordo com Mello, “usam-se sistemas automatizados, os robôs ou *bots*, ou então pessoas contratadas, os *trolls*, para forjar maior engajamento em certos conteúdos e dar visibilidade a certo tema, simulando uma popularidade que ele não tem” (Ibidem, p. 24). Também são utilizados disparos de mensagens em massa por empresas contratadas por aplicativos como *WhatsApp* e *Telegram*⁷³.

No Brasil, o uso de *trolls* e *bots* tem sido uma tática desde a campanha eleitoral de 2018, pelo então candidato do Partido Social Liberal (PSL). Já na presidência, esses recursos continuaram a serviço do novo governo, utilizados em campanhas de difamação de opositores e também da imprensa.

O disparo de mensagens pelo *WhatsApp* durante a campanha foi financiado por empresários e não declarado à Justiça Eleitoral. A prática é ilegal no País, onde, desde 2015, o STF proibiu doações de empresas. Segundo denúncia de reportagem da *Folha de S.Paulo*⁷⁴, publicada em 18 de outubro de 2018, disparos em massa contra o Partido dos Trabalhadores estavam programados para a semana anterior ao segundo turno das eleições presidenciais, em 2018.

⁷² CASA Branca suspende credencial de jornalista da CNN que discutiu com Trump. **G1**, Rio de Janeiro, 8 nov. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2018/11/08/casa-branca-suspende-credencial-de-jornalista-da-cnn-que-discutiu-com-trump.ghtml>>. Acesso em: 31 maio 2022.

⁷³ Ambos são aplicativos de mensagens instantâneas. O *WhatsApp* surgiu em 2009, nos Estados Unidos, como alternativa ao sistema de SMS, e foi adquirido pelo *Facebook*, em 2014. O *Telegram* foi fundado em 2013, na Rússia. Os dois permitem a troca de mensagens, imagens, vídeos e áudios. Políticos populistas têm migrado do *WhatsApp* para o *Telegram* por conta do número ilimitado de participantes em grupos de distribuição que este oferece. O aplicativo também não tem representação no Brasil, o que dificulta o combate à divulgação de notícias falsas. Em março de 2022, o STF chegou a determinar a suspensão do aplicativo no País. ENTENDA as diferenças entre Telegram e WhatsApp. **Isto É Dinheiro**, São Paulo, 19 mar. 22. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/entenda-as-diferencas-entre-telegram-e-whatsapp/>>. Acesso em: 9 jun. 2022.

⁷⁴ MELLO, P. C. Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 18 out. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>>. Acesso em: 9 jun. 2022.

De acordo com Mello (2020, p. 31-32), a estratégia digital do ex-capitão foi desenhada por um de seus filhos, Carlos Bolsonaro, que acompanhava a atuação de outros políticos de direita em todo o mundo. Foi ele quem estimulou a criação de inúmeros grupos no *WhatsApp* e no *Facebook*, que funcionam como listas de transmissão, e cooptou influenciadores digitais para divulgar e criar mensagens. Essa estratégia fez com que a presença digital do então candidato do PSL fosse infinitamente maior que a de seus concorrentes.

“Uma vez ‘impulsionada’, a narrativa é então propagada naturalmente pelas redes orgânicas, que são as pessoas de carne e osso que acreditam naquilo que está sendo veiculado”, conta Mello (2020, p. 24). Essa prática de disseminação é chamada de *firehosing*, que significa mangueira de incêndio, em inglês.

O uso das redes sociais para a disseminação de notícias falsas foi o foco de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), instalada no Congresso Nacional, em agosto de 2019⁷⁵. No final daquele ano, a CPMI das *Fake News* recebeu denúncias do funcionamento do chamado “gabinete do ódio”, que utilizava dinheiro público para financiar milícias digitais. Segundo congressistas que haviam rompido com o governo, “deputados bolsonaristas e integrantes do Executivo utilizavam verba do gabinete para pagar assessores empenhados em caluniar opositores e jornalistas *on-line*” (MELLO, 2020, p. 72). Também em 2019, foi aberto o inquérito 4781, por iniciativa do STF, que passou a investigar a divulgação de notícias falsas, calúnias e ameaças à Corte e aos seus ministros⁷⁶. Em 2021, o chamado inquérito das *fake news* incluiu nas investigações falas do presidente da República sobre supostas fraudes no sistema de votação brasileiro⁷⁷.

⁷⁵ De acordo com a página da CPMI no Senado Federal, o objetivo da comissão é investigar “os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições 2018; a prática de *cyberbullying* sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio”. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2292>>. Acesso em: 7 fev. 2022.

⁷⁶ TUROLLO JR., R. Toffoli abre inquérito para apurar fake news e ameaças contra ministros do STF. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 mar. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/toffoli-abre-inquerito-para-apurar-fake-news-e-ameacas-contr-ministros-do-stf.shtml>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

⁷⁷ MINISTRO Alexandre de Moraes determina abertura de investigação contra Bolsonaro por ataques ao sistema eleitoral. **STF**, Brasília, 4 ago. 2021. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=470432&ori=1>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

Os desafetos do governo passam por linchamento virtual, em que são divulgados memes⁷⁸ e notícias falsas e também repercutidas falas do ex-capitão e de sua família, de políticos apoiadores e de influenciadores digitais. Jornalistas que publicam matérias com denúncias sofrem ataques nas redes sociais, inclusive com ameaças de morte e exposição de dados pessoais dos profissionais e de suas famílias. Mello, que foi vítima dessas campanhas difamatórias, conta em livro (Ibidem) que recebeu milhares de mensagens agressivas de pessoas que não faziam questão de esconder suas identidades, sentindo-se respaldadas pelas ofensas perpetradas pelo próprio presidente da República.

[...] linchamentos virtuais funcionam como uma censura informal. Toda vez que vou escrever uma reportagem investigativa que envolve o governo, respiro fundo e imagino o que pode vir do outro lado. Será que vão ultrajar pessoas da minha família ou fazer memes obscenos? Penso várias vezes se vale a pena escrever. E suponho que muitos jornalistas estejam experimentando a mesma sensação e de alguma maneira acabem se autocensurando (Ibidem, p. 100-101).

Em 2021, foram registradas 1,46 milhão de postagens em redes sociais com ataques à imprensa e aos jornalistas. Isso representa 4 mil *posts* por dia, com palavras de baixo calão, expressões depreciativas e pejorativas. O levantamento é da Associação de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT)⁷⁹.

Além da circulação nas redes sociais, as ofensas ganham repercussão na própria imprensa, aumentando o seu alcance. Segundo Mello, uma crítica a esse tipo de divulgação é que a mídia tradicional acaba dando aparência de legitimidade e levando essas falas para fora da bolha do grupo de seguidores. Ela argumenta que, como esses líderes governam pelo *Twitter*, não se pode simplesmente deixar de cobrir suas declarações, até para compreender a estratégia política que se esconde por trás das táticas dos factoides: “[...] nenhum veículo de imprensa encontrou uma abordagem que dê conta de informar sobre as ações desses governantes sem contribuir, ainda que involuntariamente, para as campanhas de manipulação da opinião pública que eles promovem” (Ibidem, p. 165).

Somente em 2020, as redes sociais passaram a tomar medidas contra a divulgação de notícias falsas. No final de março, o *Twitter* apagou vídeos publicados no perfil do presidente,

⁷⁸ KOVACS, L. O que é meme? **Tecnoblog**. “[...] meme é uma imagem transmitida para viralizar na internet, complementada com texto, compartilhando comentários pontuais sobre símbolos culturais, ideias sociais ou eventos atuais. É normalmente uma foto ou vídeo, embora possa ser um bloco de texto. Quando atinge muitas pessoas, ele se espalha por meio de plataformas sociais.” Disponível em: <<https://tecnoblog.net/responde/o-que-e-meme/>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

⁷⁹ ABERT registra aumento de violência contra imprensa em 2021. **ABERT**, Brasília, 25 mar. 2022. Disponível em: <<https://www.abert.org.br/informe/2022/mar/2503/>>. Acesso em: 11 jun. 2022.

mostrando passeio feito em uma área comercial de Brasília, no auge da pandemia de Covid-19, alegando que as mensagens poderiam incentivar a aglomeração e aumentar o risco de contaminação. Em seguida, o *Facebook* e o *Instagram*⁸⁰, do mesmo grupo, também removeram vídeos do mandatário conversando com vendedor ambulante⁸¹. O *YouTube* excluiu vídeos do canal oficial do chefe do Executivo, em vários momentos, como os que divulgavam desinformação médica sobre o coronavírus, em 2021⁸², e também um em que ele denunciava, sem provas, fraudes no sistema eleitoral brasileiro, em 2022⁸³.

É pelo *YouTube* e pelo *Facebook* que o presidente brasileiro fala diretamente aos seus seguidores em *lives*, transmissões ao vivo feitas por canais e perfis do mandatário. De acordo com Cursino (2021, p. 111), elas “suprimem a possibilidade de diálogo que outras formas de comunicação política tradicionais garantiam ou simulavam garantir, tais como as entrevistas coletivas ou os debates televisivos”. Nessas *lives*, simula-se amadorismo técnico, com imagens fora de foco, imprevistos nos movimentos da câmera e ruídos no áudio, entre outras táticas, para “indiciar o caráter precário, barato e ‘caseiro’ dessas produções, além de construir e reforçar uma imagem mais popular” (Ibidem, p. 112).

Muitos governantes ainda adotam pressão econômica para acabar com veículos de comunicação críticos. Entre as práticas estão corte de publicidade oficial, acusação de sonegação fiscal, cassação de concessão e licença, compra de jornais por empresários amigos, etc.

Além desses expedientes, alguns países adotaram legislação que permite censura de veículos de comunicação e prisão de jornalistas. Na Hungria do presidente Viktor Orbán, leis baixadas em 2010 preveem multas para jornais “que fizessem ‘cobertura desequilibrada’, ‘insultuosa’ ou em violação à ‘moralidade pública’”. A legislação obriga a mídia a fazer

⁸⁰ Instagram. **Canaltech**. “O *Instagram* foi criado [...] em 2010. Poucos meses depois, [...] se tornou um dos aplicativos mais promissores da *App Store*. Em 2012, o Facebook comprou o *Instagram* por cerca de 1 bilhão de dólares, no mesmo ano em que a rede social foi disponibilizada para dispositivos *Android*. Ela permite o compartilhamento de fotos e vídeos, bem como a integração com outros aplicativos. Entre as suas funcionalidades estão a aplicação de filtros, o *Boomerang*, os *Stories*, além das gravações e transmissões de vídeos ao vivo. Atualmente, o *Instagram* também é um dos principais veículos para a publicidade de empresas de todo o mundo.” Disponível em: <<https://canaltech.com.br/empresa/instagram/>>. Acesso em: 9 jun. 2022.

⁸¹ SENRA, R. Após Twitter, Facebook e Instagram excluem vídeo de Bolsonaro por 'causar danos reais às pessoas'. **BBC News Brasil**, São Paulo, 30 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52101240>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

⁸² VIDON, F. YouTube apaga mais 12 vídeos de Jair Bolsonaro por citar medicamentos sem eficácia comprovada. **Extra**, Rio de Janeiro, 27 maio 2021. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/youtube-apaga-mais-12-videos-de-jair-bolsonaro-por-citar-medicamentos-sem-eficacia-comprovada-25037208.html>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

⁸³ YOUTUBE exclui vídeo de Bolsonaro com fala sobre eleição. **Poder 360**, Brasília, 14 abr. 2022. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/midia/youtube-exclui-video-de-bolsonaro-com-fala-sobre-eleicao/>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

cobertura ‘confiável, rápida e precisa’ das notícias — do ponto de vista do governo, claro” (MELLO, 2020, p. 170, grifos da autora). No mesmo ano, o então presidente da Venezuela, Hugo Chávez, também impôs leis que estabeleciam sanções para divulgação de mensagens que fossem consideradas “apologia ao crime” (Ibidem, p. 217). Em 2017, seu sucessor, Nicolás Maduro, endureceu ainda mais o controle sobre o que os veículos podem publicar.

Muitos jornalistas também são presos em função de sua profissão. Levantamento da ONG Repórteres Sem Fronteiras⁸⁴ mostra que, no início de junho de 2022, havia 483 profissionais detidos em todo o mundo. Outros 29 foram assassinados do início de janeiro a 10 de junho do mesmo ano. O país com mais jornalistas presos em 2021 era a China, com 50 detidos, de acordo com *ranking* da organização Comitê de Proteção a Jornalistas⁸⁵. No mesmo ano, a Turquia registrava 18 e a Rússia, 14.

Enquanto enfraquecem economicamente os veículos que os questionam, políticos apostam nas redes sociais, que não precisam de grandes investimentos de capital para se manter. Essas mídias baratearam o custo de produção e divulgação de conteúdo, não sendo mais necessário dispor de “concessões de canais de televisão ou impressoras gigantes de papel. A internet é um meio gratuito e com possibilidade de alcance muito maior que as mídias tradicionais” (FILGUEIRAS, 2018, p. 17).

Imprensa e mídias sociais são tratadas como sinonímicas no processo discursivo analisado nesta dissertação. Ao utilizar-se dessa estratégia discursiva, apagam-se as diferenças entre os meios de comunicação, que têm práticas e funcionamentos distintos.

Abreviação do termo inglês *mass media* (mídia de massa, em português), a palavra mídia surgiu nos anos 1920, designando os meios de suporte de informação. Segundo Durand e Mendes (2020, p. 247), sua utilização, no início, respondia a “uma concepção explicitamente publicitária que não somente pensa em termos de suportes materiais e de veículos de anúncios, mas constitui também todo tipo de suporte [...] como um intermediário entre o produtor e o comprador”.

Apesar de ser um termo mais recente, mídia tem sido utilizada como sinônimo de imprensa. De acordo com Lima (2004), a imprecisão conceitual traz dificuldades aos estudos das relações entre mídia e política. Em seu trabalho, o autor define mídia como “o conjunto das

⁸⁴ Levantamento atualizado em tempo real no *site* da Repórteres sem Fronteiras. Disponível em: <https://rsf.org/pt-br/barometro?exaction_pays_pays=_none&exaction_pays_annee=2020#exaction-pays>. Acesso em: 10 jun. 2022.

⁸⁵ *Ranking* disponível no *site* do *Committee to Protect Journalists*: <https://cpj.org/data/imprisoned/2021/?status=Imprisoned&start_year=2021&end_year=2021&group_by=location>. Acesso em: 10 jun. 2022.

instituições que utiliza tecnologias específicas para realizar a comunicação humana” (Ibidem, p. 50). A comunicação é intermediada, midiaticizada. Ele exemplifica as mídias “como o conjunto das emissoras de rádio e de televisão (aberta e paga), de jornais e de revistas, do cinema e das outras diversas instituições que utilizam recursos tecnológicos na chamada comunicação de ‘massa’” (Ibidem, loc. cit., grifo do autor). Ou seja, a mídia abrange todos os meios de comunicação, independentemente de que tipo de conteúdo eles transmitam, enquanto a imprensa remete a veículos que praticam o jornalismo.

Entre os meios de comunicação digitais, estão os portais de informação e as mídias sociais. Os primeiros têm sido utilizados por veículos de imprensa tradicionais. Já as mídias sociais não têm como produto o jornalismo, mas o compartilhamento de informações entre os usuários, sem qualquer mediação ou curadoria.

A prática do jornalismo é regulada por uma série de regras rígidas que orientam a rotina do profissional. Elas estão descritas no Código de Ética⁸⁶ da categoria, que estabelece as normas de atuação do profissional nas relações com a comunidade, com as fontes de informação e entre os jornalistas. Veículos também adotam manuais com regras, como é caso do Manual de Redação da *Folha de S.Paulo* (EMPRESA FOLHA DA MANHÃ, 1996, não paginado):

O jornalista deve assumir compromisso apenas com a isenção na cobertura dos fatos, a liberdade de expressão, o direito de informar e o acesso do leitor a toda informação ou opinião importante. Deve procurar conhecer todas as versões de um fato e registrá-las com fidelidade. Ele tem responsabilidade moral pelas informações que coleta e transmite, as quais devem ser sempre exatas e comprovadas.

Ao contrário da imprensa, sem regras rigorosas, as mídias sociais têm sido utilizadas para divulgação das chamadas *fake news*. Como apontamos anteriormente, essas redes permitem que a comunicação com seguidores seja feita de maneira direta, sem a mediação da imprensa.

No próximo capítulo, mostramos como a confusão no uso dos dois termos é utilizada discursivamente. Antes, finalizamos tratando dos efeitos de sentido da designação “cercadinho”.

⁸⁶ FENAJ. Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. **FENAJ**, Brasília. Disponível em: <<https://fenaj.org.br/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>>. Acesso em: 5 mar. 2022.

3.4 O “CERCADINHO”

Como mostramos, anteriormente, as redes sociais são o principal meio utilizado pelo presidente para fazer circular seu discurso sobre a imprensa. Mas esse embate também tem um palco físico: o “cercadinho”⁸⁷, designação que funciona discursivamente para referir ao espaço reservado aos jornalistas em frente ao Palácio da Alvorada, residência oficial da Presidência da República, em Brasília. Nesta seção, buscamos os efeitos de sentidos decorrentes dessa designação, mobilizando esse conceito a partir de Guimarães (2003, 2017).

O “cercadinho” é um espaço gradeado e dividido em dois compartimentos: um destinado aos seguidores do ex-capitão e outro, aos jornalistas. É nesse local, ao ar livre, sujeito a sol e chuva, sem direito a banheiro, sem conforto algum, que Bolsonaro fala com seus seguidores e é interpelado pelos repórteres, que recebem respostas desrespeitosas e ameaçadoras. Nesse espaço, jornalistas também são atacados verbalmente pelos seguidores do presidente.

TEXTO-IMAGEM⁸⁸ – O “CERCADINHO”



FONTE: ABRAJI (2020). Disponível em: <<https://abraji.org.br/noticias/veiculos-de-imprensa-suspendem-cobertura-presidencial-na-porta-do-alvorada>>. Acesso em: 7 jan. 2022.

⁸⁷ Na AD, entende-se o discurso como processo. Portanto, não nos interessa determinar como e quando a designação “cercadinho” passou a ser utilizada para referir a esse espaço. A palavra é adotada tanto pelo presidente e seus seguidores, quanto pelos jornalistas.

⁸⁸ Usamos texto-imagem em vez de “fotografia”, tendo em vista que se trata de um texto e, nele, há relação com a memória, com outros discursos. Venturini (2009, p. 133) destaca o enunciado-imagem, funcionando como enunciado, sinalizando que, mesmo os imagéticos podem significar “diferentemente, em razão da memória discursiva e da inscrição a FDs heterogêneas que os habitam”. Exemplo disso, é o que retorna como memória dos outros governos, quando a imprensa era recebida em uma sala, e não ao ar livre. A prática visível nesse texto-imagem é de uma imprensa frequentemente humilhada e de um presidente cercado de seguidores.

As falas são filmadas e divulgadas nas mídias sociais, principalmente no *YouTube*, por canais de apoiadores e do próprio presidente. O risco à integridade dos jornalistas fez com alguns dos principais veículos de imprensa descontinuassem a cobertura no local.

O “cercadinho” não é apenas simbólico, é da ordem do real da história, entendido como o inenarrável, os apagamentos e os silenciamentos na apreensão da historicidade. Segundo Gadet e Pêcheux (2004, p. 52), o real da história é “uma contradição da qual o impossível não seria foracluído”. Trata-se de um cercado material que delimita o espaço do mandatário, separando-o fisicamente tanto da imprensa quanto de seus seguidores, tornando-o “inatingível”. O presidente coloca-se isolado, protegido, cercado de seguranças e assessores, do lado de fora das grades que confinam jornalistas e apoiadores. Assim, apreende-se a contradição entre a prática e o que ele enuncia, de pertencer e defender o “povo” e de colocar-se como defensor da “liberdade de expressão”.

Guimarães (2017, p. 12) diferencia as noções nomeação, referência e designação. A nomeação é o “funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome” e a referência é a “particularização de algo na e pela enunciação”. Já a designação é “a significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato”. Essa relação é “linguística (simbólica) remetida ao real, [...] enquanto uma relação tomada na história”.

Na perspectiva discursiva, a nomeação faz ver o que é nomeado e instaura redes de sentidos, tendo em vista que “antes de ser palavra o sentido já foi silêncio” (ORLANDI, 2007a, p. 154). Desse modo, pela nomeação do espaço em que jornalistas e seguidores ficam durante as entrevistas de “cercadinho”, ressoam memórias em torno desse sintagma, considerando-se as relações parafrásticas em torno da palavra e do lugar nomeado.

A designação constitui-se como o outro lado da nomeação, tendo em vista as discursividades implicadas, por isso, utilizamos essa noção para colocar em suspenso a prática de divisão imposta pelo presidente com o “cercadinho”. Procuramos saber como essa designação funciona pela memória discursiva.

A partir de Guimarães (2017), Zoppi-Fontana (2003, p. 250) entende os processos de designação como “relações de referência instáveis, produzidas pelo cruzamento de diferentes posições de sujeito”. Ainda de acordo com a autora, as designações funcionam:

[...] como indícios dos pontos de estabilização das relações de referência no interdiscurso, sendo reconfiguradas no acontecimento enunciativo a partir do embate das condições de produção sobre a língua (enquanto estrutura formal capaz de equívoco na história) e sobre a memória (enquanto corpo sócio-histórico de traços discursivos que se constituem em espaço de estruturação, de regularização de sentidos) (Ibidem, p. 253).

E isso nos remete ao sintagma “cercadinho” e a seus funcionamentos na/pela língua na história, segundo Guimarães (2017, p. 55), com sua “história de nomeações, renomeações e referências realizadas”. O “cercadinho” não é uma descrição “neutra” de um espaço físico, e, sim, uma construção histórica de sentidos na/pela linguagem. A designação é afetada pelas divisões do real, que é heterogêneo, sujeito ao equívoco e à contradição.

A palavra “cercadinho” é uma derivação do verbo cercar. Como verbete, no dicionário *on-line* Priberam, tem-se:

verbo transitivo: 1. fazer cerca a; 2. fechar com muro, sebe, etc.; 3. pôr cerco a = sitiá-lo; 4. [figurado] estar em toda a volta = circundar, rodear; 5. apertar; 6. constranger. Verbo pronominal: 7. ter determinadas pessoas como companhia; fazer-se acompanhar = circundar-se, rodear-se; 8. ficar mais próximo = aproximar-se (CERCAR, 2021).

O que vem da história e ressoa pela memória discursiva com o sintagma “cerco” é uma tática militar usada desde a Idade Média. Para evitar uma batalha campal, com muito derramamento de sangue, o exército cerca um castelo ou uma cidade, não permitindo que ninguém saia, nem receba água ou alimento. Há duas opções: aguardar até a rendição, o que pode levar muito tempo, ou então invadir o local⁸⁹.

A guerra entra, então, pelo interdiscurso, no processo discursivo do presidente com relação à imprensa. O “cercadinho” significa como espaço político de confronto. Político como Orlandi o define: espaço de conflito (1990) e de relações de poder, que “reside na divisão dos sujeitos e dos sentidos” (2017b, p. 152).

É nesse espaço político de confronto, no qual os sujeitos e os sentidos se dividem, que o chefe do Executivo, ao falar usando de ameaça e deboche, demonstra seu poder frente ao inimigo, a imprensa, que se encontra “sitiada”. Tal como uma tropa inimiga, os jornalistas estão cercados pelo capitão reformado no comando do seu exército – seus seguidores que estão no “cercadinho” ao lado. Esses soldados também participam da guerra, aplaudindo o comandante e agredindo verbalmente a imprensa. Esse exército também está “controlado”, não pela ameaça, mas pela submissão a seu líder.

Fisicamente, os seguidores ainda são “contidos” pelas grades, o que traz pela memória discursiva outro uso da palavra cercado: como o espaço circundado destinado à criação de animais. Assim, vem pelo interdiscurso outra designação: “gado”, palavra pela qual os

⁸⁹ COMO era um cerco medieval? **Super Interessante**, São Paulo, 18 abr. 2011. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/como-era-um-cerco-medieval/>>. Acesso em: 10 out. 2021.

seguidores do presidente têm sido chamados pelos seus opositores, interpelados por uma formação discursiva antagônica.

A designação “cercadinho” produz também efeitos de sentido pela significação histórica do verbo cercar na sua forma pronominal. Ao cercar-se de seus seguidores, aproximando-se fisicamente e conversando, vem, pela memória discursiva, o efeito de intimidade, de que o chefe do Executivo está próximo do “povo”.

Outra derivação do verbo cercar, a palavra “cercamento”, traz, pela memória discursiva, os saberes da FD capitalista, na posição sujeito neoliberal. As leis de cercamento, adotadas na Inglaterra no século XVI, marcaram a ruptura com o feudalismo e o estabelecimento das relações capitalistas. As terras, que eram utilizadas pelos camponeses de maneira comunal, passaram a ser privadas e cercadas⁹⁰. Passíveis de comercialização, viraram mercadoria. Sem ter mais como tirar seu sustento do campo, os camponeses foram obrigados a migrar para as cidades.

O estabelecimento de limites entre os proprietários das terras e os trabalhadores repete-se de maneira virtual, pelo cercamento do espaço digital feito pelos canais e pelos perfis de apoiadores e do próprio presidente. As publicações das chamadas milícias digitais, que se apropriam das grandes plataformas, reforçam nas redes sociais o discurso autoritário, como o define Orlandi (2005, p. 86): “[...] aquele em que a polissemia é contida, o referente está apagado pela relação de linguagem que se estabelece e o locutor se coloca como agente exclusivo, apagando também sua relação com o interlocutor”. Nesse cercamento digital, o discurso autoritário funciona pela monossemia, pela repetição, que constrói a imagem da imprensa como inimiga a ser combatida.

O “cercadinho”, como prática, no discurso do presidente sobre a imprensa, funciona como um espaço político de confronto, que produz pela memória discursiva os efeitos de sentido de guerra e de controle. A guerra é combatida tanto no espaço físico do “cercadinho”, quanto no virtual das redes sociais. Espaços que significam discursivamente, pelos efeitos de sentidos convocados pela memória discursiva.

Neste capítulo, trouxemos as condições de produção no sentido estrito, conforme Orlandi (2006a, p. 15), ou seja, as circunstâncias da enunciação, a conjuntura em que essa discursividade é formulada e circula. As novas tecnologias, como as redes sociais, fazem parte

⁹⁰ PINTO, T. S. Cercamentos e Revolução Industrial Inglesa. **Brasil Escola**, Goiânia. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/cercamentos-revolucao-industrial-inglesa.htm>>. Acesso em: 4 jan. 2022.

das condições de produção do processo discursivo que analisamos, nesta dissertação, por isso, abordamos as características do digital, que, segundo Dias (2018), se formula e se constitui pela circulação.

Tratamos da crise financeira pela qual a imprensa passa, agravada pela emergência das mídias sociais. As quedas das verbas de publicidade e dos números de assinantes vêm abalando a saúde financeira das empresas jornalísticas, que enxugaram seus quadros. Muitos pequenos veículos também migraram para o digital, encerraram as atividades ou foram adquiridos por grupos maiores. Ainda vem contribuindo para a crise a pressão econômica do governo, que editou medidas provisórias e remanejou suas verbas publicitárias, transferindo boa parte delas dos veículos que publicam denúncias para os aliados. Trouxemos ainda a crise de credibilidade, que afeta não apenas o jornalismo, mas também outras instituições em todo o mundo.

Apontamos as diferenças entre pós-verdade, que tem um locutor definido, e *fake news*, que funciona em forma de boato. As *fake news* diferenciam-se do discurso jornalístico, que é autoral e atravessado por uma chancela institucional. Para mostrar que a prática de difundir mentiras é antiga, trouxemos exemplos tanto de regimes autoritários, como o nazismo e o stalinismo, como também de estados democráticos.

Mostramos como as mídias sociais têm sido utilizadas por políticos para falar diretamente aos seus públicos, sem a intermediação da imprensa. Essas autoridades adotam práticas automatizadas (com robôs, pessoas contratadas e disparos em massa por aplicativos de mensagens) para viralizar conteúdos duvidosos e promover linchamentos virtuais de opositores e jornalistas.

Os profissionais da imprensa têm sido alvo desses linchamentos, iniciados com as falas desses políticos, replicadas artificialmente até chegar aos seguidores, que acreditam nas mensagens e utilizam as redes para atacar os adversários e para fazer circular mensagens favoráveis ao governo. De acordo com Dias (2018), o chamado sujeito de dados é submisso à tecnologia e não ao Estado. Assim, entendemos que, ao formular seu discurso nas redes sociais, o sujeito tem a ilusão de que foge ao controle do jurídico, expressando-se sem as amarras impostas ao sujeito de direito.

Abordamos, ainda, as diferenças entre imprensa e mídias sociais, que possuem regras e funcionamentos distintos e são confundidas como sinonímicas no processo discursivo analisado nesta dissertação. Como apontamos, essa confusão entre os termos interessa ao Poder Executivo, na medida em que deslegitima a imprensa e produz sentido de confiabilidade às redes sociais que divulgam *fake news* a favor do governo. Tratamos mais profundamente desse tema no próximo capítulo.

Por último, analisamos o funcionamento discursivo da designação “cercadinho”, que produz no discurso do presidente sobre a imprensa os efeitos de sentido de guerra e de controle.

No próximo capítulo, trazemos as SDs para análise, mobilizando o conceito de formações imaginárias, formulado por Pêcheux (2019), para apreender a construção imaginária maniqueísta projetada nesse processo discursivo.

4 O BEM CONTRA O MAL: O MANIQUEÍSMO PRESENTE NAS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS

Neste capítulo, para proceder às análises, mobilizamos a noção de formação imaginária, trazida por Pêcheux (2019), com o objetivo de descobrir os processos discursivos que se articulam nas falas do chefe do Executivo sobre a imprensa. Tratamos dos sujeitos do discurso em análise: a posição-sujeito presidente da República e a posição-sujeito jornalista. Queremos saber, a partir das falas analisadas, como se constroem as formações imaginárias do sujeito do discurso presidente, em relação a ele mesmo e à imprensa.

Por meio das formações imaginárias, apreendemos que o conjunto de projeções presentes nesse discurso traz uma construção imaginária maniqueísta, que projeta uma concepção dual de mundo. Nesse processo discursivo binário, são silenciados os sentidos possíveis entre um extremo e outro, no confronto do bem contra o mal. Segundo Pêcheux (2008, p. 33), “toda conversa [...] é suscetível de colocar em jogo uma bipolarização lógica das proposições enunciáveis – com, de vez em quando, o sentimento insidioso de uma simplificação unívoca, eventualmente mortal, para si mesmo e/ou para os outros”.

No processo discursivo analisado, tem-se, de um lado, o presidente: vítima, salvador do povo, portador da verdade, messias, corajoso; de outro, a imprensa: inimiga, conspiratória, mentirosa, covarde. Como a contradição é constitutiva do discurso, essa dicotomia apresenta opostos conflitantes: o presidente como autoritário e também democrata e a imprensa dividida entre má (“a maior parte”) e boa (“as minhas mídias sociais”).

As formações imaginárias, conforme Pêcheux, designam o lugar que os interlocutores do discurso “se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (2019, p. 39). O lugar neste caso não é o empírico, mas o lugar social construído sócio e historicamente nas relações de produção. Neste capítulo, recortamos o *corpus* com as imagens da projeção e da autoprojeção do presidente da República e da projeção que este faz do seu interlocutor, a imprensa.

Como já afirmamos anteriormente, com Pêcheux (*Ibidem*, loc. cit.), o discurso é “efeito de sentidos” entre interlocutores. O efeito de sentidos produzido em um processo discursivo depende das construções imaginárias e pode ser sempre outro dependendo do lugar social que o sujeito enunciador ocupa em determinadas condições de produção. O sentido não está ligado às palavras no sentido literal, pois é determinado historicamente e, conforme Pêcheux (2014), depende da filiação dos sujeitos e das condições de produção do seu funcionamento e da sua formulação. Disso pode-se dizer, também, que os efeitos de sentidos e

a relação entre os sujeitos são regulados pelas formações imaginárias (VENTURINI; PETRI, 2019, p. 15).

As formações imaginárias fazem parte das condições de produção de todo processo discursivo. De acordo com Orlandi (2005, p. 40), é nelas que repousam os funcionamentos discursivos da antecipação e das relações de sentidos e de forças. Por relação de sentidos, entende-se que todo discurso remete a “outros [anteriores] que o sustentam, assim como para dizeres futuros” (Ibidem, p. 39). Pela antecipação, o interlocutor coloca-se no lugar do outro, tentando prever qual efeito produzirá com o que diz. A relação de forças diz respeito ao lugar do qual o sujeito fala, à sua posição dentro das relações hierarquizadas da formação social.

O imaginário é historicamente construído e não se opõe ao real. Ele “é eficaz”, segundo Orlandi (2005, p. 42), “não ‘brota’ do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder” (grifo da autora). Pode-se dizer que é uma prática que constitui o sujeito por meio da ideologia, da relação inconsciente que ele mantém com a história e com a língua.

Como são constituídas sócio e historicamente, pelas condições de existência dos sujeitos e pelos lugares sociais que estes ocupam e se reconhecem na formação social, destacamos que as formações imaginárias não são universais e nem individuais. São heterogêneas e sociais e resultam de modos de identificação, de reconhecimento. É pelo discurso, como materialidade da ideologia, na relação desta com a linguagem, que podemos apreender as projeções imaginárias que estão em jogo em determinado processo discursivo.

Segundo Orlandi (1994), não há relação direta entre a linguagem e o mundo. É a ideologia que condiciona e faz a mediação da relação que o sujeito tem com suas condições de existência. O imaginário faz com que essa relação pareça direta, apagando a opacidade da linguagem.

Daí seu efeito de evidência, sua ilusão referencial. Por outro lado, a transformação do signo em imagem resulta justamente da perda do seu significado, do seu apagamento enquanto unidade cultural ou histórica, o que produz sua “transparência”. [...] Essa relação com a história mostra a eficácia do imaginário, capaz de determinar transformações nas relações sociais e de constituir práticas (Ibidem, p. 57, grifo da autora).

A ideologia dissimula então a opacidade da linguagem, pelo efeito de evidência pelo qual “‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências [...] que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’ aquilo que chamaremos o ‘caráter material do sentido’ das palavras e dos enunciados” (PÊCHEUX, 2014,

p. 146, grifos do autor). No caso do objeto desta pesquisa, é a ideologia que faz com que “todos saibam” o que é um presidente e o que é um jornalista.

Nossa tarefa, como analistas, é transpor esses efeitos de evidência e atingir o “caráter material do sentido”. O analista não revela os sentidos “verdadeiros”, mas procura os sentidos possíveis nos limites porosos e instáveis entre as formações discursivas, lembrando, com Orlandi (1994, p. 56), “que o sentido não está já fixado ‘a priori’, como essência das palavras, nem tampouco pode ser qualquer um: há determinação histórica do sentido”.

Entre as questões colocadas por Pêcheux (2019, p. 40) para analisar as formações imaginárias presentes em um processo discursivo estão: “quem sou eu para lhe falar assim?”, “quem é ele para que eu lhe fale assim?”. Ou, no caso desta dissertação, como o chefe do Executivo se projeta e como projeta a imprensa nesse discurso.

Identificamos quatro principais imagens da autoprojção do presidente em seu discurso: a vítima, o messias, o “imbrochável” e o democrata. Contraditoriamente à esta última, apreendemos também a projeção do mandatário como autoritário. Já a imprensa é apresentada a partir destas três projeções: a inimiga, a mentirosa e a covarde. Destacamos que essas imagens se desdobram em outras, que são apontadas no decorrer das análises. Recortamos algumas sequências discursivas (SDs) que vão mostrar como essas projeções aparecem no processo discursivo. Para discutir o maniqueísmo presente, nesse discurso, decidimos agrupar as três imagens que opõem os interlocutores: a vítima e a inimiga, o messias e a mentirosa, o “imbrochável” e a covarde. Outro grupo traz a imagem do presidente autoritário e, contraditoriamente, democrata. Por último, trazemos as duas projeções opostas da imprensa nesse discurso: a inimiga e a amiga.

No decorrer das análises, nos deparamos com dois pré-construídos: “inimigo do povo” e “imprensa mentirosa”, enunciados que já foram mobilizados em conjunturas sócio-históricas diferentes ao longo da história. Esses enunciados constituem-se pela historicidade decorrente das diversas significações que já receberam, inclusive em regimes ditatoriais de direita e de esquerda.

Passemos, então, ao primeiro grupo de SDs, que constroem a imagem do presidente como vítima e da imprensa como inimiga.

4.1 A VÍTIMA E A INIMIGA

SD 1 – A minha vida aqui é **uma desgraça**. É problema o tempo todo, **não tenho paz** para absolutamente nada. Não posso mais **tomar um caldo de cana na rua, comer um pastel**. Assim quando saio **vem essa imprensa perturbar**⁹¹ (grifos nossos).

SD 2 – É uma **campanha deslavada, descomunal, absurda, contra um chefe de Estado**, que, simplesmente, **teve a coragem de cortar propaganda** dessas empresas. Acabou a mamata pra eles. **Querem me tirar de qualquer maneira**⁹² (grifos nossos).

SD 3 – A gente lamenta porque a Globo não faz um trabalho contra o prefeito, faz contra o povo do Rio de Janeiro, igual à Folha, não faz um trabalho **contra mim**, faz **contra o Brasil**⁹³ (grifos nossos).

No recorte, temos a construção da imagem do presidente como vítima de uma conspiração com o objetivo tirá-lo do poder. Segundo Orlandi (2005), o sujeito coloca-se no lugar de seu interlocutor, procurando antecipar-se com relação ao sentido produzido na sua fala. É o mecanismo da antecipação, variando “desde a previsão de um interlocutor que é seu cúmplice até que, no outro extremo, ele prevê como adversário absoluto” (Ibidem, p. 39). E, assim, o sujeito dirige sua argumentação. O chefe do Executivo constrói a imagem de vitimização perante um inimigo, trazendo o argumento de perseguição da imprensa. Como já afirmamos, todo dizer retoma discursos anteriores. O que ressoa nas SDs acima, pela memória discursiva, é o que vem da história, trazendo os episódios em que a atuação da imprensa foi importante na ascensão e na queda de chefes do Executivo, como destacamos no primeiro capítulo.

A SD 1 foi produzida em pronunciamento durante cerimônia de lançamento de um programa de retomada do turismo, evento voltado a empresários do ramo, no Palácio do Planalto, em Brasília, em 10 de novembro de 2020, às vésperas do segundo turno das eleições municipais daquele ano. Poucos dias antes, Joe Biden fora eleito presidente dos Estados Unidos⁹⁴, em uma campanha marcada por contestações de fraude e por uma batalha judicial protagonizada pelo derrotado nas eleições, Donald Trump, de quem o ex-capitão é confesso

⁹¹ Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2020/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-cerimonia-de-lancamento-da-retomada-do-turismo-palacio-do-planalto>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

⁹² Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=F3K-1sJzftU>>. Acesso em: 14 ago. 2021.

⁹³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oA1o3dyP6Tw>>. Acesso em: 14 ago. 2021.

⁹⁴ MARS, A. Joe Biden vence as eleições dos Estados Unidos e põe fim à era Trump. **El País**, Madrid, 7 nov. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-11-07/joe-biden-vence-as-eleicoes-dos-estados-unidos-e-acaba-com-a-era-trump.html>>. Acesso em: 19 jul. 2022.

admirador. O Ministério Público do Rio de Janeiro também havia apresentado denúncia contra um dos filhos do presidente, o senador Flávio Bolsonaro, por “rachadinha”, que é a prática de desviar parte dos salários de assessores⁹⁵. A imprensa noticiava as saídas às ruas do ex-capitão, provocando aglomerações em plena pandemia de coronavírus.

Já a SD 2 foi recortada de uma entrevista concedida ao vivo à *TV Record*, em 22 de março de 2020, uma semana depois de participar de uma manifestação pró-governo, em Brasília, que contou com ataques ao Congresso Nacional e ao STF⁹⁶. Sem máscara, o chefe do Executivo promoveu aglomerações poucos dias depois das recomendações do Ministério da Saúde para evitar esse tipo de evento como medida de prevenção ao novo coronavírus. Por conta dos comportamentos, das falas e da condução da crise pandêmica no Brasil, o presidente passou a ser alvo de “panelaços”⁹⁷ em várias cidades do País. Vinte e quatro membros da comitiva que o acompanhou em viagem aos Estados Unidos, no início de março, foram diagnosticados com Covid-19⁹⁸.

A SD 3 foi um trecho de entrevista concedida na saída do Palácio da Alvorada, em Brasília, no chamado “cercadinho”, em 16 janeiro de 2020. Um dia antes, reportagem da *Folha de S.Paulo*⁹⁹ mostrou que o então chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Fabio Wajngarten, era sócio de uma empresa que recebia dinheiro de emissoras de tevê e de agências de propaganda contratadas pelo governo. A secretaria é responsável pela distribuição de verba de propaganda do Planalto.

⁹⁵ MP denuncia Flávio Bolsonaro e Fabrício Queiroz por esquema da ‘rachadinha’ na Alerj. **Jornal Nacional**, Rio de Janeiro, 4 nov. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/11/04/mp-denuncia-flavio-bolsonaro-e-fabricio-queiroz-por-esquema-da-rachadinha-na-alerj.ghtml>>. Acesso em: 19 jul. 2022.

⁹⁶ BENITES, A., BETIM, F. Bolsonaro rompe isolamento e vai a atos contra o Congresso em meio à crise do coronavírus. **El País**, Madrid, 15 mar. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-15/bolsonaro-rompe-isolamento-e-endossa-atos-contra-congresso-em-meio-a-crise-do-coronavirus.html>>. Acesso em: 19 jul. 2022.

⁹⁷ “Panelaço” é uma forma de protesto na qual as pessoas batem em panelas. No Brasil, ficou popular nas manifestações contra a ex-presidente Dilma Rousseff, em 2015, durante seus pronunciamentos em cadeia nacional de TV. O primeiro “panelaço” foi registrado no Chile, em 1971, quando donas de casa foram às ruas para protestar contra a crise econômica, batendo panelas vazias. VEIGA, E. Panelaços no Brasil e no mundo: novo coronavírus viralizou protestos? **UOL**, São Paulo, 20 mar. 2020. Disponível em: <<https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/20/panelacos-no-brasil-e-no-mundo-novo-coronavirus-viralizou-protestos.htm>>. Acesso em: 14 jul. 2022.

⁹⁸ CHAIB, J. Sobe para 24 número de pessoas com coronavírus que tiveram contato com Bolsonaro. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 20 mar. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/sobe-para-23-numero-de-pessoas-com-coronavirus-que-tiveram-contato-com-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 19 jul. 2022.

⁹⁹ FABRINI, F, WIZIACK, J. Chefe da Secom recebe dinheiro de emissoras e agências contratadas pelo governo Bolsonaro. **Folha de S.Paulo**. Publicado em: 15 jan. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/chefe-da-secom-recebe-dinheiro-de-emissoras-e-agencias-contratadas-pelo-governo-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 14 jul. 2022.

Essas sequências mostram que há mudanças decorrentes do lugar ocupado pelo sujeito da enunciação, o qual realiza a antecipação, colocando-se no lugar do “outro” que o ouve e se projeta como vítima: como cidadão comum (SD 1), chefe de Estado (SD 2) e Brasil (SD 3). Dentro da formação discursiva (FD) do governo, ocupando o lugar discursivo (LD) de presidente da República, o mandatário assume diferentes posições-sujeito, instaurando a contradição.

Ao dizer que não tem o direito de sair à rua “tomar um caldo de cana” e “comer um pastel”, o sujeito procura se igualar à imagem de “homem comum” do povo (SD 1), instaurando esse imaginário por meio da vitimização como estratégia para fazer com que o interlocutor acredite no que está sendo dito. Mesmo antes de tomar posse, o ex-capitão do Exército aparecia nas redes sociais tomando café da manhã em uma mesa simples, comendo pão com leite condensado, ou falando de casa com o cenário de um varal de roupas ao fundo¹⁰⁰. Já no Palácio do Planalto, o chefe do Executivo passou a adotar táticas como assinar documentos com canetas esferográficas baratas, a aparecer em eventos e reuniões usando chinelos, moletom e camisas de times de futebol, a sair para comer em restaurantes populares, entre outras.

Contraditoriamente, ao projetar-se como “homem do povo”, o presidente procura se aproximar da formação imaginária ligada a seu inimigo político, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva: o retirante nordestino que se fixou em São Paulo e trabalhou como metalúrgico. Lula foi criticado pelo seu jeito de falar, taxado de “analfabeto”, e de se portar, chamado de “cachaceiro”.

Funciona aí o que Pêcheux (2015, p. 89) chamou de “política do performativo”: “quando ‘dizer’ equivale a ‘fazer’, a política tende a se tornar uma atividade imaginária que se parece ao sonho acordado” (grifos do autor). Quando o mandatário iguala sua imagem à de um “homem simples” do povo, apaga o fato de que um chefe de Estado deixa de ser um “cidadão comum”. O presidente, o vice e os seus familiares dispõem de segurança pessoal, composta por membros das Forças Armadas e órgãos de segurança pública, como as polícias Federal, Militar e Civil, selecionados pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Silencia-se também que como político, há mais de 30 anos na vida pública, Bolsonaro acumula um patrimônio bem diferente da grande maioria dos brasileiros. Segundo informações declaradas pelo então

¹⁰⁰ ALMEIDA, M. R. Para especialistas, Bolsonaro adota visual simples como tática. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, nov. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/para-especialistas-bolsonaro-adota-visual-simples-como-tatica.shtml>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

candidato à Presidência da República ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 2018, o valor acumulado era de R\$ 2.286.779,48¹⁰¹, a maior parte em imóveis.

O que também é apagado e silenciado, nessa fala, é o fato de a saída à rua ter ocorrido em momento de pandemia de Covid-19, provocando aglomeração de pessoas, quando a recomendação das autoridades da saúde era de distanciamento social. Esse tipo de ação tem repercussão quando é protagonizada por quem ocupa a posição-sujeito de presidente da República. Fosse um “homem do povo”, a imprensa não o “perturbaria”. Segundo Orlandi (2017b, p. 133), a posição-sujeito presidente é marcada histórica e politicamente no Brasil, tendo a República e o Positivismo como base de significação. Assim, a posição já significa antes de ser ocupada. Como lugar discursivo, a Presidência da República é atravessada pelos vários dizeres de todos os ocupantes dessa cadeira no Brasil. Sujeitos interpelados por FDs distintas, ocupando diferentes posições-sujeito.

Já no lugar de chefe do Estado (SD 2), a imprensa não só perturba, como também conspira. O sujeito retrata-se como vítima de uma campanha montada para tirá-lo do poder e a atribui ao corte de verbas publicitárias do governo federal a veículos de imprensa. Ao afirmar que teve “coragem de cortar propaganda” de empresas de comunicação, o ex-capitão não diz que as verbas apenas mudaram de mãos, como vimos no capítulo anterior, com o redirecionamento dos recursos de publicidade para emissoras que divulgavam notícias positivas sobre o governo. Ou seja, não houve economia aos cofres públicos. Como mostramos no primeiro capítulo, um dos expedientes da ditadura militar contra a imprensa era a pressão econômica: o governo retirava publicidade oficial dos veículos que publicavam notícias que o desagradavam. Vemos aí o funcionamento da política do silêncio, que “se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2007a, p. 73).

Na SD 3, o sujeito se autorretrata como “Brasil”. A imprensa, ao agir contra o presidente, atingiria algo maior, que, na ambiguidade do termo utilizado, pode ser interpretado como o governo, o País, a nação ou toda a coletividade da população.

A contradição se mostra na comparação entre as SDs, que articulam as várias de suas posições-sujeito significando-se como vítima. De homem comum, que não pode comer um

¹⁰¹ DIVULGAÇÃO de Candidaturas e Contas Eleitorais. TSE. Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2018/2022802018/BR/280000614517/bens>>. Acesso em: 11 out. 2021.

pastel na rua, atingido em sua individualidade, a representante de todo o Brasil, em que o ataque simboliza um atentado não apenas contra ele, mas contra todos os brasileiros.

Passamos agora às imagens de projeção da imprensa:

SD 4 – Enquanto lutamos entre nós o inimigo se fortalece. Não temos como agradecer a todos, vasculham minha vida e de minha família desde 1988, quando me elegi vereador. **Nossa inimiga: parte da GRANDE IMPRENSA.** Ela não nos deixará **em paz.** Se acreditarmos nela será o fim de todos¹⁰² (grifos nossos).

SD 5 – Seguidor: Vocês ficam o tempo todo jogando os ministros contra o presidente, o presidente contra os ministros! Que coisa feia! Ninguém aguenta isso!

Presidente: Pode falar!

Seguidor: É o tempo todo jogando os ministros contra o presidente. Só ontem, ontem fiz um vídeo no meu canal, mostrando isso. A canalhice de vocês.

Presidente: É ele que vai falar, não é vocês não!

Seguidor: Jogando o Mandetta contra o presidente, jogando o Paulo Guedes, todo mundo contra o presidente! Essa tática de vocês não vai funcionar!

Presidente: Uai, vai embora? Vai **abandonar o povo?** A imprensa que **não gosta do povo!** A imprensa que **não gosta do povo**¹⁰³ (grifos nossos).

SD 6 – Sigam o exemplo do governo, adotem o **lema João 8:32**, afinal de contas, isso deveria ser um carimbo na testa de cada jornalista. A verdade acima de tudo, e deixar de se comportar como um **partido político de extrema esquerda**¹⁰⁴ (grifos nossos).

A SD 4 é um *post* no *Twitter*, de 12 de setembro de 2019. O mesmo texto foi publicado ainda, acompanhado de um vídeo, no *Facebook*. As imagens mostram dois animais selvagens brigando, quando um predador se aproxima e ataca um deles. As postagens foram feitas quando o presidente estava internado em um hospital em São Paulo para fazer uma cirurgia, decorrente da facada que sofreu durante a campanha eleitoral de 2018¹⁰⁵. À época, o Ministério Público do Rio de Janeiro abriu procedimentos para investigar a prática de “rachadinha” por outro filho, o vereador do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro¹⁰⁶. A imprensa também divulgava denúncias de sua interferência na Polícia Federal do Rio de Janeiro e na demissão do secretário especial da

¹⁰² Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1172320057625473024>>. Acesso em: 2 maio 2020. Disponível também em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=532442597563775>>. Acesso em: 12 jul. 2022.

¹⁰³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oZoxT0idbd8>>. Acesso em: 10 out. 2021.

¹⁰⁴ Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2020/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-o-lancamento-do-credito-imobiliario-com-taxa-fixa-palacio-do-planalto>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

¹⁰⁵ MARQUES, J., NUNES, W. Cirurgia em Bolsonaro é bem-sucedida, e Mourão fica na Presidência até quinta. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 8 set. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/cirurgia-em-bolsonaro-e-concluida-em-sp-apos-5-horas.shtml>>. Acesso em: 19 jul. 2022.

¹⁰⁶ MP investiga Carlos Bolsonaro por uso de funcionário fantasma, diz revista. **UOL**, São Paulo, 11 set. 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/09/11/mp-investiga-carlos-bolsonaro-por-uso-de-funcionario-fantasma-diz-revista.htm>>. Acesso em: 19 jul. 2022.

Receita Federal, Marcos Cintra, por supostas divergências quanto a criação de imposto nos moldes da antiga Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF)¹⁰⁷. No mesmo período, aguardava-se a sabatina, no Senado, do indicado do presidente para ocupar a Procuradoria Geral da República, Augusto Aras, cujo nome não constava da lista tríplice elaborada pelos procuradores¹⁰⁸.

A SD 5 foi recortada de entrevista no “cercadinho”, em 31 de março de 2020. Após pergunta de um jornalista sobre os seus atritos com o então ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta com relação às orientações no enfrentamento à pandemia, os seguidores passaram a hostilizar os profissionais. O chefe do Executivo então exigiu que os repórteres ficassem quietos para ouvir os xingamentos. Os jornalistas retiraram-se do local, posicionando-se ao fundo¹⁰⁹. Nessa época, as redes sociais como *Facebook*, *Instagram* e *Twitter* começaram a excluir publicações do ex-capitão com informações falsas sobre a pandemia do coronavírus¹¹⁰.

SD 6 é um recorte do pronunciamento feito durante a solenidade de lançamento do Crédito Imobiliário com Taxa Fixa, no Palácio do Planalto, em 20 de fevereiro de 2020. No início daquele mês, o ex-PM Adriano da Nóbrega, ligado à família do presidente e suspeito de fazer parte de milícia, foi morto em uma ação policial na Bahia¹¹¹. A tensão com o Poder Legislativo aumentava, com falas do então ministro do GSI, general Augusto Heleno, acusando o Congresso de chantagear o governo¹¹². A CPMI das *Fake News* continuava a apurar disparos ilegais de notícias falsas por aplicativos de mensagens durante as eleições de 2018¹¹³.

¹⁰⁷ URIBE, G. Bolsonaro mandou Guedes demitir Cintra, diz Mourão. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 11 set. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/mourao-diz-que-demissao-de-cintra-foi-decisao-de-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 19 jul. 2022.

¹⁰⁸ TUROLLO JR., R. Emocionada com fim de mandato, Dodge se diz preocupada com democracia. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 12 set. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/emocionada-com-fim-de-mandato-dodge-se-diz-preocupada-com-democracia.shtml>>. Acesso em: 19 jul. 2022.

¹⁰⁹ PARAGUASSU, L. Jornalistas deixam entrevista após Bolsonaro estimular apoiadores a hostilizarem repórteres. **UOL**, São Paulo, 31 mar. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2020/03/31/jornalistas-deixam-entrevista-apos-bolsonaro-estimular-apoiadores-a-hostilizarem-reporter.html>>. Acesso em: 14 jul. 2022.

¹¹⁰ MARQUES, J. Depois do Twitter, Facebook e Instagram também apagam post de Bolsonaro. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 30 mar. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/depois-do-twitter-facebook-tambem-apaga-post-de-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 19 jul. 2022.

¹¹¹ JUCÁ, B. Adriano da Nóbrega, suspeito de envolvimento no caso Marielle, é morto em operação policial na Bahia. **El País**, Madrid, 9 fev. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-02-09/suspeito-de-envolvimento-no-assassinato-de-marielle-e-morto-em-operacao-policial.html>>. Acesso em: 19 jul. 2022.

¹¹² HELENO acusa Congresso de chantagem e Maia reage: “Radical ideológico”. **Carta Capital**, São Paulo, 19 fev. 2020. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/heleno-acusa-congresso-de-chantage-e-maia-reage-radical-ideologico>>. Acesso em: 19 jul. 2022.

¹¹³ ONOFRE, R., BRANT, D., RODRIGUES, A. Imagens de CPI indicam disparo ilegal de mensagens pelo WhatsApp na eleição. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 19 fev. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/02/imagens-de-cpi-indicam-disparo-ilegal-de-mensagens-pelo-whatsapp.shtml>>. Acesso em: 19 jul. 2022.

De acordo com Pêcheux (2019), as formações imaginárias são o resultado de processos discursivos anteriores, em diferentes condições de produção. Os “já ditos” e “já ouvidos” constituem, então, “a substância das formações imaginárias” (Ibidem, p. 42). Tudo o que já foi dito sobre a imprensa, mesmo que recalcado na verticalidade do interdiscurso, pode ser resgatado por meio da memória discursiva e linearizado no fio do discurso. Isso não ocorre de forma consciente. A discursividade que foi produzida anteriormente, independentemente, remete “às evidências pelas quais o sujeito se vê atribuir os objetos de seu discurso: ‘o que cada um sabe’ e simultaneamente, ‘o que cada um pode ver’ em uma dada situação” (COURTINE, 2009, p. 74, grifos do autor). O sujeito do discurso é interpelado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente, não tendo controle sobre o modo como os sentidos se constituem nele (ORLANDI, 2005, p. 32).

Na SD 4, o sujeito enunciador denomina a imprensa como “nossa inimiga”. Com o uso do pronome possessivo da primeira pessoa do plural tem-se o efeito de sentido de que ela seria inimiga de toda a população e não apenas do enunciador, de sua família ou de seus aliados.

No jogo metafórico das SDs 1 e 4, apreende-se uma lógica militar de guerra a um inimigo interno: a imprensa. Constrói-se a oposição presidente contra jornalistas. É por antonímia que os sentidos ressoam:

SD 1 – A minha vida aqui é uma desgraça. É problema o tempo todo, **não tenho paz** para absolutamente nada. Não posso mais tomar um caldo de cana na rua, comer um pastel. Assim quando saio **vem essa imprensa perturbar** (grifos nossos).

SD 4 – Enquanto lutamos entre nós **o inimigo se fortalece**. Não temos como agradar a todos, vasculham minha vida e de minha família desde 1988, quando me elegi vereador. **Nossa inimiga: parte da GRANDE IMPRENSA**. Ela **não nos deixará em paz**. Se acreditarmos nela será o fim de todos (grifos nossos).

O sintagma “paz”, acompanhado de negação em “não tenho paz” (SD 1) e “não nos deixará em paz” (SD 4), evoca, pela memória discursiva, o seu antônimo: “guerra”, e reforça a imagem da imprensa como parte do exército inimigo, contra o qual é necessário lutar. Os jornalistas são significados como soldados do campo adversário, inimigos que podem ser fortalecidos se os aliados do exército do presidente não se unirem. A SD1 pode ser parafraseada como “não posso mais sair à rua, pois sou atacado o tempo todo pela imprensa”. Já a SD 4, como “nossa inimiga, parte de grande imprensa, estará sempre em guerra contra nós”.

Tratamos os efeitos de sentidos de “guerra” nesse processo discursivo no capítulo anterior, ao abordarmos a designação “cercadinho”. Lá mobilizamos a noção de designação, a partir de Guimarães (2003, 2017), para analisar discursivamente o espaço físico cercado, em

frente ao Palácio do Planalto, em que jornalistas ficam confinados, expostos a sol e chuva, e são atacados verbalmente pelos seguidores, que estão em um “cercadinho” ao lado. Pela sua história de referências, nomeações e renomeações, o sintagma “cercadinho” remete à “guerra”, significando como espaço político de confronto, na divisão dos sujeitos e dos sentidos. No “cercadinho”, a imprensa está sitiada, sendo atacada pelo ex-capitão do Exército, que fica fora do espaço gradeado, comandando sua tropa de seguidores.

Na SD 5, recortamos as suas falas e de um dos seguidores presentes no “cercadinho”. Ao enunciar que a imprensa “não gosta do povo” e afirmar que quem vai falar são os seus seguidores e não os jornalistas, constrói-se o imaginário de que os jornalistas trabalham contra o povo enquanto o presidente está ao seu lado.

As SDs 4 e 5 trazem, pela memória discursiva, o enunciado “inimigo do povo”, que já foi linearizado em diferentes condições de produção, desde a Roma antiga, passando pela Revolução Francesa, e também em regimes ditatoriais tanto de direita quanto de esquerda.

Hostis publicus (ou inimigo público) era a expressão do direito romano para punir tanto estrangeiros quanto cidadãos desde a República Romana (509 a.C.-27 a.C.). De acordo com Zaffaroni (2011), a *hostis alienígena* era a categoria usada para punir o estrangeiro, tanto por sua situação de não cidadão quanto por insubordinação ou indisciplina: “[...] são desconhecidos e, como todo desconhecido, inspiram desconfiança e, por conseguinte, tornam-se suspeitos por serem potencialmente perigosos” (Ibidem, p. 22). Já o *hostis judicatus* (inimigo declarado) atingia o cidadão romano que era condenado por conspiração ou traição. A declaração era feita pelo Senado, que tirava do condenado a cidadania romana, deixando-o na condição análoga à escravidão. “Trata-se de ‘inimigos declarados’, não porque declarem ou manifestem sua animosidade, mas sim porque o poder os ‘declara’ como tais” (Ibidem, p. 23, grifos do autor).

O enunciado *ennemi du peuple* (inimigo do povo, em francês) foi utilizado para atacar os adversários do regime instaurado após a Revolução Francesa (1789-99). O médico, filósofo, político e jornalista Jean-Paul Marat criou, em 1789, o jornal chamado *L'ami du peuple* (O amigo do povo). Anti-monarquista, Marat publicava listas extensas com nomes dos considerados inimigos do povo, que estariam conspirando contra a revolução. O jornal conclamava o povo para ações violentas de execução desses inimigos¹¹⁴.

¹¹⁴ JEAN-PAUL Marat. **Britannica**, Chicago. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Jean-Paul-Marat#ref12567>>. Acesso em: 10 out. 2021.

Com a criação do tribunal revolucionário, milhares de pessoas foram condenadas à guilhotina durante o regime. A violência crescente culminou no período que ficou conhecido como Terror (1793-94). Na Convenção Nacional de 25 de dezembro de 1793, o líder dos jacobinos, Maximilien Robespierre, declarou que “o governo revolucionário deve aos bons cidadãos toda a proteção da nação, e não deve aos inimigos do povo nada mais do que a morte” (LAPONNERAYE, 1838, p. 392, tradução nossa).

No nazismo, esse enunciado foi utilizado principalmente para hostilizar os judeus. Joseph Goebbels, ministro da Propaganda na Alemanha Nazista (1933-45), escrevia semanalmente em um jornal chamado *Das Reich* (O Império, em alemão). Em um desses artigos lê-se: “se alguém usa uma estrela de Davi, é um inimigo do povo. Qualquer pessoa que se relacione com ele é igual a um judeu e precisa ser tratado adequadamente”¹¹⁵ (tradução nossa). Além dos judeus, outros considerados inimigos do povo no regime nazista foram ciganos, homossexuais, testemunhas de Jeová, dissidentes políticos e pessoas com deficiência física ou mental¹¹⁶.

O enunciado funcionou no regime stalinista, tendo circulado oficialmente pela primeira vez logo após a Revolução Bolchevique, em 1917, em decreto assinado pelo líder comunista Lênin. No documento¹¹⁷, lê-se: “os membros dos órgãos dirigentes do Partido Cadete, como partido inimigo do povo, estão sujeitos a serem presos e levados aos tribunais revolucionários”. Mas foi com a ascensão de Joseph Stalin ao poder que o enunciado “inimigo do povo” passou a ser adotado contra todos que fossem assim considerados, atingindo inclusive antigos revolucionários e aliados do Partido Comunista, como Leon Trótski, assassinado em 1940. As práticas de exceção de Stalin foram denunciadas três anos após sua morte, em 1956, pelo então primeiro-secretário do Partido Comunista da União Soviética Nikita Khrushchev, no que ficou conhecido como o *Informe Secreto* do XX congresso do partido:

¹¹⁵ JOSEPH Goebbels: “The Jews are Guilty!” **Jewish Virtual Library**, Chevy Chase. Disponível em: <<https://www.jewishvirtuallibrary.org/joseph-goebbels-quot-the-jews-are-guilty-quot>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

¹¹⁶ UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. Defining the enemy. **Holocaust Encyclopedia**, Washington. Disponível em: <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/defining-the-enemy>>. Acesso em: 13 out. 2021.

¹¹⁷ DÉCRET sur l'arrestation des chefs de la guerre civile contre la révolution. **Marxists.org**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/francais/lenin/works/1917/11/vil19171128.htm>>. Acesso em: 12 out. 2021. Tradução nossa.

Stalin criou o conceito de inimigo do povo. Esse termo fez com que automaticamente não fosse necessário comprovar os erros ideológicos de um homem ou homens envolvidos em uma controvérsia; esse termo possibilitou o uso da mais cruel repressão, violando todas as normas da legalidade revolucionária, contra qualquer um que de alguma forma discordasse de Stalin¹¹⁸ (tradução nossa).

“Inimigo do povo” também fez parte do discurso do ditador chinês Mao Tsé-Tung, que tomou o poder em 1949. O enunciado aparece no discurso de 27 de fevereiro de 1957, intitulado *O correto manejo das contradições sobre o povo*:

[...] queremos deixar claro o que entendemos por “povo” e o que entendemos por “inimigo”. No atual estágio, o período de construção do socialismo, as classes, os estratos e os grupos sociais que favorecem, apoiam e trabalham pela causa da construção do socialismo pertencem à categoria de povo, enquanto as forças sociais e os grupos que resistem à revolução socialista e são hostis ou sabotam a construção socialista são todos inimigos do povo¹¹⁹ (tradução nossa).

O enunciado reapareceu em um tuíte do ex-presidente norte-americano Donald Trump, em 2017, tendo como alvo a imprensa: “A mídia FAKE NEWS (os decadentes @nytimes, @NBCNews, @ABC, @CBS, @CNN) não é minha inimiga, é inimiga do Povo Americano!”¹²⁰. A expressão foi repetida em outro tuíte, em 2018. As publicações e os constantes ataques de Trump contra a imprensa causaram polêmica em todo o mundo. Trezentos e cinquenta jornais norte-americanos lançaram uma campanha, em 16 de agosto de 2018, publicando editoriais em favor da liberdade de imprensa. A campanha, liderada pelo *The Boston Globe*, utilizou a hashtag¹²¹ #EnemyOfNone (inimigo de ninguém)¹²².

O enunciado “inimigo do povo” já circulou, como demonstramos, em conjunturas históricas e sociais distintas, inclusive em regimes totalitários tanto de direita quanto de

¹¹⁸ KHRUSHCHEV, N. S. On the Cult of Personality and Its Consequences, In: *Khrushchev's Secret Speech: Delivered at the Twentieth Party Congress of the Communist Party of the Soviet Union*, 25 fev. 1956. History and Public Policy Program Digital Archive, Washington, From the Congressional Record: Proceedings and Debates of the 84th Congress, 2nd Session, C11, Part 7, pp. 9389-9403. Disponível em: <<https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/115995>>. Acesso em: 17 ago. 2021. Tradução nossa.

¹¹⁹ THE CORRECT Handling of Contradictions Among the People. **Marxists.org**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/reference/archive/mao/works/red-book/ch04.htm>>. Acesso em: 12 out. 2021. Tradução nossa.

¹²⁰ A conta do *Twitter* do ex-presidente norte-americano @realDonaldTrump foi suspensa permanentemente pela plataforma, em janeiro de 2021, por incitação à violência, após a invasão do Capitólio. O acesso ao tuíte original, publicado em 17 fev. 2017, foi feito em 18 nov. 2020. Tradução nossa.

¹²¹ Hashtag “é um composto de palavras-chave, ou de uma única palavra, que é precedido pelo símbolo cerquilha (#). Tags significam etiquetas e referem-se a palavras relevantes, que associadas ao símbolo # se tornam *hashtags* que são amplamente utilizadas nas redes sociais, em especial no *Twitter*”. **Canaltech**. Disponível em: <<https://canaltech.com.br/produtos/O-que-e-hashtag/>>. Acesso em: 18 out. 2021.

¹²² MAIS de 350 jornais americanos lançam campanha em resposta a ataques de Trump. **G1**, Rio de Janeiro, 16 ago. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/08/16/jornais-americanos-lancam-campanha-em-resposta-a-ataques-de-trump.ghtml>>. Acesso em: 18 out. 2021.

esquerda. Em comum a esses regimes, o autoritarismo. Zandwais (2019, p. 72) afirma que a propaganda de Estado tem o objetivo de “influenciar e submeter as massas, sobretudo para subjugar-las, buscando, através dela (a propaganda), neutralizar e eliminar as forças opositoras”. Como se vê na SD 6, o mandatário liga a imprensa à “extrema esquerda”, que seria o oposto do seu autoproclamado posicionamento político de direita, e, portanto, sua inimiga.

Ao apropriar-se de pré-construído mobilizado pelos regimes autoritários de esquerda, o discurso outro ressoa no dizer do presidente brasileiro, significando pela historicidade, o exterior. De acordo com Gallo (2001, não paginado), a heterogeneidade discursiva é permanente e não pode ser denegada pelo sujeito: “ao contrário, o sujeito conta com ela para fazer sentido. Ou seja, o sentido se faz nela”.

Funciona aí, de acordo com Pêcheux (2014, p. 162), o esquecimento número 1, que é da instância do inconsciente, pelo qual o sujeito, afetado pela ideologia, tem a ilusão de ser a origem do seu dizer. Quando, na verdade, ao enunciar, ele se serve dos pré-construídos, dos já-ditos, que se encontram no interdiscurso, e os encaixa no fio do discurso.

Como já discutimos, a partir de Pêcheux (Ibidem), as palavras adquirem efeitos de sentidos diversos de acordo com a formação discursiva em que são proferidas. O enunciado “inimigo do povo”, linearizado nas condições de produção que apresentamos acima, instaura diferentes sentidos para “inimigo” e para “povo”. Como “inimigo” enquadram-se tanto estrangeiros, como judeus e outras minorias, passando por opositores dos ideais proclamados pelos que ocupam o poder, até antigos aliados. O sintagma “povo” é também ambíguo e pode comportar muitos efeitos de sentidos de acordo com a interpelação do sujeito pela ideologia. Pode ser, nas conjunturas que trouxemos anteriormente, desde os cidadãos romanos, passando pela classe oposta à burguesia, até os alemães de “raça ariana”.

Segundo Orlandi (2006b, p. 9), “povo” não é uma noção universalizante, pois é construída historicamente, mas também é “atravessada por uma indeterminação fundamental”. Na FD dominante na formação social capitalista, “povo” é esvaziado de sentidos ou tratado de forma pejorativa, como ordinário. “É uma noção projetiva que acolhe as diferentes imagens que lhe são atribuídas, mas que em seu real não se identifica exatamente com nenhuma” (Ibidem, p. 29).

Como se pode observar, pelas SDs acima, o sintagma “povo” é recorrente no enunciado analisado neste trabalho. A ilusão da transparência da linguagem estabelece relações da palavra “povo” a uma totalidade. Estar contra o povo é ser inimigo de todos, defender o povo é lutar por todos. Na SD 3, “povo” é colocado em paridade com “Brasil” e com o próprio sujeito enunciativo. O “povo” é também “nós” e “minha família” (SD 4), e, na SD 5, quando o sintagma

é enunciado diretamente, de acordo com a FD, pode ter o efeito de sentido de totalidade da população brasileira, como também de uma parte dela, composta por seguidores que ovacionam o presidente no “cercadinho” (SD 5), excluindo quem não aprova seu governo.

Se a imprensa é “inimiga” do povo, quem seria então “amigo” do povo? Ao falar de uma posição-sujeito de “cidadão comum” (SD 1), divulgar vídeos comendo pão com leite condensado e se fazer ver a almoçar em restaurantes populares, o mandatário projeta-se como um simulacro de “povo”, portanto, do lado oposto de seus inimigos, os jornalistas.

O imaginário da imprensa como conspiratória aparece na teoria instrumentalista do jornalismo, na qual estudos de parcialidade debruçaram-se sobre a “existência ou não de distorções nos textos noticiosos” (PENA, 2020, p. 146). Duas vertentes destacaram-se. Na versão da direita, os jornalistas têm “claras parcialidades políticas que ‘distorcem’ as notícias para a propagação das suas opiniões anticapitalistas” (TRAQUINA, 2005, p. 163 grifos do autor). Já, na da esquerda, os veículos de comunicação atendem aos interesses do poder, por causa de “certas propriedades estruturais dos ‘media’, em particular por sua ligação com os negócios e com o governo” (Ibidem, p. 165, grifos do autor). A versão da direita responsabiliza o jornalista, enquanto a da esquerda, a empresa jornalística. No discurso ora em análise, os ataques do presidente intercalam-se entre os veículos e os jornalistas, que são nominados. Nisso, diferencia-se dos chefes do Executivo anteriores, que faziam críticas mais genéricas à imprensa como um todo.

A SD 6 constitui-se por saberes da FD Religiosa, com a remissão a um versículo, utilizado pelo então candidato do PSL na campanha eleitoral, que proclama “a verdade vos libertará”. Verdade que, de acordo com o presidente, deveria estar “carimbada” na testa dos jornalistas. Pela metáfora do carimbo faz retornar e funcionar pela memória discursiva a prática nazista de tatuar números de série nos braços dos judeus prisioneiros do complexo do campo de concentração de Auschwitz, na Polônia¹²³. Na perspectiva discursiva, esse funcionamento metafórico instaura no fio do discurso duas identificações. Uma do presidente com o nazismo, especialmente no que refere ao autoritarismo, ao modo de falar gritando, ofendendo, rotulando. Outra identificação se dá pela aproximação jornalistas e judeus, ressoando a perseguição, a destruição e a violência, que é simbólica.

¹²³ UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. Tattoos and numbers: the system of identifying prisoners at Auschwitz. **Holocaust Encyclopedia**, Washington. Disponível em: <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/tattoos-and-numbers-the-system-of-identifying-prisoners-at-auschwitz>>. Acesso em: 18 ago. 2021.

Os saberes da FD Religiosa presentes nesse discurso e os sintagmas “verdade” e “mentira” são os objetos da próxima sessão.

4.2 O MESSIAS E A MENTIROSA

SD 7 – Da série **João 8:32**/O q leva parte da imprensa a **mentir**, deturpar, caluniar...enfim, atentar contra o Brasil 24h/dia? Abstinência de verba ou **medo da verdade?** -**Jeremias 1:19**/E pelejarão contra ti, mas não prevalecerão contra ti, porque **eu sou contigo**, para ti [sic] livrar, **diz o Senhor**¹²⁴ (grifos nossos).

SD 8 – Eu não cheguei aqui **pelo milagre da facada, e a eleição também**, para perder para esses urubus aí [...]. Eles estão amontoados lá e vão falar de amontoação aqui¹²⁵ (grifos nossos).

SD 9 – **Se estivesse pensando em mim, lavaria as mãos e jogaria para a plateia**, como fazem uns. **Penso no povo**, que logo enfrentará um mal ainda maior do que o vírus se tudo seguir parado. Não condenarei o povo à miséria p/ receber **elogio da mídia** ou de quem até ontem assaltava o país!¹²⁶ (grifos nossos).

As três SDs acima foram produzidas entre fevereiro e abril de 2020. O Brasil entrava na emergência da pandemia do novo coronavírus. Em 26 de fevereiro, o Ministério da Saúde confirmou o primeiro caso: um homem de 61 anos internado no Hospital Israelita Albert Einstein, em São Paulo, com histórico de viagem à Itália¹²⁷. É dessa mesma data a SD 7, uma postagem feita no *Twitter*. Entre fevereiro e abril, uma série de falas do presidente minimizando a pandemia foram repercutidas pela imprensa e provocaram protestos da população, tanto com “panelaços”, quanto com *hashtags*, como #forabolsonaro, nas redes sociais. Entre as falas, estão a de que a Covid-19 seria uma “gripezinha”, um “resfriadinho”, uma “histeria”; o coronavírus estava “superdimensionado” e o brasileiro não pegaria a doença, pois “mergulha” em esgoto e

¹²⁴ Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1232791206662459392>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

¹²⁵ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=p6RaY49Y01E>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

¹²⁶ Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1242984129194373120>>, 25 mar. 2020. Acesso em: 17 ago. 2021.

¹²⁷ CORONAVÍRUS: Brasil confirma primeiro caso da doença. **UNA-SUS**, Brasília, 27 fev. 2020. Disponível em: <<https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca>>. Acesso em: 19 jul. 2022.

“não acontece nada com ele”¹²⁸. Mesmo sem comprovação científica, passou a defender o uso da hidroxicloroquina no combate à Covid-19¹²⁹.

Ao questionar e desrespeitar as orientações do Ministério da Saúde, encabeçado por Luiz Henrique Mandetta, o chefe do Executivo perdeu popularidade. Segundo pesquisa do Datafolha sobre a condução da crise pandêmica, o ministro tinha aprovação de 76% da população, enquanto o ex-capitão registrava reprovação de 39%. Cinquenta e um por cento dos brasileiros consideravam que ele mais atrapalhava do que ajudava¹³⁰. Com isso, os atritos com o ministro da Saúde ficaram cada vez mais frequentes.

Com o negacionismo do mandatário em relação à pandemia, o Ministério da Saúde dividiu o protagonismo com os governadores, que tomaram medidas de isolamento social como forma de conter a disseminação do vírus. Essas ações foram condenadas pelo presidente, argumentando que a economia não poderia parar. "Vai quebrar tudo", afirmou a seguidores no “cercadinho”, em frente ao Palácio da Alvorada, em 3 de abril de 2020, na mesma ocasião em que foi produzida a SD 8¹³¹. O STF iria decidir, em 15 de abril, que estados e municípios tinham autonomia para determinar o isolamento social, sem depender de respaldo do governo federal¹³².

Os atritos com governadores haviam começado meses antes, com a culpabilização destes com relação ao preço dos combustíveis. O presidente defendia alteração na cobrança do ICMS sobre o produto e desafiou os Estados a zerarem o tributo, dizendo que faria o mesmo

¹²⁸ QUEIROZ, V. 2 anos de covid: Relembre 30 frases de Bolsonaro sobre pandemia. **Poder 360**, Brasília, 26 fev. 2022. Disponível em <<https://www.poder360.com.br/coronavirus/2-anos-de-covid-relembre-30-frases-de-bolsonaro-sobre-pandemia/>>. Acesso em: 16 jul. 2022.

¹²⁹ EM PRONUNCIAMENTO, Bolsonaro defende uso da cloroquina para tratamento do coronavírus. **Jornal Nacional**, Rio de Janeiro, 8 abr. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/04/08/em-pronunciamento-bolsonaro-defende-uso-da-cloroquina-para-tratamento-do-coronavirus.ghtml>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

¹³⁰ GIELOW, I. Para 51%, Bolsonaro mais atrapalha do que ajuda no combate ao coronavírus, diz Datafolha. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 4 abr. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/para-51-bolsonaro-mais-atrapalha-do-que-ajuda-no-combate-ao-coronavirus-diz-datafolha.shtml>>. Acesso em: 16 jul. 2022.

¹³¹ DELLA COLETTA, R. Não cheguei à Presidência para perder para esses urubus, diz Bolsonaro em novo ataque à imprensa. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 3 abr. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/nao-cheguei-a-presidencia-para-perder-para-esses-urubus-diz-bolsonaro-em-novo-ataque-a-imprensa.shtml>>. Acesso em: 16 jul. 2022.

¹³² FALCÃO, M., VIVAS, F. Supremo decide que estados e municípios têm poder para definir regras sobre isolamento. **G1**, Rio de Janeiro, 15 abr. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/15/maioria-do-supremo-vota-a-favor-de-que-estados-e-municipios-editem-normas-sobre-isolamento.ghtml>>. Acesso em: 19 jul. 2022.

com os impostos federais. O ICMS responde por entre 18% e 20% da arrecadação dos Estados¹³³.

A crise também envolvia o Congresso e o STF, por causa da participação do chefe do Executivo em manifestação, realizada em 15 de março, que atacou as duas instituições e foi marcada por falas golpistas de seguidores. Manifestantes pediam a volta do Ato Institucional número 5 (AI-5), que representou o recrudescimento da ditadura militar no Brasil, entre 1968 e 1978¹³⁴. No protesto em Brasília, o presidente, sem máscara, apertou as mãos de manifestantes, aglomerados, apesar das recomendações das autoridades de saúde com relação ao coronavírus.

As formações discursivas “são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações” (ORLANDI, 2005, p. 44). As relações contraditórias que uma FD estabelece com outra “se inscrevem necessariamente na própria materialidade dessas FDs, isto é, em sua materialidade linguística” (COURTINE, 2009, p. 73). Conforme aponta Indursky (2005, p. 6), saberes que não pertenciam a uma FD podem passar a compô-la “aí introduzindo a diferença e a divergência, o que está na origem da constituição heterogênea de qualquer FD”

Nos recortes acima, sobressai a autoprojeção do presidente como líder escolhido por Deus. A FD do governo é atravessada por saberes da FD religiosa. Dentro da FD do governo, o enunciador, do LD da Presidência da República, assume a posição-sujeito de messias. Não apenas se apoia na religião para buscar a adesão dos seguidores evangélicos, grande fatia do eleitorado do ex-capitão, como se projeta ser o próprio filho de Deus, pronto a se sacrificar pelo “povo”.

O primeiro versículo bíblico mencionado na SD 7, “e conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (JOÃO, 8, 32), foi utilizado pelo ex-capitão ainda antes das eleições e é retomado com frequência em suas falas desde que assumiu a presidência. O uso dessa passagem bíblica durante a campanha foi analisado por Curcino (2021), ressaltando que esses dizeres funcionam como “blindagem” contra as acusações de adversários sobre a tática de divulgação de *fake news* pelo então candidato do PSL. Segundo a autora, é fomentada “uma indistinção

¹³³ MAZUI, G. Bolsonaro diz que zera tributo federal sobre combustíveis se governadores fizerem o mesmo com ICMS. **G1**, Rio de Janeiro, 5 fev. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/02/05/bolsonaro-diz-que-vai-zerar-tributos-federais-sobre-combustiveis-se-governadores-zerarem-o-icms.ghtml>>. Acesso em: 19 jul. 2022.

¹³⁴ PASSOS, U., FABRINI, F., LINHARES, C. Com apoio de Bolsonaro, manifestantes ignoram coronavírus e fazem atos pró-governo. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 15 mar. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/com-apoio-de-bolsonaro-manifestantes-ignoram-coronavirus-e-fazem-atos-pro-governo.shtml>>. Acesso em: 16 jul. 2022.

entre a ‘verdade’ a que alude o candidato e a ‘Verdade’ do texto bíblico, de modo a naturalizar essa equivalência semântica” (Ibidem, p. 127, grifos da autora).

Pêcheux e Fuchs (1997, p. 169) sustentam que as relações de paráfrase dentro de uma FD estabelecem uma “matriz de sentido”. A FD resgata elementos do interdiscurso e, assim, ocorre a produção de sentido. De acordo com a formação discursiva que está em jogo, palavras e expressões adquirem diferentes sentidos.

A “verdade”, na FD religiosa, está ligada à palavra de Deus, que é soberana e não deve ser contestada. Na SD 7, o sujeito do discurso coloca-se como enviado e protegido divino, o que produz o efeito de sentido de que é intocável, portanto, não deve ser questionado e, sim, seguido, da mesma maneira como Deus o é pelos seus fiéis, cegamente.

Nas SDs 8 e 9, os pré-construídos da FD religiosa são mobilizados como discurso transversal, sem referência explícita, como metonímia, “enquanto relação da parte com o todo, da causa com o efeito, do sintoma com o que ele designa” (PÊCHEUX, 2014, p. 176). O “milagre” (SD 8) traz o atravessamento de dizeres do domínio religioso à FD do governo ao mobilizar, pela memória discursiva, os feitos atribuídos a Jesus Cristo na Bíblia. “Lavaria as mãos e jogaria para a plateia” (SD 9) remete a Pôncio Pilatos, retratado na Bíblia como o governante romano da Judeia que atuou como juiz na condenação de Jesus à morte na cruz, deixando que o povo decidisse entre Cristo e Barrabás. Ainda na SD 8, o chefe do Executivo apresenta-se como fruto de um milagre, por ter escapado de morrer em um atentado a faca, durante a campanha de 2018, em Juiz de Fora¹³⁵, e por ter vencido as eleições.

Pela FD religiosa, tem-se a imagem de Jesus Cristo, filho de Deus – também chamado de Messias, nome do meio do mandatário – oferecido em sacrifício para morrer na cruz e salvar a humanidade. É esse imaginário que perpassa a SD 9: o presidente aceitou a missão divina da qual foi incumbido pensando no “bem do povo”. Não fugiu dessa missão, não lavou “as mãos”, como Pilatos, e nem jogou “para a plateia”, que pode ser entendida como a imprensa, pois ele não está interessado em “elogio da mídia”. Como messias, o ex-capitão seria capaz de guiar o “povo”, operando milagres, receitando medicamentos sem eficácia comprovada contra o coronavírus, evitando assim que a população ficasse em casa, a economia quebrasse e as pessoas fossem “condenadas à miséria”.

Apresentamos agora a projeção da imagem da imprensa como mentirosa:

¹³⁵ JAIR Bolsonaro leva facada durante ato de campanha em Juiz de Fora. **G1**, Rio de Janeiro, 6 set. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2018/09/06/ato-de-campanha-de-bolsonaro-em-juiz-de-fora-e-interrompido-apos-tumulto.ghtml>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

SD 10 – **Imprensa mentirosa**, calhorda! Eu nunca falei que o Paulo Guedes tem prazo de validade, tem que resolver até tal data, tal hora, essa ou aquela questão. **Imprensa mentirosa**. Em especial *Folha de S.Paulo*, um lixo de imprensa, um lixo de imprensa! Tem dia que tem 20 matérias contra mim ali. **Nenhuma falando a verdade**. É o tempo todo em cima dessa **desinformação**. E daí o jornal *Folha* publica, todo mundo replica, todo mundo replica. [...] Então, **mentira**, duma imprensa sem moral, já desacreditada perante a opinião pública, **fazendo fake news** o tempo todo¹³⁶ (grifos nossos).

SD 11 – **Mentiras** o tempo todo, **infernizando** o Brasil. Pregando uma ideologia que não deu certo em nenhum lugar do mundo¹³⁷ (grifos nossos).

A SD 10 foi recortada de entrevista concedida à *Rádio Bandeirantes*, em 16 de março de 2020. Ele foi questionado sobre prazo dado ao ministro da Economia, Paulo Guedes, para aprovar reformas econômicas¹³⁸. Na SD 11, enunciada em *live* semanal no *Facebook* e no *YouTube*, em 17 de dezembro de 2020, o Brasil registrava mais de mil mortes por Covid-19 em um único dia. Desde junho daquele mesmo ano, os números de casos e mortes passaram a ser apurados e divulgados por um consórcio de veículos de imprensa (*O Estado de São Paulo*, *Extra*, *Folha de S.Paulo*, *O Globo*, *GI* e *UOL*), a partir de informações das secretarias estaduais de Saúde, por conta de decisão do governo federal de restringir o acesso a dados da pandemia. O Ministério da Saúde, já à época comandado pelo general Eduardo Pazuello, mudou o horário de divulgação do boletim diário para depois das 22 horas e retirou do portal da internet números consolidados da doença, considerando apenas os registrados no mesmo dia¹³⁹.

Em pronunciamento na Bahia, naquela mesma data, o chefe do Executivo voltou a defender a hidroxiquina contra a doença, quando a população mundial esperava pela vacinação. Nove dias antes, o Reino Unido havia aplicado a primeira dose do imunizante em uma mulher de 90 anos¹⁴⁰. Além de afirmar que não tomaria a vacina, o presidente disse que

¹³⁶ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=M0za8MSO64>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

¹³⁷ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zNVRld3flao>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

¹³⁸ BRITO, F. Paulo Guedes tem prazo de validade. *Conversa Afiada*, São Paulo, 4 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.conversaafiada.com.br/economia/paulo-guedes-tem-prazo-de-validade>>. Acesso em: 19 jul. 2022.

¹³⁹ VEÍCULOS de comunicação formam parceria para dar transparência a dados de covid-19. *Estado de São Paulo*, São Paulo, 8 jun. 2020. Disponível em: <<https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,veiculos-de-comunicacao-formam-parceria-para-dar-transparencia-a-dados-de-covid-19,70003328031>>. Acesso em: 17 jul. 2022.

¹⁴⁰ IDOSA de 90 anos é a primeira a ser vacinada contra Covid-19 no Reino Unido. *G1*, Rio de Janeiro, 8 dez. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/vacina/noticia/2020/12/08/idosa-de-90-anos-e-a-primeira-a-ser-vacinada-contr-covid-no-reino-unido.ghtml>>. Acesso em: 17 jul. 2022.

não se responsabilizaria se alguém fosse imunizado e virasse “jacaré”¹⁴¹. Também em 17 de dezembro, o STF decidiu que Estados e Municípios poderiam impor medidas restritivas a pessoas que se recusassem a tomar a vacina.

Como vimos nas SDs 6 e 7, o item lexical “verdade” faz parte do processo discursivo do chefe do Executivo sobre a imprensa. “Verdade” como antônimo de “mentira”. “Verdade” que faz parte do “exemplo do governo” (SD 6) e “mentira” como prática da imprensa (SDs 7, 10 e 11). “Verdade” como palavra de Deus e “mentira” como artifício de Satanás. O antagonismo entre o bem e o mal se sobressai nesse processo discursivo, como já afirmamos anteriormente. Quando a imprensa escreve “mentiras o tempo todo” ela “inferniza o Brasil” (SD 11), remetendo novamente à rede de memórias da FD religiosa.

Catroga (2020) trabalha as mudanças históricas e conceituais do conceito de “mentira” e de sua relação com “verdade”. Ele mostra que teólogos cristãos, desde Santo Agostinho, viam a mentira como uma ação voluntária e consciente, distinguindo-a pela “intenção” de quem fala. A diferenciação entre quem acredita no que conta e quem sabe que o que fala não é verdade também foi admitida pelo filósofo alemão Immanuel Kant. Catroga mostra que outros pensadores tratam a mentira como anterior à veracidade, esta considerada como o “dever de dizer a verdade”. Ele ainda traz outro filósofo germânico, Friedrich Nietzsche, que considera a mentira como um “jogo de linguagem”. O autor divide os modos da “mentira deliberada” da seguinte forma:

[...] por supressão, ao fazer-se acreditar que não existe algo que existe, ou algo que existe quando não existe; por adição ou adições, quando se faz acreditar que existem coisas irreais; ou ainda por deformação, quando se apresenta algo que existe de um modo falacioso, errático, deformado (Ibidem, p. 720).

Catroga ainda ressalta a presença cada vez mais propagada nas sociedades contemporâneas da “mentira organizada”: “mais do que em qualquer outra das suas modalidades, esta tenta fazer da crença um facto e da narrativa dos factos uma mera opinião” (Ibidem, p. 721).

Arendt (2016) diferencia a verdade racional da fátual. A primeira diz respeito a verdades matemáticas, científicas e filosóficas, enquanto a segunda tem relação com eventos e

¹⁴¹ VALADARES, J. Bolsonaro volta a defender cloroquina e diz que ninguém pode obrigar aplicação da vacina contra Covid. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 17 dez. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/12/bolsonaro-volta-a-defender-cloroquina-e-diz-que-ninguem-pode-obrigar-aplicacao-da-vacina-contra-covid.shtml>>. Acesso em: 17 jul. 2022.

circunstâncias em que muitas outras pessoas estariam envolvidas, dependendo de testemunhas e de comprovação. Para a autora, a verdade fátual:

É política por natureza. Fatos e opiniões, embora possam ser mantidos separados, não são antagônicos um ao outro; eles pertencem ao mesmo domínio. Fatos informam opiniões, e as opiniões, inspiradas por diferentes interesses e paixões, podem diferir amplamente e ainda serem legítimas no que respeita à sua verdade fátual. A liberdade de opinião é uma farsa, a não ser que a informação fátual seja garantida e que os próprios fatos não sejam questionados (Ibidem, p. 295).

O conceito de “verdade” faz parte do imaginário da imprensa, sendo um dos pré-construídos mobilizados em sua FD. Uma das mais antigas teorias que investiga o jornalismo foi se desenvolvendo ao mesmo tempo em que a imprensa se transformou em indústria e que a notícia, como informação, se tornou o seu produto. Pode-se dizer que seus pressupostos ainda hoje permeiam a FD da imprensa: como ela vê a si própria. É a Teoria do Espelho, que retrata o jornalista como um agente que tem a “missão de ‘informar, procurar a verdade’, contar o que aconteceu, ‘doa a quem doer’” e ainda um “observador que relata com honestidade e equilíbrio o que acontece, cauteloso em não emitir opiniões pessoais” (TRAQUINA, 2005, p. 147, grifos do autor).

O mito da isenção jornalística também faz parte da formação imaginária da imprensa, como mostramos anteriormente. Segundo Mariani (1996, p. 88), o discurso jornalístico é assujeitado por relações sociais jurídico-ideológicas, e “esquece” disso, trazendo como resultado “a ilusão do jornalismo-verdade, ou seja, a ilusão de que os jornais são apenas testemunhas, meios de comunicação ou veículos informativos”.

A exemplo de “inimigo do povo”, que abordamos na seção anterior, “imprensa mentirosa” (SD 10) é um enunciado que tem “existência histórica [...] no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos” (COURTINE, 2009, p. 105–106) e remete à memória discursiva. O termo *Lügenpresse* (imprensa mentirosa, em alemão) começou a ser utilizado há mais de cem anos, sendo registrado no livro *Der Lügenfeldzug unserer Feinde: Die Lügenpresse* (A campanha mentirosa de nossos inimigos: a imprensa mentirosa, em tradução livre do alemão), de Reinhold Antons, em 1914. Políticos alemães mobilizaram a expressão para desacreditar a mídia estrangeira durante a Primeira Guerra Mundial (1914-18)¹⁴².

¹⁴² NOACK, R. The ugly history of ‘Lügenpresse,’ a Nazi slur shouted at a Trump rally. **The Washington Post**, Washington, 24 out. 2016. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2016/10/24/the-ugly-history-of-luegenpresse-a-nazi-slur-shouted-at-a-trump-rally/>>. Acesso em: 17 jul. 2022.

Em seguida, *Lügenpresse* foi também linearizada pelo nazismo antes e depois da Segunda Guerra Mundial (1939-45) para atacar os veículos de imprensa do próprio país¹⁴³. Foi adotada pelo ministro da Propaganda, Joseph Goebbels, e por Adolf Hitler para acusar de mentirosa a imprensa judaica e marxista. Após a guerra, foi a vez de o termo ser usado pelo governo da Alemanha Oriental, sob o domínio dos soviéticos, para criticar o jornalismo ocidental. A palavra, considerada um tabu no país até pouco tempo atrás, voltou a ser mobilizada desde 2014 pelo movimento de extrema-direita alemão Pegida, que é contra a imigração de muçulmanos.

4.3 O “IMBROCHÁVEL” E A COVARDE

SD 12 – Não estou preocupado com reeleição, pode continuar escrevendo o que bem entender. **Não vou brochar** para atender vocês pensando em reeleição. Eu sou “**imbrochável**”, tá ok¹⁴⁴ (grifos nossos).

SD 13 – Também falamos sobre o fechamento do comércio. Poderia ter sido feito, naquele momento, como eu falei, eu **não me acovardei**, eu **não me omiti**. Mesmo sendo ouvido sob críticas, **quase que unânime e massiva** por parte da imprensa brasileira, que o comércio não poderia ser fechado da maneira como aconteceu¹⁴⁵ (grifos nossos).

SD 14 – A **campanha acabou** para a imprensa. **Eu ganhei**. A imprensa tem que entender que eu, **Johnny Bravo**, Jair Bolsonaro, **ganhou, porra. Ganhou, porra**¹⁴⁶ (grifos nossos).

No jogo de formações imaginárias projetadas sobre a imprensa no processo discursivo analisado, é recorrente outra oposição: o presidente corajoso, sem medo, contra a imprensa covarde, burlesca.

¹⁴³ ARAÚJO, L. A. “O termo ‘imprensa mentirosa’ tem uma longa história na Alemanha”. Entrevista com Maximilian Kreter. **Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, 20 maio 2020. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/599111-o-termo-imprensa-mentirosa-tem-uma-longa-historia-na-alemanha-entrevista-com-maximilian-kreter>>. Acesso em: 18 ago. 2021.

¹⁴⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=17YDWUT4NRM>>. Acesso em: 5 out. 2021.

¹⁴⁵ Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2020/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-a-cerimonia-de-posse-do-senhor-eduardo-pazuella-ministro-de-estado-da-saude-palacio-do-planalto>>. Acesso em: 5 out. 2021.

¹⁴⁶ Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/entrevistas/2019/entrevista-coletiva-concedida-pelo-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-apos-cerimonia-de-inauguracao-da-usina-fotovoltaica-flutuante-sobradinho-ba>>. Acesso em: 5 out. 2021.

A SD 12 foi produzida durante entrevista concedida no “cercadinho”, em 6 de fevereiro de 2020. Apesar de já haver declarado anteriormente que iria concorrer a mais um mandato em 2022, o chefe do Executivo afirmou que não pensava em reeleição. Poucos dias antes, a Polícia Federal havia aberto inquérito para investigar o secretário de Comunicação Social da Presidência da República, Fábio Wajngarten, por usar o cargo para defender interesses privados, conforme denúncia da *Folha de S.Paulo*¹⁴⁷. O mandatário também estava em uma escalada de tensão com os governadores sobre o ICMS dos combustíveis, conforme mostramos na última seção.

O recorte da SD 13 foi feito de pronunciamento durante cerimônia de posse de Eduardo Pazuello no Ministério Saúde, no Palácio do Planalto, em 16 de setembro de 2020. O general do Exército havia permanecido no cargo durante quatro meses como interino, posto que assumiu após o pedido de demissão do médico Nelson Teich, em maio. Teich ficou no cargo por menos de um mês. Tanto ele como o ministro anterior, Luiz Henrique Mandetta, sofreram pressão do presidente para acabar com medidas de distanciamento social e adotar a hidroxicloroquina como tratamento para a Covid-19. Já na gestão interina de Pazuello, o ministério divulgou protocolo para o uso do medicamento nos primeiros dias de manifestação de sintomas e mudou a forma de divulgação dos números de casos da doença, o que fez com que a imprensa passasse a utilizar dados das secretarias municipais de Saúde, como mostramos na seção anterior. Na posse, Pazuello criticou o isolamento e exaltou o chamado “tratamento precoce”¹⁴⁸.

A SD 14 foi recortada de entrevista coletiva após a cerimônia de inauguração de uma usina, em Sobradinho, na Bahia, em 5 de agosto de 2019. A fala foi a resposta a um jornalista que questionou a indicação do filho Eduardo Bolsonaro para chefiar a embaixada do Brasil em Washington. A pressão contrária e a incerteza dos votos necessários para a aprovação do nome no Senado fizeram com que o chefe do Executivo acabasse por desistir de seu intento, em outubro daquele ano¹⁴⁹. Ainda em agosto, o governo federal tentava impedir a instalação da

¹⁴⁷ FABRINI, F., WIZIACK, J. PF abre inquérito para investigar Wajngarten por suspeita de corrupção e peculato. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 4 fev. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/02/pf-abre-inquerito-para-investigar-wajngarten-por-suspeita-de-corrupcao-e-peculato.shtml>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

¹⁴⁸ GARCIA, G. Em ato no Planalto, Pazuello é efetivado, e Saúde passa a ter ministro titular após 4 meses. **G1**, Rio de Janeiro, 16 set. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/09/16/em-ato-no-planalto-pazuello-e-efetivado-e-saude-passa-a-ter-ministro-titular-apos-4-meses.ghtml>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

¹⁴⁹ EDUARDO Bolsonaro desiste de ser embaixador nos EUA. **DW**, Bonn, 23 out. 2019. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/eduardo-bolsonaro-desiste-de-ser-embaixador-nos-eua/a-50944678>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

CPMI das *Fake News*. A leitura da criação da comissão havia sido feita em julho, pelo então presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Apesar dos esforços do governo, a CPMI viria a ser instalada no início de setembro¹⁵⁰. O Palácio do Planalto, com anuência do capitão reformado, pressionava o ministro da Economia, Paulo Guedes, a demitir o presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Roberto Leonel, aliado do então ministro da Justiça, Sergio Moro¹⁵¹. Foi o Coaf que apontou movimentações financeiras atípicas de Fabrício Queiroz, motorista de Flávio Bolsonaro, filho do ex-capitão, quando era deputado na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

O uso da expressão “imbrochável” (SD 12) traz para a FD do governo saberes machistas, patriarcais – sobre os quais trabalhamos na próxima sequência de SDs – e fascistas. De acordo com Stanley (2020), a política fascista inclui, entre suas estratégias, a hierarquia e a ansiedade sexual, que são eficazes quando as forças econômicas ameaçam os papéis masculinos tradicionais, como o de provedor da família. O sujeito do discurso utiliza-se de um neologismo de cunho sexual para reforçar sua imagem de virilidade e coragem. Ainda segundo Stanley:

Numa sociedade fascista, o líder da nação é análogo ao pai da família patriarcal tradicional. O líder é o pai da nação, e sua força e poder são a fonte de sua autoridade legal, assim como a força e o poder do pai da família no patriarcado supostamente são a fonte de sua suprema autoridade moral sobre seus filhos e esposa. O líder provê a nação, assim como na família tradicional o pai é o provedor. A autoridade do pai patriarcal deriva de sua força, e a força é o principal valor autoritário (Ibidem, p. 22).

A palavra “imbrochável” também instaura redes de memória em torno do discurso autoritário, em que não há reversibilidade e se constituem efeitos de verdade, sem que haja possibilidade de o sentido ser outro. Conforme sinaliza Orlandi (1987, p. 33), ele fixa “o ouvinte na posição de ouvinte e o locutor na posição de locutor”.

Nas SDs acima, o mandatário projeta sua imagem de força, como corajoso, reforçando as negações de seus antônimos: “não se acovardar”, “não se omitir” (SD 13), “não brochar”, “im-brochável” (SD 12), o que produz o efeito de sentido de se afirmar como o contrário do que projeta nos seus inimigos. Ao atrair a crítica “quase que unânime e massiva” da imprensa (SD 13), ele agrada aos seus seguidores, os ruidosos, que saem às ruas usando palavras de

¹⁵⁰ CPMI das Fake News é instalada no Congresso. **Agência Senado**, Brasília, 4 set. 2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/09/04/cpmi-das-fake-news-e-instalada-no-congresso>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

¹⁵¹ FERNANDES, T. Guedes quer transferir Coaf para o Banco Central e blindá-lo de pressão política. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 8 ago. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/guedes-quer-transferir-coaf-para-o-banco-central-e-blinda-lo-de-pressao-politica.shtml>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

ordem – na definição de Indursky (2020), como tratamos na introdução deste trabalho. Assim, reforça a imagem de vítima, atacada pela imprensa, e de messias, sacrificando-se pelo povo e sendo, por isso, perseguido.

Por meio de aposto, na SD 14, o presidente autointitula-se Johnny Bravo, personagem de desenho animado norte-americano dos anos 1990-2000. Ao equiparar-se com o homem musculoso, forte e destemido do *cartoon*, produz efeito de sentido que reforça sua autoprojeção de corajoso. No entanto, outras características do personagem trazem a contradição para o discurso: Johnny Bravo é também narcisista, estúpido, mora com a mãe e não trabalha. Machista e confiante, sempre acaba apanhando das mulheres que assedia¹⁵².

Ao reforçar que “ganhou” e que a “campanha acabou para a imprensa”, ressoam, novamente, pela memória discursiva, efeitos de sentido de “guerra”, presentes na construção da imagem da imprensa como inimiga e na designação “cercadinho”, que trouxemos no início deste e no final do capítulo anterior. Pelo verbo ganhar, têm-se o efeito de sentido de que o capitão reformado venceu a guerra e os jornalistas, que fazem parte do exército inimigo, devem capitular. A “campanha” que “acabou para a imprensa” remete às estratégias de um exército para as operações e as batalhas que enfrentará. O sintagma também tem efeito de sentido de “campanha eleitoral”, atrelando a imprensa aos adversários políticos.

Ainda na SD 14, o léxico vulgar, com o uso de palavra de baixo calão, traz atravessamentos que produzem efeito de estranhamento para o lugar discursivo da Presidência da República. Esse LD, como afirmamos anteriormente, é construído historicamente pelas falas e pelas práticas de todos os outros sujeitos que já ocuparam a presidência no Brasil – sujeitos interpelados ideologicamente por variadas FDs e posições-sujeito.

As SDs a seguir projetam para a imprensa uma imagem recorrente no processo discurso analisado, que é a de covarde, burlesca, merecedora de zombaria.

SD 15 – Diz aí uma repórter, **uma mulher**, que eu quero interferir no imposto do estado. A proposta que eu tô fazendo, ô colega da imprensa, **gênio da imprensa, gênio com j**, pra não ter dúvida, o que eu quero, o que gostaria, depende do Parlamento, é que o ICMS, o imposto estadual [corte na transmissão]¹⁵³ (grifos nossos).

¹⁵² JOHNNY Bravo (character). **FANDOM**. Disponível em: <[https://johnnybravo.fandom.com/wiki/Johnny_Bravo_\(character\)](https://johnnybravo.fandom.com/wiki/Johnny_Bravo_(character))>. Acesso em: 17 jul. 2020.

¹⁵³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XDcCPg1ezWg>>. Acesso em: 18 ago. 2021.

SD 16 – Interpretação de vocês, tá certo? Vocês estudaram pra isso, pra interpretar texto. Quem não interpretar texto tem que **voltar pra faculdade**. Tem que voltar de novo pra faculdade, **quem não sabe interpretar texto** [...] E olha a jornalista da Folha de S.Paulo, tem mais um vídeo dela aí. Não vou falar aqui que **tem senhora aqui do lado**, ela fala “Eu sou **tototo-tatata do PT**”. E o depoimento do River, Hans River, final de 2018 para o Ministério Público, ele diz do assédio da jornalista em cima dele. **Ela queria um furo, ela queria dar o furo** a qualquer preço contra mim¹⁵⁴ (grifos nossos).

SD 17 – Você tem uma **cara de homossexual terrível**. Nem por isso eu te **acuso de ser homossexual**. Se bem que **não é crime ser homossexual**. [...] Oh rapaz, pergunta para a tua mãe o **comprovante que ela deu** para o teu pai, tá certo? [...] Você tem a nota fiscal desse relógio que tá contigo no teu braço? Não tem. Tem a nota fiscal no teu sapato? Não tem, porra¹⁵⁵ (grifos nossos).

A SD 15 foi recortada de *live* transmitida pelo *Facebook* e pelo *YouTube* em 16 de janeiro de 2020. A essa época, o governo estava em atrito com os governadores por causa da cobrança do ICMS sobre os combustíveis e ainda enfrentava denúncias contra o chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Fabio Wajngarten, como mostramos anteriormente.

O discurso do qual recortamos a SD 16 foi produzido em entrevista no “cercadinho”, na saída do Palácio da Alvorada, em Brasília, em 18 de fevereiro de 2020. O ataque à jornalista da *Folha de S.Paulo* Patrícia Campos Mello¹⁵⁶ ocorreu após o depoimento, à CPMI das *Fake News*, de um ex-funcionário de uma agência de disparos de mensagens em massa por *WhatsApp* durante a campanha eleitoral de 2018¹⁵⁷. Sem apresentar provas, o depoente disse que a jornalista havia “oferecido sexo” em troca de informações. Mello foi quem produziu matéria, às vésperas do segundo turno das eleições, denunciando o envio em massa de mensagens promovido pela campanha do candidato do PSL contra o PT, conforme mostramos no capítulo anterior. Ainda em fevereiro, universidades e institutos federais suspenderam a chamada de

¹⁵⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bPZ3Z8bKoOE18>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

¹⁵⁵ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WmJZU0xKozE>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

¹⁵⁶ O presidente foi condenado pela Justiça a indenizar a jornalista por danos morais. BOLSONARO é condenado a indenizar jornalista da Folha por danos morais. **UOL**, São Paulo, 29 jun. 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/06/29/bolsonaro-e-condenado-a-indenizar-jornalista-por-danos-morais.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

¹⁵⁷ URIBE, G. Bolsonaro insulta repórter da Folha com insinuação sexual. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 18 fev. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/02/bolsonaro-insulta-reporter-da-folha-com-insinuacao-sexual.shtml>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

professores aprovados em concursos e até o pagamento de gratificações depois de o Ministério da Educação expedir ofício sobre execução orçamentária¹⁵⁸.

A SD 17 foi recortada de entrevista no “cercadinho”, em 20 de dezembro de 2019. O presidente havia sido questionado sobre a ação de busca e apreensão do Ministério Público do Rio de Janeiro, dois dias antes, que teve como alvo a franquía de uma loja de chocolates finos do senador Flávio Bolsonaro¹⁵⁹. Segundo denúncia, a loja teria sido usada para lavagem de dinheiro do esquema de “rachadinha”.

A misoginia, que faz parte do processo discursivo do presidente, está presente nas três SDs acima e também na SD 12, com a palavra “imbrochável”, conforme apontamos anteriormente. A jornalista mulher é alvo preferencial dos ataques, geralmente com comentários jocosos relacionados a “inferioridade” com relação aos homens e ofensas de cunho sexual. Essa projeção de imagem da imprensa é também atravessada por saberes fascistas, como a hierarquia e a ansiedade sexual, sobre os quais tratamos anteriormente.

Beauvoir (2016a) defende que o “ser mulher” é uma construção social, a partir da alteridade com o que se concebe o “ser homem”. A mulher é o Outro, o diferente, o estrangeiro, portanto, deve ser o seu contrário:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro (Ibidem, p.11).

Para a AD, os sentidos são historicamente determinados e constituídos pelas práticas e o sentido dominante é institucionalizado. “Dessa institucionalização decorre a legitimidade, e o sentido legitimado fixa-se então como centro: o sentido oficial, literal” (ORLANDI, 2008, p. 21). Assim, os sentidos dominantes do que é um homem e do que é uma mulher vêm dos pré-construídos mobilizados por uma FD patriarcal, com posições-sujeito rígidas para os gêneros. Os saberes dessa FD são linearizados no processo discursivo do presidente com relação à imprensa.

¹⁵⁸ OLIVEIRA, E., NÉRI, F. Corte de novos professores, de auxílios e aulas ameaçadas: os impactos nas universidades e institutos federais após MEC vedar gastos com pessoal. **G1**, Rio de Janeiro, 19 fev. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/02/19/corte-novos-professores-auxilios-aulas-ameacadas-os-impactos-nas-universidades-e-institutos-federais-apos-oficio-do-mec-vedar-gastos-com-pessoal.ghtml>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

¹⁵⁹ LOJA da Kopenhagen que tem Flávio Bolsonaro como sócio é alvo da ação do MP-RJ. **Revista Fórum**, Porto Alegre, 18 dez. 2019. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/politica/2019/12/18/loja-da-kopenhagen-que-tem-flavio-bolsonaro-como-socio-alvo-da-ao-do-mp-rj-66120.html>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

Nessa FD, o que se concebe como homem é o que se projeta na imagem do capitão reformado, como se apreende pelas SDs 12, 13 e 14: corajoso, viril, forte, sem medo, defensor de seu “povo”, que impõe suas opiniões. Já os pré-construídos mobilizados para definir o que é uma mulher são projetados nas SDs 15, 16 e 17, como analisamos a seguir.

Na SD 15, o mandatário enfatiza que a repórter que havia falado algo que o desagradava é “uma mulher”, qualificação que não é feita no caso de um interlocutor masculino. Já nas duas outras SDs, os insultos assumem caráter sexual, como na SD 17, ao dizer para o jornalista perguntar à “tua mãe o comprovante que ela deu para o teu pai”. Na SD 16, o chefe do Executivo afirma que a repórter da *Folha de S.Paulo* “queria dar o furo”. A expressão “dar o furo”, no jargão jornalístico, quer dizer dar a notícia em primeira mão, publicá-la antes dos outros veículos. A conotação sexual dada a esse termo na entrevista foi seguida de risos do presidente e dos seguidores presentes no “cercadinho”. Ele menciona um vídeo, retirado do *Twitter* da profissional, de uma palestra a alunos de Jornalismo da USP, em que Mello os aconselha a nunca revelar seu voto e lembrou de um episódio, em 2013, no qual falou a estudantes que havia votado no PT.

Nesse vídeo, ela se diz arrependida de ter declarado seu voto, pois ficou estigmatizada como a “putinha do PT”. As imagens, editadas e tiradas de contexto, foram compartilhadas pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro¹⁶⁰. No “cercadinho”, o mandatário diz que não falaria a palavra usada no vídeo (“putinha”), pois “tem senhora aqui do lado”. Pela memória discursiva, ressoam os saberes da FD patriarcal, na qual existem dois tipos de mulheres: as “sérias” para casar e as “putinhas” para se divertir.

No homem não há nenhum hiato entre a vida pública e a vida privada: quanto mais ele afirma seu domínio do mundo pela ação e pelo trabalho, mais se revela viril; nele, os valores humanos e os valores vitais se confundem; ao passo que os êxitos autônomos da mulher estão em contradição com sua feminilidade, porquanto se exige da “verdadeira mulher” que se torne objeto, que seja o Outro (BEAUVOIR, 2016b, p. 338, grifo da autora)

Na SD 15, “gênio da imprensa, gênio com j, pra não ter dúvida”, e na SD 16, “não sabe interpretar texto”, jornalistas são tratados como estúpidos, desprovidos de inteligência. Ainda na SD 16, em “tem que voltar pra faculdade”, pelo discurso transversal, o enunciador assume a posição-sujeito neoliberal, a favor do Estado mínimo, que não deve investir em

¹⁶⁰ EDUARDO Bolsonaro ataca jornalista da Folha após pai dizer que repórter é petista. **Revista Fórum**, Porto Alegre, 18 fev. 2020. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/midia/2020/2/18/eduardo-bolsonaro-ataca-jornalista-da-folha-apos-pai-dizer-que-reporter-petista-69406.html>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

educação pública. O não dito, o silenciado que produz sentidos, está presente na desvalorização das universidades públicas, que, desde o início do governo, vêm sofrendo corte de verbas e ataques do próprio Ministério da Educação¹⁶¹.

Pela memória discursiva, ressoa ainda a precarização da carreira de jornalista, desde a decisão do STF de não exigir o diploma para o exercício da profissão, em 2009, como mostramos no primeiro capítulo. A medida esvaziou cursos universitários de Jornalismo. Em 2019, o governo federal propôs uma medida provisória para a criação do chamado contrato verde e amarelo, que reduzia direitos trabalhistas para o primeiro emprego. A MP, que acabou caducando por falta de apoio no Congresso, também estabelecia o fim do registro profissional para jornalistas e publicitários e mais 11 profissões¹⁶². A precarização foi defendida pelas entidades patronais, que têm interesse em pagar salários menores e aumentar seus lucros, em uma conjuntura de crise financeira, como mostramos no capítulo anterior. Também interessa ao atual governo, que tem a tática de minar a confiança na imprensa para conferir credibilidade às redes sociais de seus apoiadores, cujos canais e *sites* utilizam formatos que simulam os moldes jornalísticos para divulgar notícias falsas.

Na SD 17, ao ser questionado sobre uma investigação contra um de seus filhos, o presidente responde que o interlocutor “tem cara de homossexual terrível”. Ao falar de “acusar” e que “não é crime ser homossexual”, ressoa, pela memória discursiva, a história de violência e de preconceito sofrida pela população LGBTQIAPN+¹⁶³ no Brasil. O homossexualismo deixou de ser crime no País em 1830, com a promulgação do Código Penal do Império¹⁶⁴, mas o ódio motivado pela orientação sexual levou 316 pessoas à morte violenta, apenas em 2021. Destes, 285 foram assassinatos, 26 suicídios e 5 mortes por outras causas¹⁶⁵. Em 2019, 70 países

¹⁶¹ KER, J. Os ataques de Weintraub às universidades da "balbúrdia". **Terra**, São Paulo, 19 fev. 2020. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/educacao/os-ataques-de-weintraub-as-universidades-da-balburdia,c5f4988ad50a620e0cf0b0915a9272d6gcjhx8ci.html>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

¹⁶² FIM do registro profissional para jornalista é risco para qualidade das notícias, dizem debatedores. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, 20 dez. 2022. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/628733-fim-do-registro-profissional-para-jornalista-e-risco-para-qualidade-das-noticias-dizem-debatedores/>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

¹⁶³ A sigla LGBTQIAPN+ significa: lésbicas, gays, bissexuais, transexuais/transgêneros/travestis, queer/questionando, intersexuais, assexuais/aromânticas/agêneros, pansexuais/polissexuais, não binárias e mais. “O movimento LGBTQIAPN+ é um movimento político-social que luta pela representação da diversidade de orientação sexual e dos direitos tão almejados por todo ser humano.” LANUTI, C., GOMES, H., SANTOS, J. dos. Todo mês é mês do orgulho. **Blog #tmjUNICEF**, 11 jul. 2022. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/historias/todo-mes-e-mes-do-orgulho>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

¹⁶⁴ MENEZES, L. F. Desenhamos as conquistas LGBTQI no Brasil. **Aos Fatos**, Rio de Janeiro, 24 maio 2019. Disponível em: <<https://www.aosfatos.org/noticias/denhamos-as-conquistas-lgbtqi-no-brasil/>>. Acesso em: 21 jul. 2022.

¹⁶⁵ Os dados são compilados pelo Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil. Disponível em: <<https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/>>. Acesso em: 21 jul. 2022.

ainda consideravam crime relações sexuais consensuais entre pessoas de mesmo sexo¹⁶⁶, entre eles Afeganistão, Arábia Saudita, Paquistão e Qatar, regimes autoritários com os quais o Brasil tem se aliado em votações contra os direitos humanos na Organização das Nações Unidas (ONU). Não é crime ser homossexual no Brasil, mas ser homofóbico, sim: a homofobia e a transfobia foram enquadradas na tipificação da Lei do Racismo, em votação do Plenário do STF, em 2019¹⁶⁷.

O chefe do Executivo procura produzir efeito de que não está “acusando” seu interlocutor de “ser homossexual”. Uma vez que o homossexualismo “não é crime”, apenas faz uma “constatação” e coloca-se como inocente se antecipando a uma possível acusação de homofobia. Ao construir esse lugar de acusação, o sujeito contrapõe-se ao amparo jurídico, que tipifica a homofobia como crime. A memória discursiva evocada na SD 17 é a de outras falas em que o ex-capitão se posicionou sobre a questão LGBTQIAPN+, mesmo antes de sua eleição para a Presidência da República, como quando disse, em entrevista à revista *Playboy*, em 2011, que “seria incapaz de amar um filho homossexual. Não vou dar uma de hipócrita aqui: prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí. Para mim ele vai ter morrido mesmo”¹⁶⁸. Na campanha eleitoral, em 2018, o então candidato disseminou mentiras sobre um suposto “kit gay”, que seria divulgado nas escolas pelo PT. Nas *fake news* que circularam nas redes sociais, notadamente no *WhatsApp*, também se destacou um vídeo que denunciava a distribuição de mamadeiras com bico em formato de pênis¹⁶⁹.

Assim como a misoginia, a homofobia integra as estratégias da política fascista, pois os movimentos feministas e LGBTQIAPN+, ao reivindicar igualdade, são considerados como ameaça à hierarquia patriarcal. “O projeto fascista combina a ansiedade sobre a perda de status por parte dos membros da verdadeira ‘nação’ com o medo do reconhecimento igualitário para grupos minoritários odiados” (STANLEY, 2020, p. 93, grifo do autor).

¹⁶⁶ MANTOVANI, F. Relação homossexual é crime em 70 países, mostra relatório mundial. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 20 mar. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/relacao-homossexual-e-crime-em-70-paises-mostra-relatorio-mundial.shtml>>. Acesso em: 21 jul. 2022.

¹⁶⁷ STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa. **STF**, 13 jun. 2019. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>>. Acesso em: 21 jul. 2022.

¹⁶⁸ DEPUTADO Jair Bolsonaro fala da ‘promiscuidade de Preta Gil’ e declara que ‘seria incapaz de amar um filho homossexual’ em entrevista. **Extra**, Rio de Janeiro, 19 ago. 2011. Disponível em: <<https://extra.globo.com/famosos/deputado-jair-bolsonaro-fala-da-promiscuidade-de-pret-a-gil-declara-que-seria-incapaz-de-amar-um-filho-homossexual-em-entrevista-1980933.html>>. Acesso em: 6 out. 2022.

¹⁶⁹ PINHO, A. Perfis que viralizaram 'mamadeira de piroca' espalham até hoje fake news contra o PT. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 25 ago. 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/08/perfis-que-viralizaram-mamadeira-de-piroca-espalam-ate-hoje-fake-news-contra-o-pt.shtml>>. Acesso em: 6 out. 2022.

4.4 O AUTORITÁRIO E O DEMOCRATA

Recortamos ainda do nosso arquivo algumas SDs que apontam para duas projeções opostas e conflitantes: a projeção do presidente como autoritário, ressoando as memórias discursivas da ditadura militar, e a sua autoprojeção como democrata, defendendo a “liberdade de imprensa”.

No primeiro grupo de SDs, ressoam, no intradiscurso, o fio do discurso, formulações que remetem à ditadura militar no Brasil (de 1964 a 1985). No primeiro capítulo, tratamos da historicidade da relação entre imprensa e poder durante esse período. A memória irrompe em outras condições de produção, em 2019 e 2020, de um Estado Democrático de Direito, o que faz mobilizar novos sentidos. Em trabalho anterior (RIBAS; VENTURINI, 2022, p. 175-176), nos servimos do efeito de estranhamento, formulado por Indursky (2019), para apreender essa nova produção de sentidos. Indursky desenvolve o conceito a partir da noção de *Unheimlich*, de Freud (privado de familiaridade, em alemão): “[...] um efeito de sentido da ordem do indizível, de não-pertinência ao modo de dizer em uma determinada função enunciativa público-institucional” (Ibidem, p. 84).

Entendemos que o LD da Presidência da República é invadido pelos pré-construídos do período de exceção, que “constitui redes discursivas com palavras como: prisão, tortura e assassinato de jornalistas, silêncio e também a partir de práticas, dentre elas a do cercadinho e a de portar-se de forma autoritária e desrespeitosa” (RIBAS; VENTURINI, 2022, p. 175). O retorno desses dizeres dá-se em funcionamento particular, dentro das condições de produção de um regime democrático, causando um efeito de estranhamento.

SD 18 – Queremos tirar o "excesso" do Código Penal, afinal **atirar** num bandido duas ou mais vezes deve ser motivo de comemoração (sinal que o policial está vivo), e não de **condenação**. Já os **excessos dos jornalistas...**¹⁷⁰ (grifos nossos).

SD 19 – **O que não presta tem que mandar embora**. Não tem nada a ver com o caso desse Glin [sic], aí, não sei o quê. Não tem nada a ver com o caso dele. Tanto é que não se encaixa na portaria **o crime que ele tá cometendo**. Até por que ele é casado com outro homem e tem meninos adotados no Brasil, tá certo? Malandro, malandro, pra evitar um problema desse, né, casa com outro malandro ou não casa ou adota criança no Brasil. É esse o problema que nós temos e ele não vai embora, ou vem, pode ficar tranquilo. Talvez **pegue uma cana** aqui no Brasil, não vai pegar lá fora, não¹⁷¹ (grifos nossos).

¹⁷⁰ Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1159880177322745858>> . Acesso em: 2 maio 2021.

¹⁷¹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CBO7P63E3oE>>. Acesso em: 7 maio 2021.

SD 20 – Isso é uma patifaria! Patifaria! **Cala a boca, não te perguntei nada!** Folha de S.Paulo! Um jornal patife e mentiroso! **Cala a boca! Cala a boca!**¹⁷² (grifos nossos).

A SD 18 é uma postagem no *Twitter*, feita em 9 de agosto de 2019, acompanhando um vídeo com entrevista concedida a jornalistas no “cercadinho”, ao lado do então ministro da Justiça e da Segurança Pública, Sergio Moro, sobre projeto de excludente de ilicitude. No vídeo, o presidente afirma que “se o excesso jornalístico desse cadeia, todos vocês estariam presos agora, tá certo? Todos vocês estariam presos, todos vocês, tá?”. Eleito com fala armamentista e de promessa de morte à “bandidagem”¹⁷³, o chefe do Executivo acabava de apresentar ao Congresso o projeto de excludente de ilicitude, que havia sido incluído no pacote, chamado de anticrime, elaborado pelo ministro Moro. Caso aprovado, poderia isentar de punição agentes de segurança que cometessem excessos, como homicídio, por “medo, surpresa ou violenta emoção”. A proposta foi apelidada por críticos de “licença para matar” e acabou por ser retirada do texto¹⁷⁴.

A SD 19 foi recortada de uma declaração a jornalistas em evento na Vila Militar, no Rio de Janeiro, em 27 de julho de 2019. O presidente havia sido questionado sobre uma portaria editada por Moro, que permitia a deportação sumária de estrangeiros. Após críticas de especialistas em imigração e direitos humanos, a portaria foi amenizada em outubro do mesmo ano¹⁷⁵. Em 9 de junho, o advogado e jornalista Glenn Greenwald, nascido nos Estados Unidos e radicado no Rio de Janeiro desde 2005, começou a publicar, no *site The Intercept Brasil*, do qual era editor, uma série de matérias que ficou conhecida como “Vaza Jato”. Ela trazia o vazamento de mensagens do aplicativo *Telegram* entre o então juiz federal Sergio Moro e procuradores da Operação Lava Jato, força-tarefa que levou à prisão, em abril de 2018, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, principal concorrente do então candidato à Presidência da

¹⁷² Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3Vd3JdZ86Tw>>. Acesso em: 21 maio 2021.

¹⁷³ BOLSONARO diz que se eleito 'bandidagem vai morrer' porque União não repassará recursos para direitos humanos. **G1**, Rio de Janeiro, 23 ago. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2018/08/23/bolsonaro-diz-que-bandidagem-vai-morrer-em-seu-governo-porque-uniao-nao-repassara-recursos-para-direitos-humanos.ghtml>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

¹⁷⁴ O QUE sobrou do pacote anticrime de Moro após aprovação na Câmara. **BBC Brasil**, São Paulo, 5 dez. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50673251>>. Acesso em: 21 jul. 2022. Em 2022, um novo projeto de excludente de ilicitude foi apresentado pelo presidente ao Congresso, e, até junho, tramitava na Câmara dos Deputados: COMISSÃO da Câmara aprova ampliação do excludente de ilicitude. **Poder 360**, Brasília, 29 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/congresso/comissao-da-camara-aprova-ampliacao-do-excludente-de-ilicitude/>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

¹⁷⁵ URIBE, G. DELLA COLETTA, R. Em nova portaria, Moro abranda regras de deportação sumária de estrangeiro. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 14 out. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/10/em-nova-portaria-moro-abranda-regras-de-deportacao-sumaria-de-estrangeiro.shtml>>. Acesso em: 21 jul. 2022.

República, Jair Messias Bolsonaro, praticamente selando a vitória deste. As trocas de mensagens apresentadas pelo *site* colocaram em dúvida o método de atuação dos investigadores, que teriam trabalhado em conjunto com Moro com objetivos políticos¹⁷⁶.

No início de 2019, Moro deixou a magistratura para assumir, no governo Bolsonaro, o Ministério da Justiça e da Segurança Pública. Em decorrência das denúncias da “Vaza Jato”, o STF derrubou as ações penais contra Lula resultantes das investigações da força-tarefa da Lava Jato¹⁷⁷. Em julho de 2019, a Polícia Federal (PF) fez uma operação que prendeu quatro pessoas suspeitas de *hackear* telefones de autoridades, entre elas os apontados nas publicações do *The Intercept*¹⁷⁸. Mesmo sem ter sido investigado, Greenwald foi denunciado pelo Ministério Público Federal, junto com os *hackers*, suscitando questionamentos a respeito do direito garantido na Constituição Federal de sigilo da fonte, “quando necessário ao exercício profissional”¹⁷⁹. Em 2022, a PF concluiu que os *hackers* haviam agido por conta própria e não tiveram financiamento nem mandante¹⁸⁰.

A SD 20 foi recortada de entrevista no “cercadinho”, em 5 de maio de 2020. O presidente reagiu, aos berros, a questionamentos de dois repórteres sobre as mudanças no comando da Polícia Federal no Rio de Janeiro. O superintendente da PF fluminense foi convidado a assumir a diretoria-executiva do órgão, em Brasília¹⁸¹. Poucos dias antes, em 24 de abril, o ministro Sergio Moro havia deixado o governo denunciando pressão política do mandatário para troca no comando da PF. É no Rio de Janeiro que correm investigações

¹⁷⁶ LEIA todas as reportagens que o Intercept e parceiros produziram para a Vaza Jato. **The Intercept Brasil**, Rio de Janeiro, 20 jan. 2020. Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/01/20/linha-do-tempo-vaza-jato/>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

¹⁷⁷ STF suspende último processo pendente contra Lula por Lava Jato. **UOL**, São Paulo, 2 mar. 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/03/02/stf-suspende-acao-penal-contralula-lava-jato.htm>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

¹⁷⁸ VALENTE, R., FABRINI, F., TUROLLO JR., R. PF prende quatro suspeitos de hackear celulares de Moro e Deltan. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 23 jul. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/pf-prende-quatro-suspeitos-de-hackear-celulares-de-moro-e-deltan.shtml>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

¹⁷⁹ TUROLLO JR., R. Sem ter sido investigado, Glenn é denunciado por procurador sob acusação de hackear a Lava Jato. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 21 jan. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/sem-ter-sido-investigado-glenn-e-denunciado-por-procurador-sob-acusacao-de-hackear-a-lava-jato.shtml>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

¹⁸⁰ RIBEIRO, W. MPF pede na Justiça arquivamento de processo sobre hackers da 'Vaza Jato'. **UOL**, São Paulo, 12 maio 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/05/12/hackers-da-vaza-jato-agiram-sozinhos-e-nao-foram-pagos-diz-pf.htm>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

¹⁸¹ ZANINI, F., SETO, G., BRAGA, J. Novo diretor-geral decide trocar chefe da Polícia Federal do Rio, foco de interesse da família Bolsonaro. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 4 maio 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2020/05/novo-diretor-geral-decide-trocar-chefe-da-policia-federal-do-rio-foco-de-interesse-da-familia-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

envolvendo personagens ligados à família do ex-capitão¹⁸². As denúncias de Moro levariam à divulgação, em 22 de maio, autorizada pelo STF, de vídeo com reunião ministerial, realizada um mês antes, em que o presidente, em meio a vários palavrões, reclamava de não ser informado e que não esperaria “foder” sua família ou seus amigos por não poder trocar “alguém da segurança na ponta da linha”¹⁸³.

Nas SDs acima, não há menção direta à ditadura militar no fio de discurso, mas, pela rede de memórias ligada ao período de exceção, ressoam, metonimicamente, práticas criminosas como censura a veículos de comunicação, exílio, prisão, tortura e assassinato de jornalistas, como mostramos no primeiro capítulo. É o funcionamento do discurso transversal, pela articulação dos enunciados, que significam mesmo não estando linearizados no intradiscurso. Eles produzem efeitos de sentidos pela interpelação ideológica do sujeito. O sujeito enunciativo foi capitão do Exército. Saiu da corporação após ter elaborado um plano de explosão de bombas em quartéis e ser punido com 15 dias de prisão por publicar artigo na revista *Veja* reclamando dos salários¹⁸⁴. Apesar da passagem controversa pelas Forças Armadas, estampa seu passado militar com orgulho, trata o golpe como revolução, defende tortura¹⁸⁵ e, desde o início de seu governo, implantou medidas, como benefícios e privilégios, a militares e policiais¹⁸⁶. Em suas fronteiras fluidas e porosas, a FD do governo recebe pré-construídos que convocam outros domínios discursivos, de práticas autoritárias da ditadura militar, a partir dos quais significam, como “um retorno do saber no pensamento” (PÊCHEUX, 2014, p. 113).

A remissão à ditadura ressoa por meio da metonímia, que articula a parte e o todo, resgatando o que estava recalcado no interdiscurso, instaurando a divergência a partir do LD da Presidência da República, durante um regime democrático.

¹⁸² MATOSSO, C. Família, adversários e fake news; entenda obsessão de Bolsonaro pela PF no RJ e em PE. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 28 abr. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/familia-adversarios-e-fake-news-entenda-obsessao-de-bolsonaro-pela-pf-no-rj-e-em-pe.shtml>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

¹⁸³ EM REUNIÃO ministerial, Bolsonaro diz: ‘Eu não vou esperar foder a minha família toda’; assista. **G1**, Rio de Janeiro, 22 maio 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/em-reuniao-ministerial-bolsonaro-diz-eu-nao-vou-esperar-foder-a-minha-familia-toda-assista.ghtml>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

¹⁸⁴ O ARTIGO em VEJA e a prisão de Bolsonaro nos anos 1980. **Veja**, São Paulo, 15 maio 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/reveja/o-artigo-em-veja-e-a-prisao-de-bolsonaro-nos-anos-1980/>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

¹⁸⁵ VEJA 10 frases polêmicas de Bolsonaro sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 28 mar. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/veja-10-frases-polemicas-de-bolsonaro-sobre-o-golpe-de-1964-e-a-ditadura-militar.shtml>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

¹⁸⁶ SOB BOLSONARO, benefícios a militares e policiais vão custar R\$ 27,7 bi até 2022. **Isto É Dinheiro**, São Paulo, 18 set. 2021. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/sob-bolsonaro-beneficios-a-militares-e-policiais-vaocustar-r-277-bi-ate-2022/>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

Na SD 19, retorna desde o interdiscurso a prática de prisão de jornalistas durante o período de exceção, com “talvez pegue uma cana aqui no Brasil”. Nas dependências do Exército, profissionais da imprensa foram torturados e assassinados, memória discursiva que ressoa também na SD 18: “já os excessos dos jornalistas...”. Se “atirar num bandido duas ou mais vezes deve ser motivo de comemoração (sinal que o policial está vivo), e não de condenação”, a violência contra jornalistas seria justificada, pois os “excessos” destes devem ser condenados. No vídeo divulgado junto à postagem, o chefe do Executivo fala aos profissionais que “todos” estariam presos se “excesso jornalístico desse cadeia”. Equipara-se jornalista a “bandido”. Por paráfrase, pode-se apreender que “atirar em um jornalista deve ser motivo de comemoração (sinal de que o presidente está sendo justificado)”. Com isso, minimiza-se a violência, pois dar dois ou mais tiros é justificável e menos danoso do que a fala dos jornalistas, quando estes, a partir da posição-sujeito presidente, cometem o que ele chama de “excesso”. Tem-se um sujeito que se considera mais importante do que a vida de uma pessoa, pois dar tiros é um excesso aceitável, mas um jornalista falar demais é um excesso injustificável. Na SD 19, o jornalista Glenn Greenwald é tratado como “bandido”, “o crime que ele tá cometendo”, criminalizando a garantia constitucional de sigilo da fonte. Com “o que não presta tem que mandar embora”, remete-se ao exílio, que fez com que muitos jornalistas e outros profissionais deixassem o País na época da ditadura.

Pelo discurso transversal, o expediente da censura contra veículos de imprensa durante o período de exceção é mobilizado pela memória discursiva na SD 20: “cala a boca”. A expressão ficou marcada na história do jornalismo brasileiro por um episódio, em 1983, envolvendo o então comandante militar do Planalto, general Newton Cruz, em uma entrevista coletiva, que era transmitida ao vivo pela televisão. Ele irritou-se com a insistência do repórter Honório Dantas, da *Rádio Planalto*, sobre a falta de democracia no Brasil. Além de mandar o jornalista calar a boca e desligar o gravador, o general o empurrou e o agarrou pelo pescoço, exigindo um pedido de desculpas¹⁸⁷.

Ainda na SD 20, o presidente diz ao jornalista “não te perguntei nada”, invertendo a situação entre jornalista e entrevistado, na qual as perguntas são feitas pelo profissional da imprensa à autoridade, que deve explicações sobre suas ações à população, pela transparência exigida de um cargo público. Ao inverter quem deve responder e quem deve perguntar, produz-

¹⁸⁷ BENÍCIO, J. General Newton Cruz disse polêmico “cala a boca” a repórter. **Terra**, São Paulo, 16 abr. 2022. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/general-newton-cruz-disse-polemico-cala-a-boca-a-reporter,5d500efbc63533daa10bf6bbd8762f5d5xntb3w0.html>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

se um efeito de sentido de interrogatório policial, como os que eram feitos aos presos políticos na época da ditadura militar. Outra prática do período de exceção ressoa na SD 2 (“É uma campanha deslavada, descomunal, absurda, contra um chefe de Estado, que, simplesmente, teve a coragem de cortar propaganda dessas empresas”) e na SD 7 (“O q leva parte da imprensa a mentir, deturpar, caluniar...enfim, atentar contra o Brasil 24h/dia? Abstinência de verba ou medo da verdade?”), trazidas no início deste capítulo: é a pressão econômica. Como trouxemos anteriormente, o governo militar cortava verbas publicitárias dos veículos que traziam críticas, mesma tática praticada pelo governo brasileiro desde 2019 e por regimes autoritários em todo o mundo.

O presidente enuncia de uma posição-sujeito autoritária, projetando-se como ditador, também em outras SDs, analisadas nas seções anteriores. Como na SD 5, quando silencia os jornalistas para deixar que um seguidor dirija acusações à imprensa: “é ele que vai falar, não é vocês não!”. Também na SD 10, ao dizer que a imprensa é “mentirosa, calhorda”. Ainda na SD 14, quando afirma que “a campanha acabou para a imprensa. [...] Jair Bolsonaro ganhou, porra”.

O presidente não admite ser autoritário, pelo contrário, coloca-se como defensor da “democracia” e da “liberdade de expressão”, como trazemos no grupo de SDs a seguir. A projeção como autoritário é construída tanto pelas remissões à ditadura militar que abordamos acima, quanto pelas práticas, como a do “cercadinho”, que trouxemos no capítulo anterior. No trato com a imprensa, o chefe do Executivo levanta a voz e xinga, usa expressões chulas e adota uma postura desafiadora.

Trazemos agora, as SDs em que o presidente, contraditoriamente, constrói a imagem de democrata:

SD 21 – Não adianta a imprensa **me pintar como seu inimigo. Nenhum presidente recebeu tanto jornalista no Planalto quanto eu**, mesmo que só tenham usado dessa boa vontade para **distorcer minhas palavras, mudar e agir de má-fé ao invés de reproduzir a realidade dos fatos. Sempre defendi liberdade de imprensa**, mesmo consciente do papel político-ideológico atual de sua maior parte, contrário aos interesses dos brasileiros, que contamina a informação e gera desinformação. No fundo, morrem de saudades do PT¹⁸⁸ (grifos nossos).

¹⁸⁸ Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1152622791486820354>>. Acesso em: 16 ago. 2021.

SD 22 – **Tão se vitimizado**. Quando eu levei a facada eles não falaram nada. Eu não vi, não teve na Folha falando “quem mandou matar Bolsonaro”, nada. Muito pelo contrário. **Eu levo pancada o tempo inteiro**. Também não vi a Globo falando isso aí. Se for pegar o número de horas que a Globo fez para a Marielle e o meu caso, eu acho que dá 100 por 1, tá certo? Mas tudo bem. **Imprensa é livre. Nunca tiveram uma palavra minha, um ato meu para constranger a mídia, dizer que ela devia ser controlada. Controle social da mídia, democratização da mídia**, o PT falava muito. Nunca persegui ninguém, mas o **ditador sou eu**. O que eu quero da mídia é que ela venda a verdade, para o bem da própria mídia¹⁸⁹ (grifos nossos).

A SD 21 foi recortada de postagem no *Twitter*, em 20 de julho de 2019. Os ataques constantes do presidente contra a imprensa repercutiam internacionalmente, principalmente com as falas contra o jornalista Glenn Greenwald, conforme mostramos na SD 19. Em 1º de julho, os relatores especiais para a liberdade de expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA), Edison Lanza, e das Nações Unidas para a Promoção e Proteção do Direito à Liberdade de Opinião e Expressão, David Kaye, divulgaram comunicado conjunto demonstrando “preocupação com ameaças, desqualificações, por parte das autoridades e as intimidações recebidas pelo jornalista Glenn Greenwald da agência de notícias *The Intercept Brazil*, bem como com seus parentes, após a divulgação de informações e denúncias de interesse público”¹⁹⁰. Um dia antes da postagem, em café da manhã com jornalistas estrangeiros, o chefe do Executivo havia atacado a colunista da *Globo* Miriam Leitão, dizendo que ela mentiu sobre ter sido torturada durante a ditadura militar¹⁹¹.

A SD 22 é um recorte de entrevista no “cercadinho”, em 26 de maio de 2020. Boa parte dos veículos de comunicação que acompanhavam as aparições do mandatário em frente ao Palácio do Planalto suspendeu a cobertura por falta de segurança, em meio à escalada de agressões tanto do presidente, quanto dos seus seguidores¹⁹². Incentivados pelo discurso beligerante de Bolsonaro, estes passaram a agredir profissionais da imprensa, em todo o Brasil. Repórteres, fotógrafos, cinegrafistas e até motoristas das equipes foram vítimas de agressão física, com chutes e empurrões e tentativas de danificar câmeras. Uma seguidora bateu na

¹⁸⁹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YBfqx7oQr18>>. Acesso em: 3 mar. 2022.

¹⁹⁰ SENRA, R. Bolsonaro age como Hugo Chávez e fere liberdade de imprensa quando algo o incomoda, diz relator especial da OEA. **BBC Brasil**, São Paulo, 28 jul. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/49140460>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

¹⁹¹ BOLSONARO diz que imprensa distorce suas declarações e sente falta do PT. **Poder 360**, Brasília, 20 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/midia/bolsonaro-diz-que-imprensa-distorce-suas-declaracoes-e-sente-saudades-do-pt/>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

¹⁹² MENDONÇA, A. Bolsonaro: ‘Cadê a Folha? Cadê O Globo? Estadão não tá aí não, gente?’. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 26 maio 2020. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/05/26/interna_politica,1150893/bolsonaro-cade-a-folha-cade-o-globo-estadao-nao-ta-ai-nao-gente.shtml>. Acesso em: 22 julho 2022.

cabeça de uma repórter com o mastro de uma bandeira. Jornalistas foram hostilizados com gritos e palavrões em frente ao Ministério da Defesa, em Brasília. Frases pichadas em muros de Belo Horizonte/MG incitavam atentados contra a imprensa: “jornalista bom é jornalista morto”, “colabore com a limpeza do Brasil, mate um jornalista, um artista, comunista por dia”¹⁹³.

Já afirmamos, anteriormente, com Orlandi (2007a), que, ao dizermos algo, apagamos outros sentidos indesejáveis, no que a autora define como política do silêncio. É essa política que funciona na SD 21, quando se diz que “nenhum presidente recebeu tanto jornalista no Planalto quanto eu”. A forma como a imprensa é recebida é silenciada. Desde a campanha, passando pela posse, os jornalistas sofreram ataques e foram submetidos a situações humilhantes.

A cerimônia da posse, em 1º de janeiro de 2019, deu uma amostra de qual seria o tratamento dispensado à imprensa no novo governo. Pela primeira vez desde a redemocratização, os profissionais não puderam transitar livremente pela Esplanada dos Ministérios e nem fazer entrevistas com a população. Apenas um jornalista por veículo poderia entrar no Palácio do Planalto, os outros deveriam ficar do lado de fora, em espaços restritos, e foram orientados a não fazer movimentos bruscos para não serem alvejados por atiradores de elite. Segundo a colunista da *Folha de S.Paulo*, Mônica Bergamo¹⁹⁴, os profissionais foram orientados a chegar às 7 horas para aguardar a posse, marcada para as 15 horas. No Palácio do Planalto, ficaram mais de seis horas confinados em uma sala, sem cadeiras ou bancos, com telões para assistir à posse. Só foi oferecida água, nem café, nem comida. Banheiro, apenas um para centenas de jornalistas. Muitos foram embora, principalmente os correspondentes internacionais.

Já no poder, o presidente começou a promover cafés da manhã com jornalistas, no Palácio do Planalto, prática que foi abandonada após manifestações do seu filho, Carlos Bolsonaro, de que os encontros só serviam para pautas negativas: “absolutamente tudo que diz

¹⁹³ MOTA, E. Bolsonaroistas ameaçam jornalistas: “tá trabalhando por quê? Lixo!”. **Congresso em Foco**, Brasília, 25 maio 2020. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/bolsonaristas-ameacam-jornalistas-ta-trabalhando-por-que-lixo/>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

¹⁹⁴ BERGAMO, M. Um dia de cão. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 1º jan. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2019/01/um-dia-de-cao.shtml>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

é tirado do contexto para prejudicá-lo”, tuitou, em 19 de julho de 2019¹⁹⁵. Com o fim dos cafés, a rotina passou a ser a do “cercadinho”, onde os profissionais eram agredidos verbalmente tanto pelo mandatário quanto pelos seus seguidores, em um espaço exposto a sol e chuva, sem direito a água ou banheiro.

Contraditoriamente, o sujeito enunciador coloca-se como defensor da liberdade de imprensa: “sempre defendi liberdade de imprensa” (SD 21) e “imprensa é livre” (SD 22). Ao silenciar sobre a maneira como os jornalistas são tratados, tenta-se construir a projeção como “democrata”, fazendo funcionar a política do performativo, conforme Pêcheux (2015), na qual “dizer” equivale a “fazer”. Ao colocar-se como defensor da liberdade e da democracia, o presidente oferece, como contraponto, o governo do PT: “no fundo, morrem de saudades do PT” (SD 21) e “nunca tiveram uma palavra minha, um ato meu para constranger a mídia, dizer que ela devia ser controlada. Controle social da mídia, democratização da mídia, o PT falava muito” (SD 22). “Constranger a mídia” é “dizer que ela devia ser controlada” e não mandar “calar a boca”, chamá-la de “mentirosa” e “inimiga” e fazer insultos misóginos e homofóbicos. O presidente evoca, no intradiscorso, a memória discursiva das medidas defendidas pelo PT de regulação da mídia, conforme abordamos no primeiro capítulo. A regulação da mídia foi discursivizada pela FD da imprensa, na posição-sujeito da mídia tradicional, como mecanismo de censura. Esse pré-construído é mobilizado no discurso por meio de operação de encaixe sintático.

O discurso-outro aparece nas duas SDs em forma de negação: “não adianta a imprensa me pintar como seu inimigo” (SD 21), “nunca persegui ninguém, mas o ditador sou eu” (SD 22). Segundo Indursky (2013), a negação coloca em evidência a presença do que vem de outra FD, no caso em análise neste trabalho, de uma FD antagônica, a da imprensa. A autora define a negação como “um dos processos de internalização de enunciados oriundos de outros discursos” (Ibidem, p. 261).

De acordo com Orlandi (1987, p. 264), entre as muitas estratégias de não dizer, estão “as em que para silenciar se diz algo diferente, ou se diz o contrário”. Nas SDs, o presidente transfere o que a imprensa atribui a ele ao PT e aos próprios jornalistas, invertendo as imagens de projeção sobre as quais trabalhamos no início deste capítulo. Na SD 21, ao dizer que a imprensa o compreende como inimigo, coloca-se como vítima: “mesmo que só tenham usado

¹⁹⁵ CARLOS Bolsonaro critica o pai por café da manhã com jornalistas. **Poder 360**, Brasília, 19 jul. 2019. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/carlos-bolsonaro-critica-o-pai-por-cafe-da-manha-com-jornalistas/>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

dessa boa vontade para distorcer minhas palavras, mudar e agir de má-fé ao invés de reproduzir a realidade dos fatos”. Na SD 22, fala que os jornalistas estão “se vitimizando”, e volta a se projetar como vítima: “eu levo pancada o tempo inteiro”. Contraditoriamente, ao negar ser “ditador” (SD 22), o chefe do Executivo faz uma ameaça à imprensa: “o que eu quero da mídia é que ela venda a verdade, para o bem da própria mídia”.

De acordo com Pêcheux (2014), os sentidos não existem de forma literal, constituindo-se a partir da filiação dos sujeitos em FDs que determinam o que pode e deve ser dito ou o contrário. Assim, os sentidos mudam, de acordo com a FD em que os sujeitos estão inscritos. A projeção do sujeito enunciador como democrata e defensor da liberdade produz novos efeitos de sentidos para esses sintagmas. Na FD da imprensa, democracia e liberdade ressoam outra rede de memórias, que vem do surgimento da burguesia. De acordo com Traquina (2005, p. 129), os teóricos da democracia atribuíram ao jornalismo dois tipos de liberdade: a positiva, que leva ao cidadão ferramentas para o exercício de seus direitos e para expressar sua voz; e a negativa, que é de ser guardião, denunciando abusos de poder dos governantes. As palavras são esvaziadas ao serem apropriadas por uma FD antagonista, funcionando como a Língua de Estado, segundo Pêcheux (2015, p. 86), “uma série de estratégias de discurso obstinada em evacuar qualquer contradição e a mascarar a existência das relações de classes”.

4.5 A IMPRENSA AMIGA E A IMPRENSA INIMIGA

SD 23 – Bom dia, Datena, eu deixo bem claro que aceito conversar contigo porque acredito na **sua isenção**. Diferentemente de **uma parte considerável de jornalistas que não pensam dessa maneira**. [...] O que tá em jogo? É uma disputa política por parte dos caras, eu tô sozinho num canto, apanhando de todo mundo. **Grande parte da mídia, não são todos**, muitos governadores, o chefe do poder Legislativo, a Câmara, o Senado, batendo o tempo todo. É uma disputa de poder. [...] Não ataco a imprensa, eu sou atacado por **essa banda da imprensa, não é todo mundo**, 24 horas por dia, o tempo todo fake news [...] **Eu respeito a imprensa**, agora **a imprensa que age dessa maneira**, eu dou o troco neles, sou obrigado a dar o troco neles, sou obrigado a dizer que tá mentindo¹⁹⁶ (grifos nossos).

SD 24 – **Eu tenho as minhas mídias sociais**. Se depender de **grande parte dessa mídia aqui**, o Brasil tava enterrado há muito tempo¹⁹⁷.

¹⁹⁶ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=M0za8MSO64>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

¹⁹⁷ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3Vd3JdZ86Tw>>. Acesso em: 5 jan. 2022.

SD 25 – Pessoal da imprensa, o que é que se busca agindo dessa maneira? Criminalizar as mídias sociais? Qual o limite de um meme ser ofensivo ou não? Qual o limite? Querem **censurar as mídias sociais**? Se não fosse [sic] as mídias sociais, imagine. Vamos imaginar, sem as mídias sociais, tudo que vocês falam de mim ia ser verdade, porque **não tinha como contra-atacar**¹⁹⁸.

SD 26 – A **liberdade de imprensa** é muito importante, que caso contrário, se você ficar **refém de parte da mídia tradicional**, você realmente não vive mais, e você vai viver não é sem informação, mas viver desinformado¹⁹⁹

No último grupo de projeções, analisamos as construções imaginárias maniqueístas, materializadas no discurso do chefe do Executivo, que dividem a imprensa entre “amiga” e “inimiga”. Mídias sociais e imprensa são tomadas como sinonímicas, nesse processo discursivo, apagando as diferenças de funcionamento e de práticas que regem cada um dos meios, como apontamos no capítulo anterior.

A SD 23 é outro recorte da entrevista concedida ao jornalista José Luiz Datena, da *Rádio Bandeirantes*, em 16 de março de 2020, analisada na segunda seção deste capítulo (SD 10). Como trouxemos anteriormente, o chefe do Executivo contestava notícias de que havia pressionado o ministro da Economia, Paulo Guedes, para aprovar reformas econômicas. A pandemia começava no País e a imprensa questionava as declarações do presidente ao minimizar o coronavírus.

A SD 24 foi recortada de entrevista no “cercadinho”, à noite, na chegada do ex-capitão ao Palácio da Alvorada, em 5 de maio de 2020, da qual nos servimos de outro trecho na SD 20, na seção anterior. A imprensa noticiava mudanças no comando da Polícia Federal no Rio de Janeiro, na esteira das denúncias de interferência no órgão, feitas pelo ex-ministro Sergio Moro. No mesmo dia, foi produzida a SD 25, também em entrevista no “cercadinho”, no período da manhã, na saída do Palácio da Alvorada. A proliferação de notícias falsas, em meio à pandemia de Covid-19, iniciou debate sobre meios de controlar conteúdos divulgados na internet. Somente na Câmara dos Deputados tramitavam 50 projetos de leis (PLs) sobre o tema, em junho de 2020, propondo maior controle e punições para disseminação de *fake news* em redes sociais²⁰⁰. O projeto mais abrangente foi protocolado no Senado Federal, em maio de 2020, o 2630/2020, apelidado de PL das *Fake News*. O texto cria a chamada *Lei Brasileira de*

¹⁹⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HS-L_CrN4Ao>. Acesso em: 22 jul. 2022.

¹⁹⁹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AhySjAMku18>>. Acesso em: 21 maio 2021

²⁰⁰ COMBATE a fake news é tema de 50 propostas na Câmara dos Deputados. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, 1º jun. 2020. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/666062-combate-a-fake-news-e-tema-de-50-propostas-na-camara-dos-deputados>>. Acesso em: 23 jul. 2022.

Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet e tem como objetivo, segundo os autores, “diminuir a disseminação de notícias falsas e aumentar as chances de punições aos seus responsáveis, e também prevê novas normas para o funcionamento de serviços de busca, redes sociais e aplicativos de trocas de mensagens”²⁰¹. O PL gerou polêmica entre parlamentares, gigantes da tecnologia e organizações não governamentais e foi criticado pelo presidente, que ameaçou vetá-lo²⁰².

A SD 26 é um recorte de *live* semanal, transmitida pelo *Facebook* e pelo *YouTube*, em 2 de julho de 2020. O PL das *Fake News* havia acabado de ser aprovado no Senado Federal, de onde seguiria para a Câmara dos Deputados²⁰³. Nesse mesmo dia, o chefe do Executivo participou da 56ª Cúpula do Mercosul, realizada por videoconferência por causa da pandemia de coronavírus. Dirigiu-se diretamente aos presidentes do Paraguai, da Bolívia e do Uruguai, deixando de lado o da Argentina, Alberto Fernández, a cuja posse não havia comparecido, em dezembro de 2019²⁰⁴. Um dia antes, campanha publicitária do governo, compartilhada nas redes sociais, usava fotos de banco de imagens como se fossem seguidores fazendo perguntas ao presidente²⁰⁵.

Nas SDs, a imprensa é classificada em dois grupos: a “má”, que mente, desinformando e atacando o governo; e a “boa”, que informa e tem isenção. Destacamos a seguir as marcas linguísticas dessa divisão, recortadas de nosso *corpus* de pesquisa.

Os “inimigos” são identificados por expressões partitivas: “parte da GRANDE IMPRENSA” (SD 4); “parte da imprensa” (SD 7); “parte da imprensa brasileira” (SD 13); “de sua maior parte” (SD 20); “uma parte considerável de jornalistas”, “grande parte da mídia”, “essa banda da imprensa” (SD 23); “grande parte dessa mídia aqui” (SD 24); “parte da mídia tradicional” (SD 26).

²⁰¹ PRAZERES, L. PL das Fake News: o que diz projeto que busca combater notícias falsas. **BBC Brasil**, São Paulo, 7 abr. 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61019381>>. Acesso em: 23 jul. 2022.

²⁰² GOMES, P. H., MAZUI, G. Bolsonaro fala em 'possibilidade de veto' e diz que projeto contra fake news não deve 'vingar'. **G1**, Rio de Janeiro, 1º jul. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/01/bolsonaro-cita-possibilidade-de-veto-do-projeto-contrafake-news-e-diz-que-texto-nao-deve-vingar.ghtml>>. Acesso em: 25 jul. 2022.

²⁰³ SENADO aprova PL das Fake News; projeto segue para Câmara. **Agência Brasil**, Brasília, 30 jun. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.etc.com.br/politica/noticia/2020-06/senado-aprova-pl-das-fake-news-projeto-segue-para-camara>>. Acesso em: 23 jul. 2022. Até o final desta escrita, em julho de 2022, o PL ainda tramitava na Câmara dos Deputados.

²⁰⁴ BRAUN, J. ‘Frente a frente’ com Bolsonaro, Fernández prega união acima de ideologias. **Revista Veja**, São Paulo, 2 jul. 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/frente-a-frente-com-bolsonaro-fernandez-prega-uniao-acima-de-ideologias/>>. Acesso em: 24 jul. 2022.

²⁰⁵ EM CAMPANHA do governo, Bolsonaro atende cidadãos fictícios. **Poder 360**, Brasília, 1º jul. 2020. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/em-campanha-do-governo-bolsonaro-atende-cidadaos-ficticios/>>. Acesso em: 24 jul. 2022.

A imprensa “má” também é qualificada por meio de adjetivos: “imprensa mentirosa, calhorda”, “um lixo de imprensa” e “uma imprensa sem moral, já desacreditada” (SD 10); “um jornal patife e mentiroso” (SD 20). Por oração subordinada adjetiva restritiva: “a imprensa que não gosta do povo” (SD 5); “a imprensa que age dessa maneira” (SD 23). Por oração subordinada adjetiva explicativa: “uma repórter, uma mulher” (SD 15).

Ainda é utilizada metáfora: “esse urubus aí” (SD 8); pronome demonstrativo: “essa imprensa” (SD 1); “dessas empresas” (SD 2). É feita referência explícita ao veículo ou ao jornalista: “a Folha” (SD 3, SD 22); “Folha de S.Paulo” (SD 10, SD 20); “a Globo” (SD 3, SD 22); “a jornalista da Folha de S.Paulo” (SD 16); “desse Glin [sic], aí, não sei o quê” (SD 19). A única vez em que não é utilizado complemento para qualificar a imprensa “inimiga” é na SD 14: “a campanha acabou para a imprensa. Eu ganhei. A imprensa tem que entender que eu, Johnny Bravo, Jair Bolsonaro, ganhou, porra. Ganhou, porra”.

Já a imprensa “amiga” é identificada por exclusão: “não são todos” (em contraposição a “grande parte da mídia”), “não é todo mundo” (opondo-se a “essa banda da imprensa”) (SD 23); por pronome possessivo: “minhas mídias sociais” (SD 24); ou apenas “as mídias sociais” (SD 25).

Ao evitar o efeito de sentido de totalidade, qualificando a imprensa, como apreendemos pelas marcas linguísticas apontadas acima, o presidente reforça o maniqueísmo, a “bipolarização lógica das proposições enunciáveis” (PÊCHEUX, 2008, p. 33), na divisão entre dois extremos: a “inimiga” e a “amiga”, a mentirosa e a confiável.

Imprensa e mídia são expressões utilizadas indistintamente para tratar dos veículos que fazem jornalismo, apagando as diferenças de funcionamento entre estes e as mídias sociais. Esse discurso confunde o interlocutor, que é levado a crer que ambos são equivalentes e têm os mesmos objetivos, de divulgar informações jornalísticas. Como apontamos no capítulo anterior, os veículos de imprensa seguem regimentos que regulam a apuração e a divulgação de notícias por jornalistas profissionais, enquanto as mídias sociais servem ao compartilhamento ilimitado, pelos próprios usuários, de informações nem sempre passíveis de verificação e, muitas vezes, de *fake news*. Fazer equivaler os dois meios interessa à FD do governo, pois faz acreditar que os conteúdos compartilhados nas redes sociais teriam a mesma credibilidade que os divulgados em veículos jornalísticos. Assim, o governo prescinde da intermediação da imprensa para fazer chegar seus “próprios fatos” diretamente aos seus seguidores.

Essa credibilidade é ainda conferida a veículos tradicionais de imprensa e a jornalistas que não são críticos ao governo, os que passaram a receber mais verbas de publicidade, como apontamos no capítulo anterior. É a esses veículos e a alguns profissionais que têm “isenção”

(SD 23) que o chefe do Executivo concede entrevista. Duas semanas antes da fala da qual a SD 23 foi recortada, o presidente havia afirmado em *live* que não conversaria mais com jornalistas no “cercadinho” e que pediria a seus ministros para que não falassem com a imprensa²⁰⁶.

Os efeitos de sentido de guerra, vindos de uma FD militar, também são produzidos nas SDs desta seção. O presidente está “apanhando” de “grande parte da mídia” e sendo “atacado” por “essa banda da imprensa” (SD 23), não restando outra opção a não ser “dar o troco neles” (SD 23) e “contra-atacar” com as “mídias sociais” (SD 25). A exemplo de uma nação invadida por um exército inimigo, o capitão reformado revida os ataques em “legítima defesa” do seu território. O sujeito enunciador projeta-se ao mesmo tempo como vítima e como comandante, defensor da nação.

Para essa guerra, o comandante precisa contar com suas tropas, por isso, não se deve “criminalizar” nem “censurar as mídias sociais” (SD 25). Caso isso ocorra, o exército inimigo, “parte da mídia tradicional” (SD 26), sequestraria a população, que seria feita “refém” (SD 26), e morreria, pois assim “não se vive mais” (SD 26), e o Brasil estaria “enterrado há muito tempo” (SD 24).

Como tratamos na seção anterior, o presidente projeta-se como “democrata” ao defender a liberdade de imprensa. Ao analisar as SDs acima, apreende-se que, para o sujeito enunciador, “a liberdade de imprensa é muito importante” (SD 26) apenas para as mídias sociais e para os veículos e os jornalistas alinhados, a “imprensa amiga”. Aos considerados inimigos, reserva-se o campo de batalha.

Nas 26 SDs analisadas neste capítulo, o chefe do Executivo serve-se de linguajar chulo, frases curtas, com sintaxe limitada, formulando expressões que são repetidas pelos seus seguidores, no “cercadinho” e nas redes sociais. A ONG Repórteres Sem Fronteiras monitorou por três meses o *Twitter* e compilou as *hashtags* mais utilizadas no ataque à imprensa: #imprensaliço, #extreamaimprensa, #globolixo, #cnnlixo e #estadaofake. Os jornalistas foram cunhados como “safada(o), vagabunda(o), puta(o), burra(o), ridícula(o), idiota, arrombada(o) e imbecil. A incidência desses termos foi 50% maior quando direcionados às jornalistas mulheres em relação aos seus colegas”²⁰⁷.

²⁰⁶ FREIRE, S. Bolsonaro critica imprensa e diz que quer limitar entrevistas de ministros. **Poder 360**, Brasília, 27 fev. 2020. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-critica-imprensa-e-diz-que-quer-limitar-entrevistas-de-ministros/>>. Acesso em: 24 jul. 2022.

²⁰⁷ ATAQUES ao jornalismo se alastram nas redes. **RSF**, Paris. Disponível em: <https://rsf.org/sites/default/files/relatorio_ataquesaojornalismo_rsf_3.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2022.

Pela facilidade de compreensão por parte das massas, torneios sintáticos breves, com repetições, estavam entre os preferidos por nazistas e fascistas, de acordo com Zandwais (2019, p. 74): “considerando que as multidões não possuem nada melhor do que a capacidade repetitiva e uma memória curta, as repetições sob a forma de torneios breves seriam as modalidades mais eficazes para seduzi-las e convertê-las em ‘rebanhos que se manobram’” (grifos da autora).

Neste capítulo, procedemos às análises das SDs agrupadas de acordo com as projeções desse processo discursivo, que traz uma construção imaginária maniqueísta, silenciando os sentidos possíveis entre um extremo e outro.

No primeiro grupo, analisamos as SDs que apresentam o presidente como vítima e a imprensa como inimiga. A imagem de vitimização é construída a partir de várias posições-sujeito: o sujeito do discurso se projeta como cidadão comum, chefe de Estado e Brasil, instaurando a contradição. A projeção da imprensa como inimiga mobiliza, pela memória discursiva, o enunciado “inimigo do povo”, linearizado em diferentes condições de produção, desde a Roma antiga, passando pela Revolução Francesa, e em regimes ditatoriais tanto de direita quanto de esquerda. Também ressoam os estudos de parcialidade na teoria instrumentalista do jornalismo, que traz a imprensa como conspiratória.

O presidente como messias e a imprensa como mentirosa é a oposição do segundo grupo de SDs analisadas. A FD do governo é atravessada pelos saberes da FD religiosa. Ao assumir a posição-sujeito de messias, o chefe do Executivo apoia-se na religião, provocando a identificação dos seguidores evangélicos, produzindo ainda o efeito de sentido de ser o portador da “verdade”, em contraposição à imprensa, que mente. Trouxemos ainda as mudanças históricas e conceituais de “mentira” e da sua relação com a “verdade”, com base em Catroga (2020) e em Arendt (2016). Tratamos ainda do pré-construído “imprensa mentirosa”, enunciado que tem existência histórica e foi mobilizado na Alemanha nazista.

No grupo de SDs seguintes, o presidente corajoso, forte e “imbrochável” é projetado em oposição à imprensa covarde e burlesca. Saberes fascistas atravessam a FD do governo, na projeção do líder da nação análoga ao do pai de família patriarcal tradicional, com a força como principal valor autoritário. A FD patriarcal também está presente, nessas projeções, com o sintagma “imbrochável” e a misoginia contra as mulheres jornalistas, tratadas como objeto e atacadas com ofensas de cunho sexual. Ainda em contraposição à imagem de homem viril, autoprojeta pelo presidente, a homofobia é mobilizada nesse discurso.

A contradição está presente, ainda, na projeção do capitão reformado como autoritário e na autoprojeção como democrata, no penúltimo grupo de SDs. Práticas criminosas como censura, exílio, prisão, tortura e assassinato, ressoam, metonimicamente, pela rede de memórias

ligada ao período da ditadura militar no Brasil. Esses pré-construídos produzem o que Indursky (2019) chamou de efeito de estranhamento, trazendo saberes do período de exceção, recalcados no interdiscurso, para o seio de um Estado Democrático de Direito. A imagem de democrata é construída pela apropriação de pré-construídos da FD da imprensa, como “liberdade de imprensa”, fazendo funcionar a política do silêncio, como definida por Orlandi (2007a), apagando a maneira como os jornalistas são tratados tanto nas práticas como nas falas do presidente.

No último grupo de SDs, analisamos a divisão da imprensa entre amiga e inimiga. Mídias sociais e imprensa são tomadas como sinonímicas, apagando as diferenças de funcionamento e de práticas que regem cada um dos meios e confundindo o interlocutor, que é levado a crer que ambas têm como objetivo o jornalismo. Essa divisão é marcada linguisticamente, com a utilização de expressões partitivas, metáforas, pronomes possessivos, adjetivos e orações subordinadas adjetivas restritivas e explicativas. Ao classificar a imprensa como “boa” ou “má” e tratar mídias sociais como veículos jornalísticos, é conferida credibilidade para meios que divulgam informações não passíveis de verificação e que favorecem o governo.

Os efeitos de sentido de guerra, vindos da rede de memórias da FD militar, atravessam a FD do governo quando, do LD da Presidência da República, o capitão reformado assume a posição-sujeito comandante. Assim, projeta-se como o líder de um exército, formado por seus seguidores, a contra-atacar para defender o Brasil do inimigo, a imprensa que publica matérias críticas ao governo. Essa projeção imaginária materializa-se no discurso do chefe do Executivo, no gestual e na fala – chula, ríspida e autoritária – e nas práticas, como a do “cercadinho”.

5 PARA EFEITO DE CONCLUSÃO

*Temos um chefe do Executivo que mente*²⁰⁸.

Jair Bolsonaro, em pronunciamento a deputados apoiadores.

A troca de uma palavra por outra, o ato falho, na perspectiva da Psicanálise, é um lapso, uma interpretação, e revela a incompletude do sujeito, o qual, de acordo com Lacan (1998, p. 178), “é um efeito de linguagem [...] pelo efeito de fala, ele se realiza sempre no Outro, mas aí ele já não persegue mais que uma metade de si mesmo”. É nesse sentido que as falas do presidente em relação aos jornalistas se constituem como a realização no Outro, que emerge como ato falho. Por meio da ofensa, ele reduz esses sujeitos e se sente poderoso. O ato falho, de acordo com o mesmo autor, é um ato bem-sucedido, pois a partir dele se revela uma pretensa verdade, que pode instaurar o equívoco.

Na AD, junto ao ato falho está o equívoco, segundo Pêcheux (2008, p. 51), como um “fato linguístico [...] fato estrutural implicado pela ordem do simbólico”. Desse modo, o sujeito discursivo é interpelado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente pelo qual se pode entender a divisão do sujeito e a insaturação do equívoco. A divisão e a fragmentação do sujeito, sinaliza, ainda, que ele é afetado por discursos outros, assumindo diferentes posições-sujeito, mas não tem consciência disso, pois necessita da ilusão da completude. “Na constituição de sua psiquê, este sujeito é dotado de inconsciente. E, em sua constituição social, ele é interpelado pela ideologia” (INDURSKY, 2008, p. 10-11). O sujeito sofre dois processos de esquecimento, segundo Pêcheux e Fuchs (1997, p. 169): acredita ser a origem do sentido, quando, na verdade, se serve dos pré-construídos recortados do interdiscurso, de acordo com a sua interpelação por uma FD; e tem a ilusão de saber exatamente do que fala, no fio do discurso, ao “colocar o ‘dito’ e em consequência rejeitar o ‘não dito’” (Ibidem, p. 176).

Pêcheux (2014) ressalta que, como todo ritual, a interpelação ideológica tem falhas, que se manifestam “incessantemente e sob mil formas (o lapso, o ato falho etc.) no próprio sujeito, pois os traços inconscientes do significante não são jamais ‘apagados’ ou ‘esquecidos’, mas trabalham, sem se deslocar, na pulsação *sentido/non-sens* do sujeito dividido” (Ibidem, p. 277, grifos do autor).

²⁰⁸ BOLSONARO se confunde e diz que chefe do Executivo ‘mente’. UOL, São Paulo. Publicado em: 27 abr. 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/04/27/bolsonaro-confunde-diz-chefe-executivo-mente.htm>>. Acesso em 26 jul. 2022.

O sujeito não tem consciência de ser fragmentado, precisa da ilusão de sua unicidade, acreditando controlar o que fala e ser a fonte do seu dizer. A incompletude revela-se, na língua, na falha, no equívoco. E é isso que ocorre na fala com que abrimos estas considerações finais. Em pronunciamento a deputados apoiadores, em 27 de abril de 2022, o presidente diz que mente:

“se um militar mente, acabou a carreira dele. O cabo não sai sargento, o subtenente não sai tenente, o coronel não sai general. Não tem prescrição pra isso. E temos um *chefe do Executivo* que mente. Agora, eles convidaram as Forças Armadas a participar do processo. Será que ele se esqueceu que o chefe supremo das Forças Armadas chama-se Jair Messias Bolsonaro?” (grifos nossos)²⁰⁹.

Em pé de guerra com o Tribunal Superior Eleitoral, ao fazer reiteradas denúncias, sem comprovação, de fraudes nas urnas eletrônicas, o capitão reformado referia-se ao ex-presidente do órgão, mas evocou o seu próprio cargo.

Pela irrupção do equívoco, pela falha na interpelação ideológica, ao atribuir a si mesmo o que aponta como uma característica do inimigo, no caso desta pesquisa, a imprensa, o sujeito revela sua incompletude. O equívoco aparece no ponto em que o impossível da língua atinge a história, conjugando-se à contradição (GADET; PÊCHEUX, 2004, p. 64).

Para a AD, os processos discursivos não têm início nem fim, por isso, chegamos a esta parte da dissertação procurando produzir um efeito de conclusão. Neste trabalho de pesquisa, elegemos, como objetivo principal, compreender o funcionamento do discurso do presidente da República sobre a imprensa nos anos 2019 e 2020, perguntando-nos como se materializa o imaginário desta como inimiga no governo Bolsonaro.

Para responder à questão de pesquisa, elegemos objetivos específicos. O primeiro foi trazer a historicidade da relação entre imprensa e poder no Brasil e no mundo, para traçar as condições de produção no sentido amplo, abrangendo os aspectos sócio-históricos e ideológicos que constituem esse processo discursivo, destacando como são mobilizados pela memória discursiva e como eles funcionam nas práticas sociais. Procuramos fazer isso no primeiro capítulo, com o percurso histórico dos discursos do governo e da imprensa, mostrando os momentos de tensão, de confronto e também de aliança em diferentes conjunturas sócio-históricas no Brasil e no mundo. Trouxemos dizeres anteriores que ressoam, por meio da memória discursiva, e são ressignificados no fio do discurso do presidente sobre a imprensa. Na discursividade que analisamos no último capítulo desta dissertação encontram-se

²⁰⁹ A fonte é a mesma da nota de rodapé anterior (208).

imaginários do jornalismo e do poder, constituídos na historicidade. Por essa razão, consideramos importante abordar as condições de produção no sentido amplo envolvendo as FDs do governo e da imprensa.

Trouxemos a historicidade da FD do governo, que se constitui tanto por falas críticas, passando por processos e ameaças, chegando até mesmo a práticas como censura, prisão e assassinato. Ainda abordamos a FD da imprensa, que surgiu e evoluiu ligada à burguesia, e ganhou a alcunha de “Quarto Poder”, significando pela influência exercida em rumos de governos, elegendo e derrubando presidentes, apoiando e condenando ditaduras, agindo ativamente em episódios que marcaram a historiografia brasileira.

Como aparelho ideológico de Estado, a imprensa tem colaborado tanto para a reprodução quanto para a transformação das relações de produção, de acordo com as condições sócio-históricas. É o que percebemos na discursividade analisada nesta dissertação. Ao confrontar e ser desqualificada pela FD do governo, o jornalismo rompe com a ideologia dominante, colaborando para a transformação, trazendo a desestabilização nas relações de poder. A FD da imprensa comporta variadas posições-sujeito, desde a grande mídia, alinhada ao poder econômico, até os jornais alternativos. O discurso da grande imprensa funciona pelo efeito de neutralidade (FLORES, 2017), direcionando os sentidos ao recortar a notícia sem considerar a historicidade do acontecimento.

Ainda como parte da historicidade dessa relação, trouxemos episódios de regimes totalitários, que utilizaram novas tecnologias para divulgar seus programas e também notícias falsas. O rádio e o cinema foram instrumentalizados pelo nazismo, na Alemanha, e pelo fascismo, na Itália. A reescrita da história, promovida pelo regime stalinista, na União Soviética, também ressoa, pela memória discursiva, quando o chefe do Executivo nega que tenha havido ditadura militar no Brasil e chama o golpe de 1964 de revolução²¹⁰. Entendemos que, assim como esses regimes totalitários, a discursividade analisada nesta dissertação se vale das novas tecnologias, como as redes sociais, para divulgar suas ideias e propagar *fake news*.

E, assim, nos encaminhamos para trabalhar nosso segundo objetivo específico, que foi abordar as condições de produção no sentido estrito, as circunstâncias da enunciação, a conjuntura em que essa discursividade é formulada e circula, com as novas tecnologias, como as redes sociais, e as crises financeira e de credibilidade pelas quais passa a imprensa.

²¹⁰ BOLSONARO nega ditadura e diz que regime viveu probleminhas. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 27 mar. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/nao-houve-ditadura-teve-uns-probleminhas-diz-bolsonaro-sobre-regime-militar-no-pais.shtml>>. Acesso em: 28 jul. 2022.

Para isso, trouxemos, no segundo capítulo, a internet, espaço em que as *fake news* e a pós-verdade se propagam, pois é pelas redes sociais que circulam as discursividades como a que analisamos neste trabalho. Assim, tratamos das mídias sociais e de como elas afetam tanto a constituição, quanto a formulação e a circulação dos discursos, apoiando-nos em Dias (2018). Ainda abordamos as diferenças entre pós-verdade, que tem um locutor definido, e *fake news*, que funciona em forma de boato.

Jornalistas têm sofrido linchamentos virtuais e até agressões físicas, violência impulsionada pelo discurso que emana do LD da Presidência da República, enunciado em pronunciamentos, entrevistas no “cercadinho” e redes sociais. Essas falas são ecoadas pela própria imprensa e por seguidores na internet, naturalizando seus sentidos. Ainda apresentamos as crises de confiança e de modelo de negócios pelas quais as empresas jornalísticas têm passado. O processo discursivo analisado contribui para a primeira, atacando a credibilidade, que já vinha passando por abalos, junto com o colapso de confiança de outras instituições; e agrava a segunda, cortando verbas publicitárias, incentivando boicote e ameaçando veículos.

Como terceiro objetivo específico, nos propusemos a construir arquivo com declarações do presidente sobre a imprensa nos anos de 2019 e 2020, para, pela mobilização da noção de formação imaginária (PÊCHEUX, 2019), destacar os processos discursivos que articulam a língua na história, recuperando memórias que ressoam como pré-construídos, definindo assim o *corpus* da pesquisa.

Como detalhamos ainda no segundo capítulo, nosso arquivo tomou como base os levantamentos da Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ) com declarações do presidente sobre a imprensa. São falas veiculadas em redes sociais, entrevistas, pronunciamentos e aparições públicas. A partir do arquivo, identificamos os processos discursivos mobilizados e, com isso, definimos o nosso *corpus*.

O arquivo foi ampliado levando em conta o exterior constitutivo, pois a materialidade do discurso não está limitada aos textos empíricos. Trouxemos, no primeiro capítulo, falas com relação à imprensa de outros sujeitos que já ocuparam o lugar discursivo da Presidência da República no Brasil. E, com a apreensão dos pré-construídos presentes no processo discursivo objeto deste trabalho, procuramos registros destes em outras condições sócio-históricas, que foram abordadas no primeiro e no terceiro capítulos.

É nesse último capítulo que trabalhamos o quarto objetivo específico: a partir do *corpus* definido, recortar as SDs, agrupando-as de acordo com as formações imaginárias mobilizadas, e proceder às análises com vistas a responder à questão de pesquisa. Com as condições de produção apresentadas nos dois primeiros capítulos, pudemos trabalhar na análise

das SDs recortadas de falas do presidente sobre a imprensa nos anos de 2019 e 2020 e, assim, apreender como funciona esse processo discursivo.

A contradição, constitutiva dos processos discursivos, é instaurada com o sujeito assumindo diferentes posições a partir do LD da Presidência da República, dentro da FD do governo, perturbando e desestabilizando os sentidos. Por meio da noção de formações imaginárias, formulada por Pêcheux (2019), apreendemos um conjunto de projeções, materializando uma construção imaginária maniqueísta, que projeta uma concepção dual de mundo. O “bem” é contraposto ao “mal”, em um processo discursivo que coloca em jogo uma “bipolarização lógica das proposições enunciáveis” (PÊCHEUX, 2008, p. 33), apagando os sentidos possíveis entre um extremo e outro.

Agrupamos as três imagens que opõem os interlocutores: a vítima e a inimiga, o messias e a mentirosa, o “imbrochável” e a covarde. A contradição também foi analisada em dois outros grupos: um com a imagem do presidente autoritário e democrata e outro com projeções opostas da imprensa, a inimiga e a amiga.

Dentro da FD do governo, o sujeito enuncia do LD da Presidência da República, entendido, conforme Daltoé (2011), como um espaço ainda não afetado por nenhuma FD, atravessado por diversos discursos, significando por todos os presidentes do Brasil que já o ocuparam, assujeitados por diferentes FDs, assumindo variadas posições-sujeitos.

O chefe do Executivo nos anos de 2019 e 2020, dentro da FD do governo, assume diferentes posições-sujeito, afetadas por saberes vindos de redes de memórias distintas, instaurando a contradição e tornando visível a heterogeneidade, próprias de todo processo discursivo.

Dentro da FD do governo, o presidente assume posições-sujeito de chefe de Estado, de Brasil e de cidadão comum, significando como vítima. Ao projetar-se como um homem comum, apaga as diferenças entre o cargo que ocupa e o “povo”, trazendo efeitos de sentido de ser igual a seus seguidores. A imprensa, ao agir contra o presidente, é, nesse discurso, “inimiga do povo”, pré-construído mobilizado em diferentes condições de produção, tanto por regimes totalitários de direita, quanto de esquerda. Saberes da FD antagonista da esquerda atravessam esse discurso, lembrando que toda FD é porosa e tem fronteiras fluidas.

A FD religiosa é também mobilizada, com o chefe do Executivo assumindo a posição-sujeito de messias, portador da verdade, em contraposição à imprensa mentirosa; e apresentando-se em sacrifício pelo “povo”, como Jesus Cristo. “Imprensa mentirosa”, como enunciado, tem existência histórica na Alemanha nazista, trazendo também para esse discurso os saberes da FD fascista.

A rede de memórias dos saberes fascistas também ressoa na autoprojção do mandatário como “imbrochável”, viril, corajoso e forte. Essa formação imaginária ainda é atravessada pela FD patriarcal, nas posições-sujeito machista e homofóbica, com falas de cunho sexual. A projeção da imprensa nesse discurso é de covarde, fraca, prostituta, “maricas” e, ainda, estúpida, como quando o presidente assume a posição-sujeito neoliberal, de uma FD de direita, ao fazer chacota com o ensino superior.

Pela memória discursiva, o capitão reformado faz ressoar em seu discurso saberes da FD militar – os crimes praticados pelo governo instituído após o golpe militar de 1964, como censura, exílio, prisão, tortura e assassinato –, projetando-se como autoritário. Ele assume ainda a posição de comandante, liderando um exército para lutar contra o inimigo, a imprensa. Os efeitos de sentido de guerra são produzidos em muitas das SDs analisadas, no linguajar chulo e autoritário, no gestual e ainda em práticas como a do “cercadinho”.

Nas manifestações do presidente ressoam pré-construídos da FD antagonista, como ao dizer ser defensor da “liberdade de imprensa”, instaurando mais uma vez a contradição, por assumir uma posição-sujeito democrata. Essa defesa, provavelmente, é direcionada para a imprensa “boa”, que é apresentada, nesse processo discursivo, como contraponto para a imprensa “inimiga”.

A imprensa “amiga” é composta de veículos e jornalistas que publicam notícias favoráveis ao governo, e, principalmente, de meios que se servem das novas tecnologias da internet: *sites* e *blogs* que simulam práticas jornalísticas, canais de seguidores, perfis do próprio presidente e de sua família nas redes sociais. Sem qualquer mediação ou curadoria, as mídias sociais facilitam a propagação da pós-verdade e a divulgação de *fake news*. Como tratamos no segundo capítulo, esse processo discursivo confunde imprensa e mídias sociais, usando os termos como sinônimos, apagando as diferenças de funcionamento entre esses meios. Os veículos jornalísticos adotam práticas reguladas por normas, como os manuais de redação e o Código de Ética do Jornalista. Produzir efeitos de sentido de equivalência entre mídias sociais e imprensa interessa ao governo, pois confere credibilidade jornalística a quem utiliza as redes para divulgar notícias falsas, falando diretamente aos seguidores e dispensando a mediação de jornalistas. A confiança no jornalismo é minada, fazendo com que os seguidores do ex-capitão não acreditem nas matérias que trazem denúncias contra o governo, já que são produzidas por “mentirosos” e “inimigos”. Assim, a única fonte de informação confiável é seu líder e suas mídias sociais.

É no último capítulo, resumido nos parágrafos anteriores, que procuramos responder à nossa questão de pesquisa: como se materializa o imaginário da imprensa como inimiga no

governo Bolsonaro no período de 2019 e 2020? Apreendemos nesse processo discursivo uma construção imaginária maniqueísta, que silencia os sentidos possíveis entre o “bem” e o “mal”. O chefe do Executivo projeta-se como o representante do “bem”, em um discurso que ressoa sentidos de guerra contra o “mal”, personificado nos veículos de comunicação e nos jornalistas que o questionam. A divisão entre esses dois extremos também é projetada na imprensa, apresentada como “amiga” e “inimiga”. Ao mesmo tempo em que se mina a credibilidade do jornalismo profissional, promove-se a confusão entre os termos imprensa e mídias sociais, conferindo efeitos de sentidos de confiabilidade para esta última, utilizada pela FD do governo para divulgar notícias falsas.

Entendemos esse discurso como autoritário, como o define Orlandi (1987, p. 29), com a contenção da polissemia e com o sujeito que “se pretende único e oculta o referente pelo dizer”, excluindo a reversibilidade e constituindo efeitos de verdade. A projeção dessa imagem de autoridade incontestável é reforçada pelos saberes vindos das FDs militar e religiosa, evocados nessa discursividade, quando o sujeito assume posições de comandante e de messias.

O sujeito desse discurso fala muito, abusa de repetições, de “torneios sintáticos breves” (ZANDWAIS, 2019), diz contra-atacar o inimigo, a imprensa, pois é atacado por ele o tempo todo. No maniqueísmo desse processo discursivo, ele representa o “bem” e o outro lado, o “mal”. No jogo das formações imaginárias, ele projeta no inimigo as características que já foram atribuídas a ele: de atacar (a imprensa, a democracia, os opositores), de mentir (na campanha eleitoral, no governo, sobre a pandemia), de se acovardar (ao se recusar a participar dos debates eleitorais em 2018).

De tanto se repetir e saturar os sentidos, eis que o equívoco irrompe, como trouxemos no início destas considerações finais, pois, como nos lembra Pêcheux (2014), todo ritual tem falhas. E assim, o sujeito se mostra em sua incompletude, por que não controla o seu dizer e nem é a origem do sentido. O ritual se quebra: “temos um chefe do Executivo que mente”.

5.1 PARA EFEITO DE CONTINUIDADE

Como afirmamos anteriormente, a AD considera o discurso como processo, por isso, entendemos que nossa pesquisa não se encerra em si, como produto. Ela é sempre passível de continuidade. Neste trabalho, procuramos apreender o processo discursivo da Presidência da República sobre a imprensa, em 2019 e 2020. Consideramos ainda importante estudar o interlocutor desse discurso: como o processo discursivo da imprensa sobre os saberes da extrema direita tem contribuído para naturalizar os efeitos de sentidos da FD fascista?

A mídia tradicional, como mostramos nesta dissertação, atua como Quarto Poder e, desde seus primórdios, está atrelada a forças políticas e econômicas, que são a “classe que pode manter a grande imprensa” (ABRAMO, 1988, p. 116). De acordo com as condições de produção de um dado momento histórico, essas relações podem ser tanto de aliança quanto de confronto. Entendemos que o discurso jornalístico é um gesto de interpretação entre outros possíveis e atua na naturalização de determinada direção de sentidos, instituindo efeito de verdade.

Apreender como os gestos de interpretação da imprensa sobre as práticas e as falas de políticos de extrema-direita contribuem para a naturalização dos sentidos fascistas é importante, pois entendemos que eles podem influenciar nos rumos da democracia brasileira, que é recente e frágil. Esse aprofundamento de nossa pesquisa para o interlocutor do discurso analisado nesta dissertação é importante tanto para nossa formação social quanto para repensar a práxis jornalística.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, C. **A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- AGUIAR, F. Imprensa alternativa: opinião, movimento e em tempo. *In*: MARTINS, A.; LUCA, T. R. de (org.). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008. *Ebook Kindle*.
- ALTHUSSER, L. **Sobre a Reprodução**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARENDT, H. Verdade e política. *In*: **Entre o passado e o futuro**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016. p. 282-325.
- BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo: a experiência vivida**, volume 2. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016a.
- BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo: fatos e mitos**, volume 1. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016b.
- BERTONHA, J. F. Coerção, consenso e resistência num estado autoritário: o caso da Itália fascista. **Diálogos**, Maringá, v. 12, n. 1, p. 141-163, 2008. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526871007>>. Acesso em: 30 ago. 2021.
- BORTOLOTTI, P. Mentira não é jornalismo. *In*: RIBEIRO, R.; PINHEIRO, H. (org.). **Jornalismo em tempos de pós-verdade**. Fortaleza: Dummar, 2018. p. 21-35. *Ebook Kindle*.
- BRASIL. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf>. Acesso em: 17 maio 2021.
- BRASIL [CONSTITUIÇÃO (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988#/con1988_15.03.2021/art_220_.asp>. Acesso em: 9 set. 2021.
- BRUM, E. **Brasil**, construtor de ruínas. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2019.
- CAMARGO, C. O meio é a mensagem: a globalização da mídia. *In*: MARTINS, A.; LUCA, T. R. de (org.). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008. *Ebook Kindle*.
- CARON, G. R. **Discursos de Benito Mussolini: Permanências e Mudanças (1919-1922)**. 2015. 119 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12876>>. Acesso em: 19 out. 2021.
- CATROGA, F. O abscondito da mentira. **Revista de Estudos Literários**, Coimbra, v. 10, p. 711-728, 2020. DOI: https://doi.org/10.14195/2183-847X_10_36. Disponível em:

<https://impactum-journals.uc.pt/rel/article/view/2183-847X_10_36>. Acesso em: 5 ago. 2021.

CAZARIN, E. A.; MENEZES, E. S. de. A mídia e o golpe de 1964: revista O Cruzeiro como aliada do discurso das forças militares. **Revista Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 9, n. 11, p. 111-122, 2015. DOI: 10.22456/2594-8962.55145. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/conexaoletras/article/view/55145/33538>>. Acesso em: 1 maio 2021.

CERCAR. **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha]**. 2021. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/cercar>>. Acesso em: 3 jan. 2022.

CHRISTOFOLETTI, R. **A crise do jornalismo tem solução?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019.

COELHO, M. J. H.; ROTTA, V. (org.). **Caravanas da anistia: o Brasil pede perdão**. Brasília e Florianópolis: Brasil, Ministério da Justiça e Comunicação, Estudos e Consultoria, 2012. v. 53. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/acervo_legado/anistia/anexos/livro_caravanas_anistia_web.pdf>. Acesso em: 16 maio 2021.

COHEN, I. S. Diversificação e segmentação dos impressos. *In*: MARTINS, A.; LUCA, T. R. de (org.). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008. *Ebook Kindle*.

CONTI, M. S. **Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

COSTA, M. A. G. da. A luta pelo poder dizer “impeachment” e “golpe” na narrativa midiática do impedimento de Dilma Rousseff. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 504-529, 2020. DOI: 10.25189/rabralin.v19i3.1674. Disponível em: <<https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1674>>. Acesso em: 5 jul. 2022.

COURTINE, J. J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EduFSCar, 2009.

COURTINE, J. J. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. **Policromias. Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 14-35, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/4090>>. Acesso em: 27 out. 2021.

CPDOC - FGV. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro - DHBB**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-de-assis-chateaubriand-bandeira-de-melo>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

CURCINO, L. Lives e livros: versículos e verdade na eleição presidencial brasileira. *In*: CURCINO, L.; SARGENTINI, V.; PIOVEZANI, C. (org.). **Discurso e (pós)verdade**. São Paulo: Parábola, 2021. p. 105-134.

CURCINO, L.; SARGENTINI, V.; PIOVEZANI, C. O discurso e as verdades: relações entre a fala, os feitos e os fatos. *In*: CURCINO, L.; SARGENTINI, V.; PIOVEZANI, C. (org.). **Discurso e (pós)verdade**. São Paulo: Parábola, 2021. p. 7-18.

DALTOÉ, A. da S. **As metáforas de Lula: a deriva dos sentidos na língua política**. 219 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem - Teorias do Texto e do Discurso) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/61187>>. Acesso em: 11 maio 2021.

D'ANCONA, M. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news**. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DANTAS, A. A mídia e o golpe militar. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 59-74, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142014000100007>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/gTDsM7hZGgFQcyRLMknXX7k/?lang=pt>>. Acesso em: 19 ago. 2022.

DIAS, C. Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do corpus. **Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978)**, [S.l.], v. 44, n. 3, p. 972- 980, 2016. Disponível em: <<https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1030>>. Acesso em: 9 set. 2021.

DIAS, C. **Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo**. Campinas: Pontes Editores, 2018.

DORNELES, E. F. **A dispersão do sujeito em lugares discursivos marcados**. 262 p. Tese (Doutorado em Teorias do Texto e do Discurso) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/5337>>. Acesso em: 11 jul. 2021.

DURAND, P.; MENDES, M. L. D. Imprensa ou mídia, literatura ou cultura midiática? Questão de conceitos. **Revista Letras Raras**, [S.l.], v. 9, n. 3, p. 244- 267, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.35572/rlr.v9i3.1886>. Disponível em: <<http://revistas.ufcg.edu.br/ch/index.php/RLR/article/view/1886>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

ELEUTÉRIO, M. de L. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, A.; LUCA, T. R. de (org.). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008. *Ebook Kindle*.

EMPRESA FOLHA DA MANHÃ. **Novo Manual da Redação da Folha de S.Paulo**. São Paulo, 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_introducao.htm>. Acesso em: 22 jan. 2022.

ERNST, N.; ENGESSER, S.; BÜCHEL, F.; BLASSNIG, S.; ESSER, F. Extreme parties and populism: an analysis of Facebook and Twitter across six countries. **Information Communication and Society**, [S.l.], v. 20, n. 9, p. 1347- 1364, 2017. DOI: 10.1080/1369118X.2017.1329333. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/1369118X.2017.1329333>>. Acesso em: 24 ago. 2019.

FENAJ. **Violência e liberdade de imprensa no Brasil: Relatório 2013**. Brasília, 2014. Disponível em: <<https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/06/relatorio-fenaj-2013.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2021.

FENAJ. **Relatório da Comissão Nacional dos Jornalistas (FENAJ)**. Brasília, 2015. Disponível em: <<https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2018/12/FENAJ-Relatório-Comissão-Verdade-Jornalistas.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2021.

FENAJ. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil: Relatório 2019.** Brasília, 2020. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/01/relatorio_fenaj_2019.pdf>. Acesso em: 18 maio 2021.

FENAJ. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil: Relatório 2020.** Brasília, 2021. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/relatorio_fenaj_2020.pdf>. Acesso em: 18 maio 2021.

FILGUEIRAS, I. O bom jornalismo contra a informação. *In*: RIBEIRO, R.; PINHEIRO, H. (org.). **Jornalismo em tempos de pós-verdade.** Fortaleza: Drummar, 2018. p. 11-20. *Ebook Kindle.*

FIRMO, E. Reino da trapaça. *In*: RIBEIRO, R.; PINHEIRO, H. (org.). **Jornalismo em tempos de pós-verdade.** Fortaleza: Dummar, 2018. p. 36-56. *Ebook Kindle.*

FLORES, G. **Os sentidos de nação, liberdade e independência na imprensa brasileira (1821-1822) e a fundação do discurso jornalístico brasileiro.** Porto Alegre, Palhoça: EDIPUCRS, UNISUL, 2014.

FLORES, G. Os corpos vulneráveis e os discursos da/na mídia. *In*: FLORES, G.; GALLO, S. M. L.; NECKEL, N. R. M.; DALTOÉ, A. da S.; SILVEIRA, J.; MITTMANN, S.; LAGAZZI, S.; PFEIFFER, C.; ZOPPI-FONTANA, M. (org.). **Análise de Discurso em Rede: cultura e mídia.** Campinas: Pontes Editores, 2021. p. 61-72.

FLORES, G. G. B. Neutralidade e silenciamento no discurso jornalístico. *In*: FLORES, G. G. B.; GALLO, S. M. L.; LAGAZZI, S.; NECKEL, N. R. M.; PFEIFFER, C. C.; ZOPPI-FONTANA, M. G. (org.). **Análise de Discurso em Rede: cultura e mídia - Volume 3.** Campinas: Pontes Editores, 2017. p. 117-130.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível: o discurso na história da linguística.** Campinas: Pontes, 2004.

GALLO, S. L. Autoria: questão enunciativa ou discursiva? **Linguagem em (Dis)curso,** Tubarão, v. 1, n. 2, não paginado, 2001. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/172/186>. Acesso em: 13 abr. 2022.

GALLO, S.; SILVEIRA, J. da; PEQUENO, V. Fake news: efeito de fake, efeito de news. *In*: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S.; SILVA SOBRINHO, H. F. da (org.). **Ousar se revoltar: Michel Pêcheux e a análise do discurso no Brasil.** Campinas: Pontes Editores, 2021. p. 253-268.

GRIGOLETTO, E. **O discurso de divulgação científica: um espaço discursivo intervalar.** 269 f. Tese (Doutorado em Teorias do Texto e do Discurso). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/5322>>. Acesso em: 11 maio 2021.

GUIMARÃES, E. Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano. **Revista Letras - Línguas e Literatura: Limites e fronteiras,** Santa Maria, v. 26, p. 53- 61, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11880>>. Acesso em: 12 maio 2021.

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2017.

HERZ, D. K. **A história secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Ortiz, 1991. Disponível em: <<http://www.danielherz.com.br/system/files/acervo/DANIEL/Globo/A+Historia+Secreta+da+Rede+Globo/A+Historia+Secreta+da+Rede+Globo.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2022.

INDURSKY, F. Formação Discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela? *In*: Seminário de Estudos em Análise do Discurso - SEAD, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. p. 1-11. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/FredaIndursky.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2021.

INDURSKY, F. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. *In*: MITTMANN, S.; GRIGOLETTO, E.; CAZARIN, E. (org.). **Práticas discursivas e identitárias**: sujeito e língua. Porto Alegre: Nova Prata, 2008. p. 9-33.

INDURSKY, F. A memória na cena do discurso. *In*: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.; MITTMANN, S. (org.). **Memória e história na/da análise de discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2011. p. 67-89.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

INDURSKY, F. Que sujeito é este? *In*: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S.; SOBRINHO, H. S. (org.). **Silêncio, memória, resistência**: a política e o político no discurso. Campinas: Pontes Editores, 2019. p. 79-102.

INDURSKY, F.; RODRIGUES, A. Entrevista com Freda Indursky. **Pensares em Revista**, São Gonçalo, n. 17, p. 18-28, 2020. DOI: 10.12957/pr.2020.47301. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/pensaresemrevista/article/view/47301>>. Acesso em: 18 set. 2022.

INDURSKY, F. O teatro do grotesco como cenário da desconstrução do Brasil. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 365- 388, 2020. DOI: 10.25189/rabralin.v19i3.1730. Disponível em: <<https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1730>>. Acesso em: 21 abr. 2022.

JAMBEIRO, O. **A TV no Brasil do século XX**. Salvador: EDUFBA, 2001. Disponível em: <[https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/149/4/A TV no Brasil do seculo XX.pdf](https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/149/4/A%20TV%20no%20Brasil%20do%20seculo%20XX.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2022.

JOÃO. *In*: **BÍBLIA Sagrada**. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969. Cap. 8, vers. 23.

LACAN, J. **O seminário, livro 11**: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964). 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

LAGE, N. **Ideologia e técnica da notícia**. 3. ed. Florianópolis: UFSC-Insular, 2001. Disponível em: <http://nilsonlage.com.br/wp-content/uploads/2015/04/Ideologia_comp_.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2021.

LAPONNERAYE, A. **Histoire de la Révolution Française 1: depuis 1789 jusqu'en 1814**. 3. ed. Paris: Chez l'éditeur, 1838. Disponível em: <<https://books.google.com/books?id=ik2jUBnhZbgC&pg=PA392&lpg=PA39>>. Acesso em: 28 out. 2021.

LAURENZA, A. M. de A. Batalhas em letra de forma: Chatô, Wainer e Lacerda. *In*: MARTINS, A.; LUCA, T. R. de (org.). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008. *Ebook Kindle*.

LIMA, V. A. de. Sete teses sobre mídia e política no Brasil. **Revista USP**, [S.l.], n. 61, p. 48-57, 2004. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i61p48-57. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13317>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

LUCA, T. R. de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. *In*: MARTINS, A.; LUCA, T. R. de (org.). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008. *Ebook Kindle*.

MARCONDES FILHO, C. **Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

MARIANI, B. S. C. **Práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922 -1989)**. 256 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalle/115379>>. Acesso em: 19 dez. 2020.

MARIANI, B. S. C. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória. *In*: ORLANDI, E. (org.). **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2001. p. 31- 42.

MARKWICK, R. D. Censorship and fear: historical research in the Soviet Union. **Groniek Historisch Tijdschrift**, Groningen, v. 46, n. 201, p. 371-385, 2013. Disponível em: <<https://ugp.rug.nl/groniek/article/view/22633>>. Acesso em: 30 ago. 2021.

MARTINS, A. L. Imprensa em tempos de Império. *In*: **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008. *Ebook Kindle*.

MELLO, P. C. **A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MORAIS, F. **Chatô: o rei do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MOREL, M. Os primeiros passos da palavra impressa. *In*: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (org.). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008. *Ebook Kindle*.

NUNES, J. H. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. *In*: FERREIRA, M. C.; INDURSKY, F. (org.). **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 373-79.

ORLANDI, E. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 2. ed. Campinas: Pontes, 1987.

ORLANDI, E. **Terra à vista**: discurso do confronto - velho e novo mundo. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

ORLANDI, E. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Revista Em Aberto**, Brasília, v. Ano 14, n. 61, p. 52-59, 1994. DOI: 10.24109/2176-6673.emaberto.14i61.1939. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2250>>. Acesso em: 17 set. 2021.

ORLANDI, E. **Discurso e texto**: formação e circulação de sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005.

ORLANDI, E. Análise de Discurso. *In*: ORLANDI, E.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (org.). **Discurso e textualidade**. Campinas: Pontes, 2006a. p. 11-31.

ORLANDI, E. A noção de “povo” que se constitui em diferentes discursividades. *In*: SILVA, S. M. S. Da (org.). **Sentidos do povo**. São Carlos: Claraluz, 2006b. p. 7-30.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio**. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007a.

ORLANDI, E. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5. ed. Campinas: Pontes, 2007b.

ORLANDI, E. **Discurso e leitura**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ORLANDI, E. Nota introdutória à tradução brasileira. *In*: CONEIN, B.; COURTINE, J. J.; GADET, F.; MARANDIN, J. M.; PÊCHEUX, M. (org.). **Materialidades discursivas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016. p. 9-16.

ORLANDI, E. **Eu, Tu, Ele**: discurso e real da história. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2017a.

ORLANDI, E. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2017b.

PÊCHEUX, M. Remontemos de Foucault a Spinoza. *In*: **L’ inquiétude du discours**. Paris: Cendres, 1990. p. 245-255.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. *In*: ACHARD, P.; DAVALLON, J.; DURAND, J. L.; PÊCHEUX, M.; ORLANDI, E. (org.). **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

PÊCHEUX, M. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. 5. ed. Campinas: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, M. Foi “propaganda” mesmo que você disse? *In*: ORLANDI, E. (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015. p. 73-92.

PÊCHEUX, M. **Análise automática do discurso**. Campinas: Pontes, 2019.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 163-252.

PENA, F. **Teoria do jornalismo**. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2020.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento**: política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996.

RIBAS, E. T.; VENTURINI, M. C. A memória da ditadura militar no discurso presidencial sobre a imprensa. **Caderno de Letras**, Pelotas, v. 41, p. 167- 181, 2022. DOI: [HTTPS://DOI.ORG/10.15210/CDL.V0I41.21495](https://doi.org/10.15210/cdl.v0i41.21495). Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/cadernodeletras/article/view/21495>>. Acesso em: 24 fev. 2022.

SANTOS, W. R. B. **A emergência de propostas de regulação da mídia no Brasil**: uma análise do discurso político midiaticizado pela Folha de São Paulo. 220f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/8059/DissWRBS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 16 out. 2021.

STANLEY, J. **Como funciona o fascismo**. 5. ed. Porto Alegre: L&PM, 2020.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**. Volume I: Porque as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

VENEROSO, M. **Politiche di propaganda nell'Italia fascista**. 121f. Tesi di laurea magistrale (Storia e Civiltà) - Università di Pisa, Pisa, 2015. Disponível em: https://core.ac.uk/display/79617047?utm_source=pdf&utm_medium=banner&utm_campaign=pdf-decoration-v1>. Acesso em: 9 out. 2021.

VENTURINI, M. C. **Imaginário urbano**: espaço de rememoração/comemoração. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2009.

VENTURINI, M. C. Mídia, ruído e silêncio tumular na constituição contraditória da memória em curso/discurso. In: TASSO, I.; SILVA, E. (org.). **Línguas(gens) em discurso**: a formação dos objetos. Campinas: Pontes Editores, 2014. p. 119-136.

VENTURINI, M. C. Discussões sobre História e Memória em Análise de Discurso. In: ZANDWAIS, A.; RASIA, G. S. (org.). **Relações entre discurso e história**: produzindo diálogos. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. p. 161-185.

VENTURINI, M. C.; PETRI, V. Algumas reflexões sobre o trabalho de Michel Pêcheux: 50 anos após a publicação de AAD-69. In: GARCIA, D. A.; SOARES, A. S. F. (org.). **De 1969 a 2019**: um percurso da/na Análise de Discurso. Campinas: Pontes Editores, 2019. p. 11-26.

VILLAMÉA, L. Revolução tecnológica e reviravolta política. In: MARTINS, A.; LUCA, T. R. de (org.). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo. *Ebook Kindle*.

ZAFFARONI, E. R. **O inimigo no direito penal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2011.

ZANDWAIS, A. **Perspectivas da Análise do Discurso fundada por Michel Pêcheux na França**: uma retomada de percurso. Santa Maria: UFSM Programa de Pós-Graduação em Letras, 2009. v. 08 Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/ppgletras/images/Cogitare08.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

ZANDWAIS, A. Possíveis leituras de “Foi Propaganda Mesmo Que Você Disse?” de Michel Pêcheux. **Revista Conexão Letras**, [S. l.], v. 14, n. 22, p. 69- 79, 2019. DOI: 10.22456/2594-8962.98121. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletras/article/view/98121>>. Acesso em: 5 jul. 2022.

ZOPPI-FONTANA, M. Identidades (in)formais: contradição, processos de designação e subjetivação na diferença. **Organon**, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 245-282, 2003. DOI: 10.22456/2238-8915.30027. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/30027>>. Acesso em: 10 out. 2021.

ZOPPI-FONTANA, M. Pós-verdade e enunciação política: entre a mentira e o rumor. *In*: CURCINO, L.; SARGENTINI, V.; PIOVEZANI, C. (org.). **Discurso e (pós)verdade**. São Paulo: Parábola, 2021. p. 87-104.